



Curso de Bacharelado em Biblioteconomia na Modalidade a Distância

Maria Elizabeth Baltar
Carneiro de Albuquerque

Instrumentos de Representação Descritiva da Informação

Semestre

2

Curso de Bacharelado em Biblioteconomia na Modalidade a Distância

Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque

Instrumentos de Representação Descritiva da Informação

Semestre

2

Brasília, DF



Rio de Janeiro

Faculdade de Administração
e Ciências Contábeis
Departamento
de Biblioteconomia



Permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito ao autor e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

Presidência da República

Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

Superior (CAPES)

Diretoria de Educação a Distância (DED)

Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB)

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Núcleo de Educação a Distância (NEAD)

Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC)

Departamento de Biblioteconomia

Leitor

Cíntia de Azevedo Lourenço

Comissão Técnica

Célia Regina Simonetti Barbalho

Helen Beatriz Frota Rozados

Henriette Ferreira Gomes

Marta Lúcia Pomim Valentim

Comissão de Gerenciamento

Mariza Russo (*in memoriam*)

Ana Maria Ferreira de Carvalho

Maria José Veloso da Costa Santos

Nadir Ferreira Alves

Nysia Oliveira de Sá

Equipe de apoio

Eliana Taborda Garcia Santos

José Antonio Gameiro Salles

Maria Cristina Paiva

Miriam Ferreira Freire Dias

Rômulo Magnus de Melo

Solange de Souza Alves da Silva

Coordenação de

Desenvolvimento Instrucional

Cristine Costa Barreto

Desenvolvimento instrucional

Flavia Busnardo

Diagramação

Patrícia Seabra

Revisão de língua portuguesa

Lícia Matos

Projeto gráfico e capa

André Guimarães de Souza

Patrícia Seabra

Normalização

Dox Gestão da Informação

A345i Albuquerque, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de.
Instrumentos de representação descritiva da informação / Maria Elizabeth
Baltar Carneiro de Albuquerque ; [leitora] Cíntia de Azevedo Lourenço. - Brasília,
DF : CAPES : UAB ; Rio de Janeiro, RJ : Departamento de Biblioteconomia, FACC/
UFRJ, 2018.

134 p. : il.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-85229-20-7 (brochura)

ISBN 978-85-85229-21-4 (e-book)

1. Catalogação. 2. Códigos de catalogação. I. Lourenço, Cíntia de Azevedo.
II. Título.

CDD 004.6

CDU 004

Caro leitor,

A licença CC-BY-NC-AS, adotada pela UAB para os materiais didáticos do Projeto BibEaD, permite que outros remixem, adaptem e criem a partir desses materiais para fins não comerciais, desde que lhes atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos. No interesse da excelência dos materiais didáticos que compõem o Curso Nacional de Biblioteconomia na modalidade a distância, foram empreendidos esforços de dezenas de autores de todas as regiões do Brasil, além de outros profissionais especialistas, a fim de minimizar inconsistências e possíveis incorreções. Nesse sentido, asseguramos que serão bem recebidas sugestões de ajustes, de correções e de atualizações, caso seja identificada a necessidade destes pelos usuários do material ora apresentado.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Sem título.....	13
Figura 2 – Sem título.....	13
Figura 3 – Cena do filme <i>Missão impossível</i>	14
Figura 4 – Catálogos: uma das principais fontes de acesso à informação	17
Figura 5 – A catalogação ao longo da história.....	18
Figura 6 – A cada dia, mais informações para armazenar	18
Figura 7 – Tablete de argila com escrita cuneiforme, Mesopotâmia, <i>Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo</i>	19
Figura 8 – Códice.....	21
Figura 9 – <i>Anthony Panizzi</i>	24
Figura 10 – Sala de leitura do Museu Britânico.....	24
Figura 11 – <i>Charles Coffin Jewett</i> – bibliotecário americano	26
Figura 12 – Instituto Smithsonian.....	26
Figura 13 – <i>Charles Ammi Cutter</i> , bibliotecário americano	27
Figura 14 – Capa do livro <i>Regras para um catálogo dicionário</i>	27
Figura 15 – <i>Paul Otlet</i> e <i>Henri La Fontaine</i> em frente à porta do Palais Mondial	29
Figura 16 – <i>Carl Dziatzko</i> – bibliotecário alemão	30
Figura 17 – <i>ALA Cataloging Rules For Author And Title Entries</i>	33
Figura 18 – Modelo de ficha catalográfica de livro com descrição de suas áreas	34
Figura 19 – Conjunto de fichas catalográficas	34
Figura 20 – Biblioteca Apostólica do Vaticano	35
Figura 21 – Uma infinidade de documentos para catalogar	39
Figura 22 – Tendências no tratamento da informação	47
Figura 23 – Edições das <i>ISBD</i>	48
Figura 24 – Modelo de ficha normalizada	49
Figura 25 – Diálogo em alemão	51
Figura 26 – Registro bibliográfico pontuado (<i>ISBD</i>).....	52
Figura 27 – Ficha catalográfica – modelo <i>ISBD</i>	53
Figura 28 – Capa da edição consolidada do <i>ISBD</i>	53
Figura 29 – Segunda edição do <i>AACR</i>	55
Figura 30 – Ficha exemplo	58
Figura 31 – <i>Tabela de Cutter</i>	59

Figura 32 – Capa do livro.....	61
Figura 33 – Dados da obra.....	62
Figura 34 – Descrição em primeiro nível	62
Figura 35 – Descrição em segundo nível.....	62
Figura 36 – Descrição em terceiro nível	63
Figura 37 – Capa e dados do livro.....	64
Figura 38 – Ficha	64
Figura 39 – Capa e dados do livro.....	65
Figura 40 – Ficha	65
Figura 41 – Trecho da <i>Tabela Cutter</i>	66
Figura 42 – Capa e dados do livro.....	67
Figura 43 – Ficha	67
Figura 44 – Capa e dados do livro.....	68
Figura 45 – Ficha	68
Figura 46 – Capa e dados do livro.....	69
Figura 47 – Ficha	69
Figura 48 – Capa e dados do livro.....	69
Figura 49 – Ficha	70
Figura 50 – Capa e dados do livro.....	70
Figura 51 – Ficha	70
Figura 52 – Capa e dados do livro.....	71
Figura 53 – Ficha	71
Figura 54 – Capa e dados do livro.....	72
Figura 55 – Ficha	72
Figura 56 – Capa e dados do livro.....	76
Figura 57 – Ficha	77
Figura 58 – Capa e dados do livro.....	77
Figura 59 – Ficha	78
Figura 60 – Capa e dados do livro.....	78
Figura 61 – Ficha	79
Figura 62 – Logomarca da <i>RDA</i>	79
Figura 63 – O desafio digital	93
Figura 64 – Salão principal da <i>Library of Congress (LC)</i> , nos EUA.....	94
Figura 65 – MARC	97
Figura 66 – Tese de doutorado.....	98

Figura 67 – CALCO: um sistema de intercâmbio bibliográfico de informações	104
Figura 68 – Novos modelos facilitaram a pesquisa pelo leitor	117
Figura 69 – Relacionamentos entre as entidades do Grupo 1 do FRBR....	119
Figura 70 – Relacionamentos entre as entidades dos Grupos 1 e 2 do FRBR.....	120
Figura 71 – Relacionamentos de assunto no FRBR.....	120
Figura 72 – Base conceitual para o modelo conceitual.....	125

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Registro bibliográfico formatado por área da <i>ISBD</i>	52
Quadro 2 – Sinais de pontuação	60
Quadro 3 – Estruturas do <i>AACR2</i> e <i>RDA</i>	83
Quadro 4 – Terminologias do <i>AACR2</i> e <i>RDA</i>	83
Quadro 5 – Abreviaturas <i>AACR2</i> e <i>RDA</i>	83
Quadro 6 – Exemplos de abreviações <i>AACR2</i> e <i>RDA</i>	84
Quadro 7 – Designações gerais dos materiais	84
Quadro 8 – Tipos de autoria	85
Quadro 9 – Estrutura dos campos MARC	97
Quadro 10 – Dados referentes a Tese	98
Quadro 11 – Caracteres CCF.....	102
Quadro 12 – Tarefas do usuário FRAD	124
Quadro 13 – Tarefas do usuário FRSAD	127
Quadro 14 – Entidades do FRSAD	128
Quadro 15 – Entidades para dados de autoridade assunto	128
Quadro 16 – Atributos no FRSAD.....	128
Quadro 17 – Relacionamento entre diferentes tipos de entidades.....	129
Quadro 18 – Relacionamento entre entidades do mesmo tipo.....	129

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA.....	13
1	UNIDADE 1: PERCURSOS HISTÓRICOS DA CATALOGAÇÃO E DOS CATÁLOGOS	15
1.1	OBJETIVO GERAL	15
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
1.3	INTRODUÇÃO	17
1.4	A CATALOGAÇÃO NO TEMPO	18
1.5	O QUE SÃO CATÁLOGOS?	19
1.5.1	Quando começou?	19
1.5.2	Idade Média	20
1.5.3	Séculos XV a XVIII	21
1.5.4	Atividade.....	22
1.6	AS PRIMEIRAS INICIATIVAS DE PADRONIZAÇÃO	23
1.6.1	Funções do catálogo.....	25
1.6.2	Atividade.....	27
1.6.3	Objetivos do catálogo	29
1.6.4	Atividade.....	31
1.6.5	Códigos de catalogação	32
1.6.6	Atividade.....	38
1.6.7	Vamos conhecer um pouco sobre o controle bibliográfico?	39
1.6.8	Atividade.....	41
	RESUMO.....	42
	SUGESTÃO DE LEITURA	43
	REFERÊNCIAS.....	43
2	UNIDADE 2: INSTRUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO DESCRIPTIVA DA INFORMAÇÃO: NORMAS E CÓDIGOS	45
2.1	OBJETIVO GERAL	45
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	45
2.3	COMO ANDA O TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO?	47
2.4	DESCRIÇÃO BIBLIOGRÁFICA NORMALIZADA INTERNACIONAL (ISBD).....	47
2.4.1	ISBD Consolidada.....	53
2.5	CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO AMERICANO (AACR).....	54
2.5.1	Estrutura do AACR2.....	55
2.5.2	Atividade.....	56
2.5.3	Estrutura da descrição	57
2.5.3.1	Áreas.....	58
2.5.3.2	Pontuação	59
2.5.3.2.1	Sinais de pontuação.....	60
2.5.3.3	Margens.....	60

2.5.3.4	<i>Níveis de detalhamento na descrição</i>	60
2.5.4	Áreas e elementos da descrição bibliográfica	63
2.5.4.1	<i>Área 1: do título e da indicação de responsabilidade</i>	63
2.5.4.1.1	<u>Título principal em duas ou mais línguas e/ou alfabetos diferentes</u>	64
2.5.4.1.2	Atividade	65
2.5.4.1.3	<u>Título alternativo</u>	67
2.5.4.1.4	<u>Título equivalente</u>	67
2.5.4.1.5	<u>Indicação de responsabilidade</u>	69
2.5.4.2	<i>Área 2: da edição</i>	71
2.5.4.3	<i>Área 3: dos detalhes específicos do material (ou do tipo de publicação)</i>	72
2.5.4.4	<i>Área 4: da publicação, distribuição etc.</i>	72
2.5.4.4.1	<u>Pontuação</u>	73
2.5.4.4.2	<u>Lugar de publicação</u>	73
2.5.4.4.3	<u>Editor, distribuidor etc.</u>	73
2.5.4.4.4	<u>Data de publicação, distribuição etc.</u>	74
2.5.4.5	<i>Área 5: da descrição física</i>	75
2.5.4.6	<i>Área 6: da série</i>	76
2.5.4.7	<i>Área 7: das notas</i>	76
2.5.4.7.1	<u>Pontuação</u>	76
2.5.4.8	<i>Área 8: do número normalizado e modalidades de aquisição</i>	77
2.6	RECURSOS: DESCRIÇÃO E ACESSO (RDA)	79
2.6.1	Estrutura do RDA	81
2.6.2	Atividade	85
	RESUMO	87
	SUGESTÃO DE LEITURA	88
	REFERÊNCIAS	88
3	UNIDADE 3: INSTRUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA: FORMATOS DE INTERCÂMBIO	91
3.1	OBJETIVO GERAL	91
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	91
3.3	O UNIVERSO BIBLIOGRÁFICO E O DESAFIO DIGITAL	93
3.4	<i>MACHINE READABLE CATALOGING (MARC)</i>	94
3.4.1	Estrutura	96
3.4.2	Atividade	99
3.5	COMMON COMMUNICATION FORMAT (CCF)	101
3.5.1	Estrutura	101
3.6	CATALOGAÇÃO LEGÍVEL POR COMPUTADOR (CALCO)	104
3.6.1	Estrutura	105
3.6.2	Atividade	106
3.7	FORMATO <i>IBICT</i>	107
3.7.1	Estrutura	108
3.8	SISTEMA MUNDIAL DE INFORMAÇÃO E TECNOLÓGICA (UNISIST)	108
3.9	UNIVERSAL MARC (UNIMARC)	109

3.9.1	Atividade	110
	RESUMO	112
	REFERÊNCIAS	113
4	UNIDADE 4: GERAÇÃO, UTILIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA	115
4.1	OBJETIVO GERAL	115
4.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	115
4.3	TRANSFORMAÇÕES NA REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA.....	117
4.4	REQUISITOS FUNCIONAIS PARA REGISTROS BIBLIOGRÁFICOS (FRBR).....	118
4.4.1	Atividade	122
4.5	REQUISITOS FUNCIONAIS PARA DADOS DE AUTORIDADE (FRAD)	123
4.5.1	Atividade	126
4.6	REQUISITOS FUNCIONAIS DE DADOS DE AUTORIDADE DE ASSUNTO (FRSAD)	127
4.6.1	Atividade	129
	RESUMO	132
	REFERÊNCIAS	132

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Caros alunos,

Vocês já imaginaram que, ao concluir o curso, poderão trabalhar em uma biblioteca completamente desorganizada? Ou procurar determinado documento e não encontrar?

Figura 1 – Sem título



Fonte: Pixabay (2016).¹

E como farão para atender os usuários querendo a informação de forma rápida e precisa? Vão deixá-los esperando, infinitamente?

Figura 2 – Sem título



Fonte: Freepik (2016).²

Ouvi vocês responderem: “claro que não!”. Muito bem!

¹ Disponível em: <<https://pixabay.com/pt/livro-livro-de-endereços-1171564>>.

² Disponível em: <http://br.freepik.com/fotos-gratis/menina-tired-que-dorme-na-biblioteca_863484.htm>.

Não esperava outra resposta! Vocês aprenderam na disciplina *Análise da Informação* como fazer a leitura e como identificar conteúdos temáticos e descritivos de vários suportes de informações, com o objetivo de organizar, recuperar informações e de atender, com mais precisão, às necessidades dos usuários.

Nesta disciplina, vocês vão conhecer os aspectos conceituais, históricos e estruturais dos *Instrumentos de representação descritiva da informação* utilizados no processo de organização da informação.

Não é uma missão impossível.

Figura 3 – Cena do filme *Missão impossível*



Fonte: Youtube (2011).³

³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ar0xLps7WSYNão>>. Acesso em: 4 maio 2020.

UNIDADE 1

PERCURSOS HISTÓRICOS DA CATALOGAÇÃO E DOS CATÁLOGOS

1.1 OBJETIVO GERAL

Apresentar os percursos históricos da catalogação e dos catálogos.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Esperamos que, ao final desta unidade, você seja capaz de:

1. conhecer a história da catalogação e dos catálogos, desde a Antiguidade até os dias atuais;
 2. conhecer as primeiras iniciativas de padronização.
-

1.3 INTRODUÇÃO

Figura 4 – Catálogos: uma das principais fontes de acesso à informação



Fonte: Pixabay (2013).¹

A organização da informação é uma das principais atividades da Biblioteconomia. Nela, o profissional da informação atua como facilitador nos processos de descrição física e de conteúdo de objetos informacionais nos mais variados suportes, visando à recuperação da informação para o usuário.

A **representação descritiva**, **descrição bibliográfica** ou **catalogação**, como é mais comumente conhecida, constitui um dos principais processos de tratamento técnico. Ela abrange especificamente as descrições físicas que dizem respeito à representação de todas as características dos objetos informacionais, visando facilitar a sua recuperação e disseminação.

O termo *representação* consiste em perceber, descrever e interpretar uma informação. No procedimento, as informações contidas no documento, como autor, título, local, edição, data, entre outras, são extraídas dos suportes de informação, tratadas, organizadas e representadas em um catálogo ou base de dados, canais de comunicação entre o acervo e o usuário.

O percurso histórico do tratamento técnico da informação passou por várias etapas de desenvolvimento, que levaram aos catálogos como os conhecemos hoje. Até o início do século XX, questões teóricas ou metodológicas quanto à construção de catálogos passaram a se tornar uma necessidade cada vez maior, tendo em vista o aumento dos acervos, a diversificação do público, além do fato de o desenvolvimento científico, tecnológico e educacional exigir mais formas de divulgação e acesso à informação.

Bom estudo a todos!

¹ Disponível em: <<https://pixabay.com/pt/catálogo-de-cartão-gavetas-madeira-194280>>. Acesso em: 4 maio 2020.

1.4 A CATALOGAÇÃO NO TEMPO

Figura 5 – A catalogação ao longo da história



Fonte: Pixabay (2015).²

A história da catalogação está relacionada ao desenvolvimento de **catálogos** e às práticas da descrição bibliográfica, consideradas aqui como técnicas para representar documentos cujos elementos identificam os objetos a serem recuperados.

Os catálogos têm o objetivo principal de identificar todas as obras existentes em determinado acervo, independentemente de seu suporte, visando atender as necessidades de recuperação de informações de seus usuários.

Figura 6 – A cada dia, mais informações para armazenar



Fonte: Freepik (2016).³

Item – Cada unidade que compõe as coleções das bibliotecas: livros, periódicos, mapas etc.

Os catálogos surgiram para armazenar e registrar as informações sobre os itens existentes em um acervo, entretanto, sua função passou por transformações em decorrência do aumento da produção de materiais impressos e, conseqüentemente, da necessidade de organização para posterior recuperação.

² Disponível em: <<https://pixabay.com/pt/ampulheta-tempo-horas-areia-620397>>.

³ Disponível em: <http://br.freepik.com/fotos-gratis/desenhos-de-dispositivos-conectados_928511.htm>. Acesso em: 4 maio 2020.

1.5 O QUE SÃO CATÁLOGOS?

O catálogo é um dos instrumentos mais antigos presente nas bibliotecas, existindo desde a Antiguidade até hoje. É o instrumento de comunicação entre a biblioteca e o usuário. Segundo Mey (1995, p. 9):

Catálogo é um canal de comunicação estruturado, que veicula mensagens contidas nos itens, e sobre os itens, de um ou vários acervos, apresentando-se sob forma codificada e organizada, agrupadas por semelhanças, aos usuários desse(s) acervo(s).

Vamos conhecer a evolução dos catálogos em diversos momentos de sua história?

1.5.1 Quando começou?

A busca de padrões para a descrição da informação não é nova. Ela remonta às mais antigas bibliotecas de que se tem conhecimento, com vestígios da representação de documentos realizada por elas, o que lhes garantiu perpetuação histórica.

Tem-se conhecimento de que o catálogo, inicialmente, era a lista ordenada dos materiais existentes em uma ou mais coleções de biblioteca, todavia, não se sabia se tal lista era usada como catálogo. As primeiras listas, escritas pelos babilônicos, datam de 2000 a.C., com 62 títulos. Em 1400 a.C., foram encontrados tabletes de argila (Figura 7) no Egito, com registros de títulos de obras.

Figura 7 – Tablete de argila com escrita cuneiforme, Mesopotâmia, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo



Fonte: Flickr (2010).⁴

⁴Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/53056863@N03/4896884492>>. Acesso em: 4 maio 2020.



Escriba – Na Antiguidade, pessoa encarregada de escrever, como copista, secretário ou redator.

Em escavações hititas foram encontrados tabletes (1300 a.C.) com as primeiras informações bibliográficas de descrição física, como o número do tablete em uma série, o título e o escriba.

Na *Biblioteca de Assurbanipal* (Nínive, 650 a.C.), foram encontrados 20 mil tabletes com as seguintes informações: título, o número do tablete, as primeiras palavras do tablete seguinte, nome do possuidor do original, o nome do escriba e um selo de propriedade real.

Na *Biblioteca de Alexandria*, uma das mais conhecidas da Antiguidade, o sábio *Calímaco* (III a.C.) elaborou o *Pinakes* (tábuas), catálogo considerado um dos primeiros instrumentos de representação da informação. Era um catálogo com os nomes dos autores por ordem alfabética e com breve biografia de cada um deles.

1.5.2 Idade Média

Na Idade Média, predominaram as bibliotecas ligadas a ordens religiosas. “Todos os grandes mosteiros possuíam um *scriptorium* – local onde se copiavam livros – oficina de copistas em que o trabalho era distribuído aos monges.” (SANTOS, 2010, p. 6). No mosteiro de Monte Cassino, *São Bento* ensinou aos monges a atividade de copiar manuscritos.

Na França, o mosteiro beneditino de Saint Requier organizou o catálogo por autor, o conteúdo e o número dos volumes de uma obra.

Na Itália, no mosteiro de Bobbio, o catálogo registra cerca de 700 volumes e na Alemanha, no mosteiro de Lorsch, cerca de 600 volumes.

Os frades agostinianos de York, na Inglaterra, organizaram uma lista de obras de autores quando os assuntos eram diferentes e, como forma de identificação, registravam as palavras iniciais da segunda folha de cada volume.

O catálogo do convento de Saint Martin, em Dover (1389), por meio da organização em três seções, já previa uma incipiente diversidade de pontos de acesso, em que uma informação poderia ser procurada, além da organização da localização física dos códices.

É interessante ressaltar que esses acervos eram fechados ao público em geral, pois os monges consideravam que a biblioteca era a guardiã dos livros.



Curiosidade

Códices

Figura 8 – Códice



Fonte: Wikimedia Commons (2005).⁵

Os códices (Figura 8), palavra de origem latina que significa livro, bloco de madeira, eram os manuscritos gravados em madeira, em geral do período da Era Antiga tardia até a Idade Média. *Manuscritos do Novo Mundo* foram escritos por volta do século XVI.

Fonte: Wikipédia.

1.5.3 Séculos XV a XVIII

No século XV, com o advento da imprensa, cabe também destacar os avanços decorrentes das bibliografias universais comerciais, como o catálogo de *Amplonius Ratnik*, em Berka, entre 1410 e 1412, e a bibliografia compilada pelo bibliógrafo e bibliotecário *Johann Tritheim*, com arranjo cronológico, prevendo a recuperação pelo autor por meio de um índice, ambos na Alemanha.

Século XVI, o bibliógrafo suíço *Konrad Gesner* compilou a *Bibliografia*, organizada por autor, incluindo índice de assunto de instruções para organização de livros, e desenvolveu um sistema de classificação.

Em 1595, o livreiro inglês *Andrew Maunsell* compila seu catálogo de livros ingleses impressos a partir dos sobrenomes dos autores, organização considerada como grande novidade da época.

⁵ Disponível em: <<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:KellsFol292rInciJohn.jpg>>. Acesso em: 4 maio 2020.

No século XVIII, com o desenvolvimento da pesquisa científica alavancada pela Revolução Francesa, observa-se o crescimento do número de bibliotecas institucionais na Europa e a função do catálogo transforma-se, então, de simples inventário da coleção em ferramenta de recuperação da informação.

Durante esse período, as bibliotecas dos nobres foram confiscadas e passaram a ser públicas, levando à necessidade de catálogos para sua utilização pelo povo.

Em 1791, o catálogo em fichas é adotado pela primeira vez, utilizando-se, para sua confecção, cartas de baralho. Surge, também, o primeiro código nacional de catalogação.

Observa-se, portanto, que cada período histórico foi marcado por características próprias, determinadas pelas tecnologias disponíveis em cada época.



1.5.4 Atividade

Com base no que você estudou, considere:

- I. Na *Biblioteca de Alexandria* foi elaborado o *Pinakes* (tábuas).
- II. Podemos dizer que o códice substituiu o pergaminho como suporte da escrita, e que veio a ser substituído pelo livro impresso.
- III. *Pinakes* era uma espécie de catálogo, considerado um dos primeiros instrumentos de representação da informação, contendo nomes dos autores por ordem alfabética e com breve biografia de cada um deles.
- IV. A misteriosa *Biblioteca de Alexandria*, com uma coletânea de obras em escrita cuneiforme, era conhecida como *Scriptorium*.
- V. Item é cada uma das partes encadernadas separadamente de uma obra.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa IV for falsa;
- b) se as afirmativas falsas forem II, IV e V;
- c) se as afirmativas verdadeiras forem I, II e III;
- d) se todas as afirmativas forem falsas;
- e) se todas as afirmativas forem verdadeiras.

Resposta comentada

A alternativa correta é a **letra c)**, porque:

- I. O sábio *Calímaco* (III a.C.) foi um notável bibliotecário de Alexandria, autor do *Pinakes* (tábuas), primeiro grande catálogo do acervo da biblioteca, um dos primeiros instrumentos de representação da informação. Portanto, a afirmativa é verdadeira.

- II. Com o impedimento da exportação do papiro para Pêrgamo, houve a necessidade de desenvolvimento de um novo tipo de suporte para a escrita, surgindo, então, o pergaminho, que possibilitou o desenvolvimento do códice (códex). Por ser resistente, o pergaminho foi a base mais utilizada no códice, garantindo sua durabilidade. O códice era composto por cadernos de folhas dobradas, impossibilitando o uso do papiro, que era frágil e quebrava ao ser dobrado. Esse tipo de encadernação foi o antecedente do livro contemporâneo. Da mesma forma que o livro que conhecemos, as páginas do códice eram escritas em ambos os lados e protegidas por uma capa. Com o desenvolvimento dos manuscritos e seus suportes, o homem chegou ao papel, que, associado ao formato do códice, foi transformado e adaptado de acordo com as necessidades, dando origem ao livro. Portanto, a afirmativa é verdadeira.
- III. *Pinakes* foi o trabalho bibliográfico considerado o primeiro catálogo de biblioteca, consistindo em índices referentes ao acervo da *Biblioteca de Alexandria*. Era composto por 120 livros e organizado com base na função desempenhada pelos autores (poetas, filósofos, historiadores, oradores etc. Sua organização era feita em sistema alfanumérico, pois obedecia à ordem cronológica (período de publicação) e à ordem alfabética dos nomes dos autores, empregando a primeira palavra do texto como indicação de localização dos rolos e códices. Essa forma de arranjo e organização dos suportes físicos de informação se assemelha ao atual número de chamada. Portanto, a afirmativa é verdadeira.
- IV. *Scriptorium* referia-se aos espaços, nos mosteiros e abadias da Igreja Católica, destinados à atividade dos monges copistas que, na época medieval, escreviam os manuscritos. Portanto, a afirmativa é falsa.
- V. Item é cada unidade que compõe as coleções das bibliotecas: livros, periódicos, mapas etc. Portanto, a afirmativa é falsa.

1.6 AS PRIMEIRAS INICIATIVAS DE PADRONIZAÇÃO

No século XIX, dá-se o início da Biblioteconomia como se conhece hoje, marcada pelas contribuições dos primeiros teóricos da catalogação, que se debruçaram sobre as práticas até então realizadas.

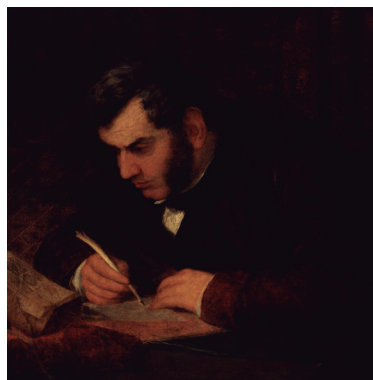
Esse período foi marcado por várias iniciativas de padronização na descrição dos catálogos.



Curiosidade

Anthony Panizzi: bibliotecário britânico

Figura 9 – Anthony Panizzi



Fonte: indisponível.

O bibliotecário Anthony Panizzi (Figura 9) elaborou 91 regras para o *British Museum*, em 1839, tendo sua aprovação em 1841 (*Rules for the Compilation of the Catalog: Catalogue of printed books in British Museum*) pelos autores do *Museu Britânico*. Sua última edição foi em 1936.



Multimídia

The British Museum

Figura 10 – Sala de leitura do *Museu Britânico*



Fonte: Wikimedia Commons (2014).⁶

⁶ Autor: Diliff – obra do próprio, CC BY 2.5. Disponível em: <<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=564849>>. Acesso em: 4 maio 2020.

Aberto em 1759, o *Museu Britânico* (*British Museum*) (Figura 10), em Londres, reúne mais de sete milhões de objetos de todos os continentes. Em 2012, foi o terceiro museu mais visitado do mundo, com cerca de cinco milhões de visitantes, e o melhor de tudo: a entrada é gratuita!

Vamos visitar e conhecer o *Museu Britânico*? Acesse o endereço: <<https://www.youtube.com/watch?v=tYdVb8RagT0>>.

Segundo *Barbosa* (1978, p. 27), entre as principais características, destacam-se:

1. a valorização da página de rosto;
2. a introdução do conceito de *autoria coletiva*, embora de maneira vaga e imprecisa;
3. a escolha do cabeçalho de entrada de um autor, de acordo com a forma encontrada na página de rosto, acatando, sempre, a *vontade do autor*. Esse cabeçalho era determinado:
 - pelo prenome, quando preferido, seguido pelo sobrenome;
 - pelo título, no caso de obras anônimas, seguido pelo nome do autor quando identificado;
 - pelo pseudônimo, mesmo quando o nome verdadeiro fosse descoberto;
 - pelo sobrenome de família, para autores pertencentes à nobreza.

1.6.1 Funções do catálogo

Segundo *Fiuza* (1987, p. 47), de acordo com as regras de *Panizzi*, o catálogo apresenta as seguintes funções:

1. um livro deve ser considerado e representado no catálogo, não como uma entidade separada, mas como uma edição de determinada obra, de um determinado autor;
2. todas as obras de um autor, e suas edições, devem ser entradas sob um nome definido, usualmente o nome original do autor, independentemente dos diferentes nomes que aparecem nas diferentes obras e edições;
3. todas as edições e traduções de uma obra, independentemente de seus títulos individuais, devem ter entradas sob seu título original, com base numa ordem prescrita (edições devem ser ordenadas cronologicamente, traduções por língua etc.), de maneira que a pessoa que esteja em busca de um livro em particular o encontre junto com as outras edições, dando ensejo a uma escolha da edição que melhor sirva a seus objetivos;
4. referências apropriadas devem ser feitas para auxiliar o usuário a encontrar a obra desejada.

Em seguida, *Charles Coffin Jewett* (Figura 11), embora com algumas discordâncias de *Panizzi*, elaborou 33 regras para o catálogo da *Smithsonian Institution* (*Instituto Smithsonian*), nos Estados Unidos da América (EUA), em 1850, dando ênfase às obras escritas sob pseudônimos e à questão da autoria coletiva. Dentre essas regras, *Barbosa* (1978, p. 28) destaca algumas modificações:

1. as obras escritas sob pseudônimos eram catalogadas pelo nome verdadeiro do autor, mesmo que o pseudônimo fosse mais conhecido;
- b) o conceito de *autoria coletiva* foi firmado, adotando para entrada das publicações oficiais americanas a abreviatura U.S., correspondente a United States.

Figura 11 – Charles Coffin Jewett, bibliotecário americano



Fonte: Wikimedia Commons (2010).⁷



Multimídia

Instituto Smithsonian

Figura 12 – Instituto Smithsonian



Fonte: Wikimedia Commons (2007).⁸

⁷ Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Charles_Coffin_Jewett_cph.3c28407.jpg>.

⁸ Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Smithsonian_Building_NR.jpg>. Acesso em: 4 maio 2020.

Fundado em Washington, em meados do século XIX, pelo cientista britânico *James Smithson*, o *Instituto Smithsonian* (*Smithsonian Institution*) (Figura 12) é uma instituição educacional associada a um complexo de 19 museus e sete centros de pesquisa. Administrado pelo governo norte-americano, ele reúne 142 milhões de itens em suas coleções.

Vamos visitar e conhecer o *Instituto Smithsonian*? Acesse o endereço: <<http://www.si.edu/about>>.

Semestre

2



Curiosidade

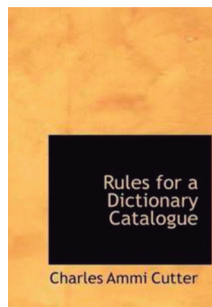
Em 1876, *Charles Ammi Cutter* (Figura 13) criou o livro *Regras para um catálogo dicionário* (Figura 14), com 369 regras, não só para entradas de autor e título, mas também para a descrição, cabeçalhos de assunto, alfabetação e arquivamento das fichas nos catálogos.

Figura 13 – Charles Ammi Cutter, bibliotecário americano



Fonte: *Wikimedia Commons* (2015).⁹

Figura 14 – Capa do livro *Regras para um catálogo dicionário*



Fonte: indisponível.

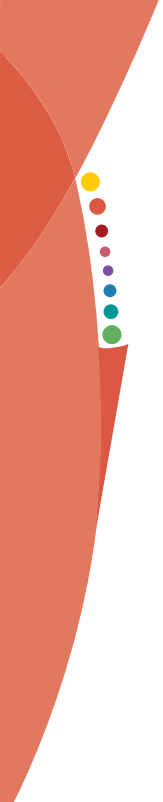


1.6.2 Atividade

Fiuzza (1987) elenca as funções de um catálogo segundo *Anthony Panizzi* (1841). Com base no assunto, identifique as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F):

- I. Um livro deve ser considerado e representado no catálogo não como uma entidade separada, mas como uma edição de determinada obra, de determinado autor.

⁹ Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:CharlesAmmiCutter_BostonAthenaeum.png>. Acesso em: 4 maio 2020.

- 
- II. Nem todas as obras de um autor, mas somente suas novas edições, devem ter entradas sob um nome definido, o nome original do autor.
 - III. O nome do autor definido como entrada para o catálogo independe dos diferentes nomes que aparecem nas diferentes obras e edições.
 - IV. Apenas as traduções de uma obra devem ter entradas sob seu título original.
 - V. Referências apropriadas devem ser feitas para auxiliar o usuário a encontrar a obra desejada.

Assinale a alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo:

- a) V V V V V;
- b) F V F V F;
- c) F V F F V;
- d) V V F F F;
- e) V F V F V.

Resposta comentada

A alternativa correta é a **letra e)**, porque:

- I. A afirmativa é verdadeira, sendo uma das 91 regras elaboradas por uma comissão que tinha como membro – coordenador *Antonio Panizzi* (1797-1879), para compilação do catálogo da biblioteca do *Museu Britânico*. Nessa regra, *Panizzi* via um item como uma edição de uma obra específica, que não deveria se relacionar só com suas outras edições, mas também com suas traduções e versões. Para o bibliotecário, essas diferentes versões de um item deveriam ser associadas entre si, por entender que um usuário poderia até conhecer a obra desejada, porém provavelmente não conheceria todas as suas diferentes edições. É, portanto, seu direito ter essa informação fornecida pelo catálogo.
- II. A afirmativa é falsa, pois é recomendável o controle de ponto de acesso de autor (entrada principal ou secundária), devendo ser empregado o nome mais comumente usado nas edições originais.
- III. A afirmativa é verdadeira, pois, para alcançar o objetivo de padronização que avaliza a unicidade e universalidade do item representado, as entradas, principal ou secundária, devem ser definidas, independentemente dos diversos nomes que aparecem nas distintas obras e edições.
- IV. A afirmativa é falsa, pois todas as edições e traduções de uma obra devem ter entradas sob seu título original, de modo que o usuário de uma unidade de informação, ao buscar um item específico, encontre-o próximo às demais edições, permitindo escolher qual atende seus objetivos.
- V. A afirmativa é verdadeira, pois as referências possibilitam a identificação de um documento, sendo essencial para averiguação e confirmação da credibilidade das afirmações contidas no item.

1.6.3 Objetivos do catálogo

Segundo *Mey e Silveira* (2009), *Cutter* foi o primeiro a elaborar os objetivos do catálogo, que são:

- a) permitir a uma pessoa encontrar um livro do qual ao menos uma das informações a seguir seja conhecida:
 - o autor;
 - o título;
 - o assunto.
- b) mostrar o que a biblioteca possui:
 - de determinado autor;
 - de determinado assunto;
 - de determinado tipo de literatura.
- c) ajudar na escolha de um livro:
 - de acordo com sua edição (bibliograficamente);
 - de acordo com seu caráter (literário ou tópico).

Segundo *Barbosa* (1978), *Cutter* consagrou a existência da escola americana de catalogação. Seu código é considerado bastante completo, por incluir regras de catalogação de assuntos e materiais e ser de fácil consulta e leitura, além de apontar claramente os objetivos de um catálogo e determinar a visão dos catalogadores. *Cutter* defendia a conveniência do público e, sobre isso, *Barbosa* (1978) esclarece: como o catálogo, em muitas bibliotecas, é o instrumento de ligação entre a informação e os leitores, a catalogação só será uma ferramenta útil e eficiente se normalizada, pois é dela que resulta o catálogo. Este, por sua vez, também se tornará mais útil quando padronizado, ou seja, quando houver um código de catalogação internacional.

Figura 15 – Paul Otlet e Henri La Fontaine em frente à porta do Palais Mondial



Fonte: Wikimedia Commons (2015).¹⁰

¹⁰ Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Paul_Otlet_et_Henri_La_Fontaine_devant_lesportes_du_Palais_Mondial.jpg>. Acesso em: 4 maio 2020.

Em 1895, os belgas, *Paul Otlet* e *Henri La Fontaine* (Figura 15) fundaram o *Institut International de Bibliographie (IIB)*, que, em português, era chamado de *Federação Internacional de Informação e Documentação (FID)*, atualmente conhecida como *Federação Internacional de Bibliotecas e Associações de Biblioteca (IFLA)*. Ao iniciarem um levantamento e registro de todas as publicações editadas em todo o mundo, *Otlet* e *La Fontaine* deram o primeiro passo para o Controle Bibliográfico Universal (CBU). Esse trabalho de compilação foi interrompido pela Primeira Guerra Mundial, por volta de 1920, sendo retomado, após a Segunda Guerra Mundial, pela *United Nations for Education, Science and Culture Organization (UNESCO)*, como veremos mais adiante.

As *Instruções para os catálogos alfabéticos das bibliotecas prussianas (Instruktionen für die Alphabetischen Kataloge der Preussischen Bibliotheken)*, publicadas em 1899 e conhecidas como *Instruções prussianas*, foram resultantes das regras compiladas pelo alemão *Carl Dziatzko*, em 1866. Essas instruções foram adotadas não só na Alemanha, mas também em outros países, como Áustria, Hungria, Dinamarca, Holanda e Noruega. Inicialmente foram reconhecidas como *Código da Real Biblioteca de Berlim*, adotando o nome de *Instruções prussianas* definitivamente, quando foram publicadas. As características principais desse código são a simplificação e a abreviação de entradas, principalmente em relação ao título.

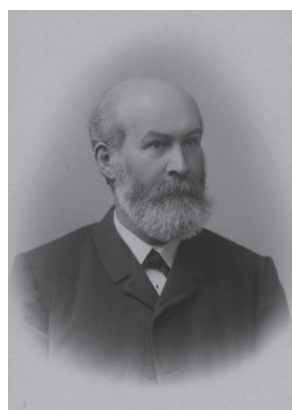


Curiosidade

Carl Dziatzko

Bibliotecário alemão compilador das *Instruções prussianas*.

Figura 16 – *Carl Dziatzko*, bibliotecário alemão



Fonte: *Wikimedia Commons* (2009).¹¹

O original das *Instruções para os catálogos alfabéticos das bibliotecas prussianas* encontra-se no seguinte endereço: <<https://archive.org/stream/instruktionenfr00sass#page/n3/mode/2up>>.

¹¹ Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Karl_Dziatzko.jpg>. Acesso em: 4 maio 2020.



1.6.4 Atividade

Segundo *Mey* (1995), catálogo pode ser definido como um canal de comunicação estruturado, que veicula mensagens contidas nos e sobre os itens de um ou vários acervos. Essas mensagens, direcionadas aos usuários desses acervos, se apresentam de forma codificada e organizada, de modo que sejam agrupadas por semelhanças.

Identifique as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F).

Em relação ao assunto de que trata a autora do texto:

- I. Item é cada unidade que compõe as coleções das bibliotecas: livros, periódicos, mapas etc.
- II. Catalogação é uma atividade essencial por permitir ao usuário da unidade de informação localizar o item que procura, da forma mais rápida possível.
- III. O catálogo é considerado um instrumento de comunicação por não ser responsável por informar ao usuário sobre os documentos existentes na biblioteca e sobre a pertinência a sua necessidade.
- IV. A uniformidade das informações não é um fator preponderante ao se preparar o catálogo de uma unidade de informação.
- V. O catálogo não permite que os usuários localizem um item específico de uma unidade de informação.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é:

- a) V V V V V;
- b) F V F V F;
- c) F V F F V;
- d) V V F F F;
- e) V F V F F.

Resposta comentada

A alternativa correta é a **d)**, porque:

- I. Item é cada unidade que compõe as coleções das bibliotecas (livros, periódicos, mapas etc.), portanto, a afirmativa é verdadeira.
- II. Segundo *Mey* (1995), a catalogação possui funções relacionadas ao usuário, aos itens (permitir a um item encontrar seu usuário) e às bibliotecas (localizar um item específico e saber quais os itens existentes em acervos que não o seu próprio). Aos usuários, ela possibilita localizar um item específico, escolher entre manifestações de um item, escolher entre vários itens semelhantes e expressar, organizar ou alterar sua mensagem interna. Assim, o processo torna os itens acessíveis aos usuários por meio da comunicação entre as mensagens de ambos. Portanto, é verdadeira a assertiva.



- III. A afirmação é falsa justamente devido ao fato de o catálogo exercer a função oposta, ou seja, ele é considerado um instrumento de comunicação por ser responsável por informar ao usuário a respeito dos documentos existentes na biblioteca e a pertinência a sua necessidade.
 - IV. A afirmativa é falsa, visto que a uniformidade das informações é um fator preponderante ao se preparar o catálogo de uma unidade de informação. Uniformidade e consistência das entradas de nomes pessoais, títulos uniformes e nomes de entidades coletivas são o que qualificam esse instrumento como efetivo e eficiente, permitindo que itens da coleção sejam encontrados por meio dos atributos e relações entre recursos.
 - V. O catálogo permite identificar um item por meio da sua descrição, embasado nos parâmetros e normas de representação descritiva daquilo que o item informacional contém, ratificando que o item descrito corresponde ao procurado e assinalando diferenças entre dois ou mais itens análogos. A afirmativa, portanto, é falsa.
-

1.6.5 Códigos de catalogação

A partir do século XX, é observada a existência de vários códigos nacionais de catalogação na Alemanha, França, Espanha, Bélgica, Holanda, Itália, Vaticano, Suíça, Áustria e países escandinavos. Em 1908, a segunda edição das *Instruções prussianas* coincidiu com a publicação do código da *American Library Association (ALA)*. Todavia, só em 1936 elas tiveram o reconhecimento internacional, quando foram usadas na compilação do *Catálogo Coletivo Prussiano* e do *Catálogo Coletivo da Alemanha*.

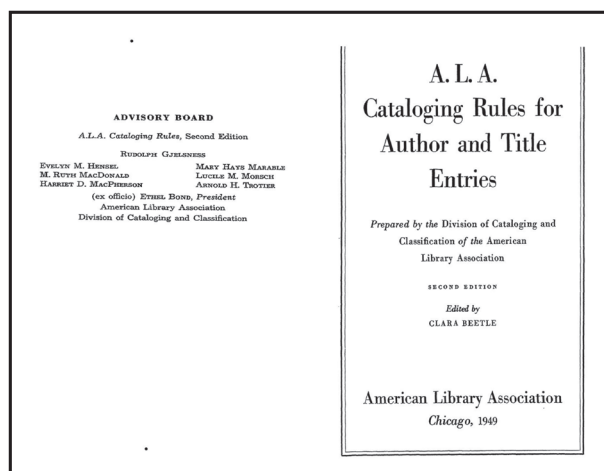
Os bibliotecários alemães queriam que suas regras fossem uniformes com as regras da ALA. Então, constituíram uma Comissão, tendo como primeira atividade a tradução, feita pelo bibliotecário *Andrew Osborn*, do *Código prussiano* para a língua inglesa, em 1938, e o estudo comparativo dos códigos, por *J. C. Hanson*, em 1939.

A primeira edição do código da ALA, com o título *Condensed rules for an author and title catalog*, foi publicada em 1883, e a segunda edição, em 1949, em dois volumes: *ALA cataloging rules for author and title entries*, referente a entradas e cabeçalhos, e *Rules for descriptive cataloging in the Library of Congress (LC)*, relativo à parte descritiva.



Curiosidade

Figura 17 – ALA Cataloging Rules for Author and Title Entries



Fonte: Internet Archive (2006).¹²

Se você quiser acessar o primeiro volume do código (Figura 17), ele está disponível no seguinte endereço: <<https://archive.org/details/alacatalogingrul007642mbp>>.

Segundo Alice Príncipe Barbosa:

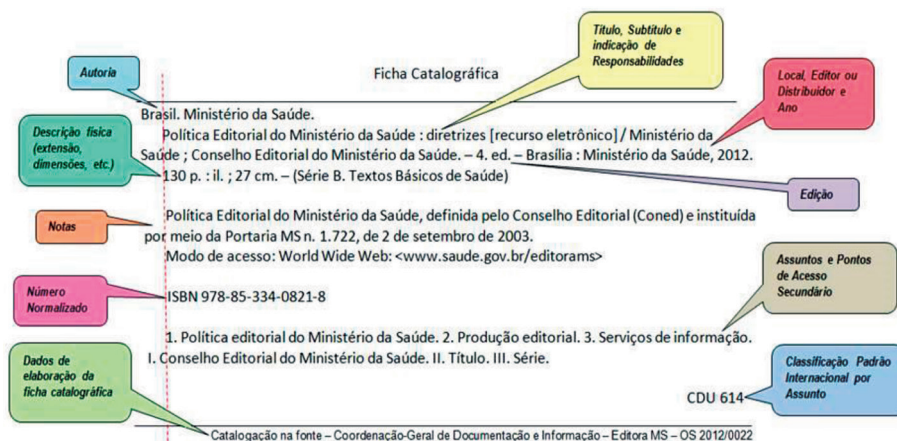
Este volume referente à catalogação descritiva apresentou a grande inovação, em relação aos códigos existentes, de possuir uma introdução contendo os objetivos da catalogação descritiva e os princípios em que se devia fundamentar sua aplicação. Nada é preciso dizer sobre seu sucesso. Dele existe, inclusive, uma tradução em língua portuguesa, por Maria Luisa Monteiro da Cunha, divulgada pela própria LC em 1956. (BARBOSA, 1978, p. 37).

Em 1901, a *Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos*, ou *Library of Congress* (LC), em inglês, começou a impressão e a venda de fichas catalográficas para quaisquer bibliotecas que solicitassem esse serviço, às quais bastava acrescentar os cabeçalhos. A justificativa se baseava no fato de que não havia necessidade de as bibliotecas fazerem a catalogação de seus livros, resultando, assim, no início de uma tentativa substancial de padronização, tendo em vista que as fichas eram rigorosamente idênticas.

Ficha catalográfica – é uma ficha que contém as informações bibliográficas necessárias para identificar e localizar um livro ou outro documento no acervo de uma biblioteca. Ela é de papel resistente, medindo 7,5 cm de altura por 12,5 cm de largura – dimensões padronizadas internacionalmente – e apresenta um orifício no centro da margem inferior, por onde é presa na gaveta do fichário quando arquivada.

¹² Disponível em: <<https://archive.org/details/alacatalogingrul007642mbp>>. Acesso em: 4 maio 2020.

Figura 18 – Modelo de ficha catalográfica de livro com descrição de suas áreas



Fonte: Brasil (2015).

As fichas catalográficas (Figura 18) foram desenvolvidas para se constituírem nos catálogos manuais das bibliotecas. Um exemplo de um catálogo, com um conjunto de fichas catalográficas, pode ser visualizado na Figura 19, a seguir:

Figura 19 – Conjunto de fichas catalográficas



Fonte: Wikimedia Commons (2005).¹³

Segundo Mey (1995), quando as fichas começaram a ser impressas, a ALA nomeou uma comissão para estudar as regras adotadas pela LC. Em colaboração com a *Library Association* da Inglaterra, a ALA publica a primeira edição de seu código em 1908, utilizando regras de Panizzi, Cutter, Jewett e LC, que se intitulou *Cataloging rules: author and title entries* (Regras de catalogação: entradas de autores e títulos).

O Código da ALA foi amplamente aceito na América, assim como a segunda edição das *Instruções prussianas*, em 1908, na Europa.

¹³ Disponível em: <<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Schlagwortkatalog.jpg>>. Acesso em: 4 maio 2020.

Nesse mesmo período, o *Código da Vaticana*, intitulado *Norme per it catalogo de glistampati* (Normas para o catálogo de impressos), foi redigido para atender à reorganização da *Biblioteca Apostólica Vaticana* (1920), baseado no *Código da ALA* de 1908. Esse código foi bem aceito após sua tradução para vários idiomas da América Latina, sendo ainda usado em algumas de nossas bibliotecas.

O *Código da Vaticana* é dividido em quatro partes, “além de regras para entradas e catalogação descritiva, outras relativas a redação de cabeçalhos de assunto e arquivamento de fichas, não encontradas em outros códigos”, segundo *Barbosa* (1979, p. 40).



Multimídia

Biblioteca Apostólica do Vaticano

Figura 20 – *Biblioteca Apostólica do Vaticano*

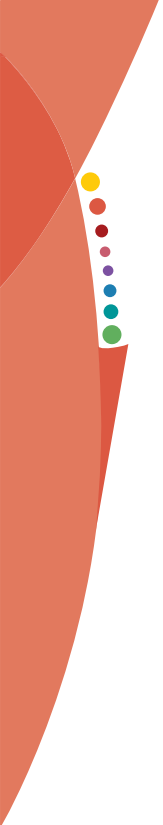


Fonte: *Wikimedia Commons* (2007).¹⁴

A *Biblioteca Apostólica do Vaticano* (Figura 20), criada em 1475, é uma das mais antigas do mundo e contém uma das coleções mais importantes de textos históricos: 75 mil códices e 1,1 milhão de livros impressos.

Vamos visitar e conhecer a *Biblioteca Apostólica Vaticana*? Acesse o endereço: <<https://www.youtube.com/watch?v=Xg2tZF-Gp3YU>>.

¹⁴ Disponível em: <<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Sistinehall.jpg>>. Acesso em: 4 maio 2020.



O *Código da Vaticana* exerceu enorme influência na biblioteconomia brasileira a partir de 1940, primeiramente em sua edição em espanhol e, depois, nas duas edições em português (1949 e 1962), até 1969. Ensina-se a “Vaticana” na escola de Biblioteconomia do Rio de Janeiro (cursos da *Biblioteca Nacional*), sendo adotada por inúmeras bibliotecas, e ainda hoje existem algumas que a usam. Paralelamente, a escola de biblioteconomia de São Paulo, iniciada no *Colégio Mackenzie* em 1929 e de nítida influência norte-americana, optou por ensinar o *Código da ALA*, segundo Mey (1995).

Muitos esforços foram envidados para a criação de um código brasileiro ou para países de língua portuguesa, entre 1934 e 1963. Todavia, as ideias não progrediram, tendo sido desenvolvidas apenas normas para cabeçalhos de nomes em língua portuguesa.

Destaca-se, em 1970, a obra *Catálogo simplificado*, de *Cordélia Robalinho Cavalcanti*, utilizada em muitas bibliotecas como o *Código brasileiro*. Porém, o mundo trilhava para a padronização e a tendência era ter um código com pontos comuns, principalmente com os avanços tecnológicos.

A Conferência de Paris ou Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, em 1961, foi o primeiro evento para normalização e padronização em nível internacional na catalogação, com o objetivo principal de uniformizar as regras de entradas e cabeçalhos principais. Após essa conferência, vários códigos sofreram modificações.

Barbosa (1978, p. 42) apresentou algumas resoluções da Conferência:

que os delegados e comissões nacionais promovessem, em seus países, a maior publicidade possível para o Texto dos Princípios, não só entre bibliotecas, mas também entre editoras, livreiros e autoridades responsáveis;

que países pertencentes à mesma área linguística deveriam elaborar seus códigos ou rever os já existentes, de acordo com os princípios estabelecidos, e adotar esses mesmos princípios na elaboração de suas bibliografias nacionais.

Ainda na conferência, foram estabelecidos os itens para escolha e formas de cabeçalhos de entrada:

- a) objetivos;
- b) funções do catálogo;
- c) estrutura de um catálogo;
- d) tipos de entrada;
- e) uso de entradas múltiplas;
- f) funções dos diferentes tipos de entrada;
- g) escolha do cabeçalho uniforme;
- h) autor pessoal e individual;
- i) entrada coletiva;
- j) autoria múltipla;

- k) obras que entram pelo título;
- l) cabeçalhos de entrada para autores individuais.

Em 1967, publicou-se a primeira edição das *Anglo-American Cataloging Rules* (AACR) (*Regras de catalogação anglo-americanas*, em português), que representa as interpretações das regras de catalogação em conjunto com a ALA, a *Canadian Library Association* e a *Library Association* (Inglaterra).

Em 1969, a AACR foi editada no Brasil, com a tradução para o português da versão americana, intitulada *Código Anglo-Americano de Catalogação*, seguida de uma segunda edição, em 1978, conhecida como AACR2, que passou a ser adotada em todas as escolas de Biblioteconomia, e consequentemente, extinguiu a diversidade de códigos no ensino.

Outro evento que marcou o caminho para a padronização foi a Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (RIEC), realizada em Copenhague, em 1969. *Michael Gorman*, especialista em catalogação, apresentou um documento básico à RIEC, denominado *International Standard Bibliographic Description* (*Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada* ou ISBD) que padronizava as informações contidas na descrição bibliográfica.

Resumindo, a função do catálogo é transmitir as mensagens codificadas pelo processo de catalogação relativo a um ou vários acervos. Porém, pode-se dizer que o catálogo cumpre suas funções com as seguintes características: “integridade, clareza, precisão, lógica e consistência” (MEY, 1995, p. 7). Essas características dependem do catalogador, de forma que não se prejudique a recuperação de um item documentado pelo usuário. São as seguintes:

- a) **integridade:** significa fidelidade, honestidade na representação, transmitindo informações passíveis de verificação. Por exemplo, se não há certeza da data de publicação, o catalogador acrescenta um ponto de interrogação [?], indicando a dúvida.

Exemplo: Rio de Janeiro: Editora X, [1975?].

- b) **clareza:** significa que o código utilizado deve ser compreensível aos usuários. Por exemplo, se estivermos em uma biblioteca infanto-juvenil, os termos representativos dos assuntos deverão se adequar a seu público.

Exemplo: SELOS (e não FILATELIA).

- c) **precisão:** significa que, no código utilizado, cada informação só pode representar um único dado ou conceito, sem dar margem à confusão entre as informações.

Exemplo: Rio de Janeiro: Editora X, 1984.

- d) **lógica:** significa que as informações devem ser organizadas de modo lógico. Por exemplo, na descrição do item, vai-se do mais importante (título e autor) para o mais detalhado (dados de publicação e paginação, entre outros);

- e) **consistência:** significa que a mesma solução deve ser sempre usada para informações semelhantes. Por exemplo, se a biblioteca decidir que a recuperação dos nomes pessoais se fará pelo prenome, e não pelo sobrenome, como é feito usualmente, todos os itens deverão ter seus autores assim representados.

Exemplo: Pedro José da Cunha Bastos (e não Bastos, Pedro José da Cunha)



Mas como fazer a descrição de um documento? Aleatoriamente? Com certeza, não. Para a realização da representação descritiva de um documento, existem regras e códigos que devem ser seguidos com a finalidade da normatização e padronização do processo de catalogação para um futuro intercâmbio de dados. Nas próximas unidades, vamos conhecer a adoção de códigos e padrões internacionais para a descrição bibliográfica que estejam em consonância com os objetivos e metas internacionais de catalogação.

Na década de 1970, com o advento da tecnologia e dos serviços computacionais, deu-se início aos processos de catalogação utilizando recursos tecnológicos, não sua automação propriamente dita. É o caso dos projetos *Machine Readable Cataloging* (MARC).

A partir dessa década, a *IFLA* iniciou um processo de revisão de seus princípios de catalogação. Os relatórios apresentaram um novo modelo conceitual, denominado *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR) (Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos, em português), que se tornou a base para os novos rumos da padronização catalográfica estabelecida pela *Resource Description and Access* (RDA) (*Recursos: Descrição e Acesso*, em português).

Em 1990, ocorreu o Seminário de Estocolmo sobre registros bibliográficos, onde foram discutidas as necessidades de diminuir os custos de catalogação, a importância de suprir as necessidades dos usuários e de resolver os problemas ocasionados pelo uso de diferentes suportes.

Nas próximas unidades, conheceremos a catalogação em sistemas automatizados: o FRBR e o RDA.



1.6.6 Atividade

Você estudou que a função do catálogo é transmitir as mensagens codificadas pelo processo de catalogação relativo a um ou vários acervos. Porém, pode-se dizer que o catálogo cumpre suas funções com as seguintes características: integridade, clareza, lógica e consistência (MEY, 1995). Relacione a coluna das características com a coluna que oferece as explicações de cada uma:

- (A) CONSISTÊNCIA
- (B) CLAREZA
- (C) LÓGICA
- (D) INTEGRIDADE
- (E) PRECISÃO
- () As informações devem ser organizadas de modo coerente.
- () O código utilizado só pode representar um único dado ou conceito, sem dar margem à confusão entre as informações.
- () A mesma solução deve ser sempre usada para informações semelhantes.
- () O código utilizado deve ser compreensível aos usuários.
- () É necessário fidelidade e honestidade na representação, transmitindo informações passíveis de verificação.

Gabarito: C – E – A – B – D.

1.6.7 Vamos conhecer um pouco sobre o controle bibliográfico?

Figura 21 – Uma infinidade de documentos para catalogar



Fonte: Pixabay (2015).¹⁵

Como vocês estão vendo, os catálogos desenvolvidos nas bibliotecas foram os principais instrumentos de controle e registro das publicações dos acervos ou coleções. Nesse sentido, após a invenção da imprensa, começaram as tentativas de registrar a totalidade dos documentos publicados no mundo.

Mas como controlar esses documentos publicados no mundo?

Define-se controle bibliográfico como um sistema mundial de controle e troca de informações bibliográficas, de modo a tornar disponíveis, rapidamente, e em forma internacionalmente aceitável, os dados bibliográficos sobre todas as publicações, editados em todos os países.

Desde a invenção da imprensa de *Gutenberg* até a chamada explosão bibliográfica, vêm se estudando maneiras, formas de organização e controle de materiais bibliográficos, com o intuito não apenas de preservação da memória cultural, mas também de acessibilidade e disponibilidade para gerações futuras.

As primeiras tentativas de controle bibliográfico começaram a ser desenvolvidas por organizações a partir da década de 1970. Eram programas que visavam à consecução do controle da produção intelectual em âmbito nacional e internacional, aprimorando as atividades de organização bibliográfica.

Em 1977, foram propostas as diretrizes para o programa denominado CBU, desenvolvido pela *UNESCO* e a *IFLA*, com o objetivo de tornar

¹⁵ Disponível em: <<https://pixabay.com/pt/livros-biblioteca-educacao-768426>>. Acesso em: 4 maio 2020.

disponíveis universalmente, sob a forma tradicional aceita, os dados bibliográficos de todas as publicações editadas em seus respectivos países. Para isso, foram estabelecidos padrões, além de cada país tornar-se responsável por seu controle.

Bibliografia nacional – Lista de publicações de um país.



Assim, cada país seria responsável pela descrição bibliográfica padronizada e pela divulgação, por meio da bibliografia nacional, das publicações ali editadas. Ao estabelecê-lo, *UNESCO* e *IFLA* previam que seria um projeto de longo prazo, a partir do qual cada país buscaria progressivamente fazer uso das novas tecnologias de informação para aperfeiçoar o controle bibliográfico em seu âmbito de ação, sendo diferentes os estágios de desenvolvimento e os patamares de organização bibliográfica e de contribuição de cada um (CAMPELLO, 2006).



Curiosidade

Curiosidades sobre bibliografias

Em 1494, foi publicada a primeira bibliografia, intitulada *Liber de scriptoribus ecclesiasticis*. Mais de cem anos depois, em 1545, publicou-se a primeira bibliografia universal (*Biblioteca universalis*, de *Conrad Gesner*), e em 1549, o escritor inglês *John Bale* publicou a primeira bibliografia nacional.

A bibliografia nacional, no Brasil, teve origem com o *Boletim das Aquisições mais Importantes Feitas pela Bibliotheca Nacional* (1886), organizada pelo bibliotecário *João de Saldanha da Gama* (1835-1889) (CAMPELLO, 2006).

Os princípios do CBU foram consolidados no século XX, por programas e projetos internacionais, o que possibilitou a uniformidade na descrição bibliográfica dos documentos publicados, assim como a Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, realizada em Paris, em 1961, patrocinada pela *UNESCO* e organizada pela *IFLA*.

A *IFLA*, em 1961, durante a Conferência de Paris, criou o programa básico, CBU, com a finalidade de promover um sistema mundial de controle e intercâmbio de informação bibliográfica. Como resultado, seria possível que apenas um registro bibliográfico fosse produzido para cada documento editado pelos países (GARRIDO ARILLA, 1999).

A contribuição da catalogação nesse processo está no desenvolvimento das normas para descrição bibliográfica (sobre as quais trataremos adiante) e nos serviços de catalogação na publicação.

Conforme recomendação da *UNESCO*, os serviços dos programas de catalogação na publicação devem ser efetuados pela *Agência Bibliográfica Nacional* ou *Biblioteca Nacional*, juntamente com as editoras, que devem enviar a prova tipográfica do livro em tempo suficiente para a descrição do registro antes de a obra ser publicada.

Campello e *Magalhães* (1997, p. 54) recomendam o que deve constar na catalogação na publicação:

- 2

[illegible]

- 41

9. Manuscritos gravados em madeira, em geral do período da Antiguidade tardia até a Idade Média. *Manuscritos do Novo Mundo* foram escritos por volta do século XVI.
10. Um dos principais processos de tratamento técnico, sendo também conhecida como representação descritiva ou descrição bibliográfica.

Resposta comentada

Solução da cruzada:

1				B	I	B	L	I	O	G	R	A	F	I	A	S	*	U	N	I	V	E	R	S	A	I	S					
2						I	T	E	M																							
3				B	I	B	L	I	O	T	E	C	A	*	D	O	*	V	A	T	I	C	A	N	O							
4				P	A	U	L	*	O	T	L	E	T																			
5				C	Ó	D	I	G	O	*	D	A	*	A	L	A																
6						V	O	L	U	M	E																					
7				C	U	T	T	E	R																							
8	C	O	N	T	R	O	L	E	*	B	I	B	L	I	O	G	R	Á	F	I	C	O	*	U	N	I	V	E	R	S	A	L
9							C	O	D	I	C	E																				
10				C	A	T	A	L	O	G	A	Ç	Ã	O																		

RESUMO

O percurso histórico da catalogação e dos catálogos como instrumento de mediação das bibliotecas é um fato que impulsionou o desenvolvimento da organização da informação.

Chamam-se organização da informação os processos que envolvem a descrição dos materiais que farão parte do acervo de uma unidade de informação. Essa descrição pode ser de dois tipos: do suporte físico e do conteúdo.

O catálogo deixou de ser uma simples lista organizada de documentos e, dessa forma, se tornou um instrumento de comunicação responsável por informar ao usuário a respeito dos documentos existentes na biblioteca e da pertinência de sua necessidade.

Os problemas enfrentados pelos bibliotecários durante a construção dos catálogos das bibliotecas com grandes acervos contribuíram na elaboração das primeiras iniciativas de padronização.

O tratamento documentário do suporte material, objeto da Representação Descritiva ou Catalogação, visa elaborar a descrição normalizada de aspectos físicos do documento, permitindo seu acesso.

A partir desse percurso histórico, percebe-se que não bastava mais apenas inventariar a informação, mas sim representá-la com o propósito de criar estruturas eficazes para sua busca e recuperação pelos usuários.



Sugestão de Leitura

DIAS, Antonio Caetano. **Elementos de catalogação**. Rio de Janeiro: ABB, 1967.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Declaração de princípios internacionais de catalogação**. Paris: IFLA, 2009. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2009-pt.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2016.

MEY, Eliane Serrão Alves. **Não brigue com a catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2003.

TOLENTINO, Vinicius de Souza; ORTEGA, Cristina Dotta. A descrição sob o ponto de vista da catalogação, da bibliografia e da catalografia. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 21, n. 46, p. 2-18, maio/ago. 2016.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Alice Príncipe. **Novos rumos da catalogação**. Rio de Janeiro: BNG/BRASILART, 1978.

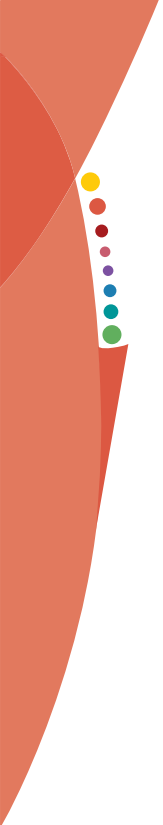
BRASIL. Ministério da Saúde. **Procedimentos para normalização de publicações do Ministério da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/procedimentos_normalizacao_ministerio_saude_1edicao.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2020.

CAMPELLO, Bernadete. **Introdução ao controle bibliográfico**. 2. ed. Brasília: Brinquet de Lemos, 2006.

FIUZA, M. M. A catalogação bibliográfica até o advento das novas tecnologias. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 43-53, 1987.

Semestre

2



MEY, Eliane Serrão Alves. Breve histórico dos catálogos e da catalogação. In: MEY, Eliane Serrão Alves. **Introdução à catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, N. C. **Catalogação no plural**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, N. C. **Introdução à catalogação**. Rio de Janeiro: Briquet de Lemos, 1995.

SANTOS, Josiel M. O processo histórico evolutivo das bibliotecas da Antiguidade ao renascimento. **Vida de ensino**, Rio Verde, v. 1, n. 1, p. 1-10, ago./fev. 2010.

UNIDADE 2

INSTRUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DA INFORMAÇÃO: NORMAS E CÓDIGOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Conhecer os instrumentos utilizados na representação descritiva da informação.

2.2 OBJETIVO ESPECÍFICO

Esperamos que, ao final desta unidade, você seja capaz de:

1. conhecer as normas e códigos utilizados na representação descritiva:
 - *Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada (ISBD)*;
 - *Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR)*;
 - *Descrição e Acesso de Recursos (RDA)*.
-

2.3 COMO ANDA O TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO?

Semestre

2

Figura 22 – Tendências no tratamento da informação



Fonte: Pixabay (2017).¹⁶

Agora, veremos os instrumentos que padronizam as regras catalográficas, constituindo-se nas tendências atuais no tratamento descritivo da informação.

2.4 DESCRIÇÃO BIBLIOGRÁFICA NORMALIZADA INTERNACIONAL (ISBD)

A *Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada* (*International Standard Bibliographic Description*, em inglês) (*ISBD*) é uma norma desenvolvida pela *IFLA* para a descrição de documentos.

O *ISBD* tem sua origem na Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (RIEC), em Copenhague, em 1969, promovida pelo Comitê sobre Catalogação da *IFLA*. Lá, surgiu a proposta de criação de normas que regulamentassem a forma e o conteúdo das descrições, servindo como um instrumento de comunicação internacional da informação bi-

¹⁶ Disponível em: <<https://pixabay.com/pt/biblioteca-dublin-irlanda-trindade-2551593>>. Acesso em: 4 maio 2020.

bliográfica. O texto-base da *ISBD* foi o documento preparado por *Michael Gorman* para essa reunião.

O objetivo principal da *ISBD* é fornecer disposições para uma catalogação descritiva compatível em nível mundial, a fim de auxiliar o intercâmbio internacional de registros bibliográficos entre agências nacionais e internacionais, a comunidade internacional dos bibliotecários e outros técnicos de informação. Os registros normalizados facilmente são importados de uns serviços a partir dos registros de outros serviços, mesmo que eles não estejam no mesmo país, sendo possível o compartilhamento.

O objetivo específico da *ISBD* é fornecer uma transcrição suficientemente precisa em relação às páginas, títulos etc., para permitir que diferentes trabalhos e diferentes edições de uma mesma obra possam ser facilmente identificados (BYRUM, 2005).

A *Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada para as Monografias (ISBD(M))* foi a primeira *ISBD* a ser publicada, em 1971 e, consecutivamente, foram aparecendo *ISBDs* para outros recursos específicos:

- a) para publicações em série: *ISBD(S)*, em 1974;
- b) para material cartográfico: *ISBD(CM)*, em 1977;
- c) para material não livro: *ISBD(NBM)*, em 1977;
- d) para livro antigo: *ISBD(A)*, em 1980;
- e) para música impressa: *ISBD(PM)*, em 1980;
- f) para ficheiros de computador: *ISBD(CF)*, em 1990.

Ficheiros – Arquivos de computador.

Nesse contexto, foi necessário criar uma estrutura geral em que se enquadrassem todas as *ISBD*, o que resultou na produção da *ISBD(G)*, publicada em 1977. A principal utilidade da *ISBD(G)* é assegurar a harmonia entre as outras *ISBD*.

Para a descrição ao nível dos analíticos, foram publicadas, em 1988, as *Diretivas para a aplicação da ISBD para a descrição de partes componentes*. Na página da *IFLA* (<<https://www.ifla.org/isbd-rg/superseded-isbd-s->>), encontramos informações completas das *ISBD* e a lista de todas as suas edições (Figura 23).

Figura 23 – Edições das *ISBD*



Fonte: Dokumentalistas (20--?).¹⁷

¹⁷ Disponível em: <<https://i2.wp.com/www.dokumentalistas.com/wp-content/uploads/2013/04/ISBD.gif?fit=753%2C550>>. Acesso em: 4 maio 2020.

A *ISBD* tornou-se padrão para a descrição bibliográfica e para todos os códigos de catalogação, inclusive o *AACR*, que veremos em seguida.

Ela dividiu as informações descritivas em oito áreas, onde encontramos os elementos que correspondem aos tipos de informação em cada área. Essas áreas são usadas para todos os tipos de recursos informacionais.

É interessante destacarmos os elementos sempre presentes na estrutura da *ISBD*:

- a) especificação dos elementos que integram uma descrição bibliográfica;
- b) cada elemento da descrição bibliográfica (título, responsabilidade, menção de edição etc.) surge sempre pela mesma ordem de sucessão;
- c) previsão de um sistema de pontuação que precede cada elemento da descrição.

Figura 24 – Modelo de ficha normalizada

W482a Weor, Samael Aun, 1917-1977 A autêntica biografia de Jesus: sua missão, reencarnações, vida e ensinamentos esotéricos / Samael Aun Weor. – São Paulo: Esotera, 2013. 248 p. : 16x23 cm ISBN 978-85-61959-02-9 1. Jesus Cristo – Interpretações ocultistas. 2. Vida espiritual. 3. Esoterismo. I. Título. CDD-133

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciências Ocultas 133
2. Espiritualidade 248.4

Fonte: *Wikimedia Commons* (2014).¹⁸

Além disso, devemos conhecer os elementos e sua ordem:

0 ÁREA DE FORMA DO CONTEÚDO E DO TIPO DE MATERIAL

0.1 Forma do conteúdo

0.2 Tipo de material

1 ÁREA DE TÍTULO E MENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

1.1 Título

1.2 Título paralelo

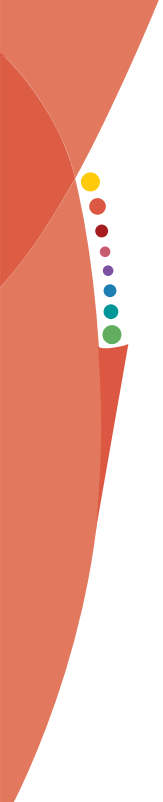
1.3 Complemento do título

1.4 Indicações de responsabilidade

2 ÁREA DE EDIÇÃO

2.1 Indicação de edição

¹⁸ Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Exemplo_de_Ficha_Catalogo%C3%A1fica.png>. Acesso em: 4 maio 2020.

- 
- 2.2 Indicação de edição paralela
 - 2.3 Indicações de responsabilidade relativas à edição
 - 2.4 Indicações de edição adicional
 - 2.5 Indicação de responsabilidade relativa à indicação de edição adicional
 - 3 ÁREA ESPECÍFICA DE MATERIAL OU TIPO DE PUBLICAÇÃO
 - 3.1. Dados matemáticos (recursos cartográficos)
 - 3.2 Informação de formato musical (música notada)
 - 3.3 Numeração (publicações em série)
 - 4 ÁREA DE PUBLICAÇÃO, PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO ETC.
 - 4.1 Local de publicação, produção e/ou distribuição
 - 4.2 Nome do editor, produtor e/ou distribuidor
 - 4.3 Data de publicação, produção e/ou distribuição
 - 4.4 Local de impressão ou fabrico
 - 4.5 Nome do impressor ou fabricante
 - 4.6 Data de impressão ou fabrico
 - 5 ÁREA DE DESCRIÇÃO FÍSICA
 - 5.1 Extensão
 - 5.2 Outros pormenores físicos
 - 5.3 Dimensões
 - 5.4 Indicação de material acompanhante
 - 6 ÁREA DE SÉRIE E PUBLICAÇÃO EM SÉRIE MONOGRÁFICA
 - 6.1 Título próprio da série, subsérie ou publicação em série monográfica
 - 6.2 Título paralelo da série ou publicação em série monográfica
 - 6.3 Complemento do título da série ou publicação em série monográfica
 - 6.4 Informação de responsabilidade relativa da série ou publicação em série monográfica
 - 6.5 Número internacional normalizado da série, subsérie ou publicação em série monográfica
 - 6.6 Numeração da série ou publicação em série monográfica
 - 7 ÁREA DE NOTAS
 - 7.0 Notas sobre a zona de forma do conteúdo e do tipo de material
 - 7.1 Notas sobre a zona de título e menção de responsabilidade
 - 7.2 Notas sobre a zona de edição e a história bibliográfica da publicação
 - 7.3 Notas sobre a zona específica de material ou tipo de publicação

- 7.4 Notas sobre a zona de publicação, produção, distribuição etc.
- 7.5 Notas sobre a zona de descrição física
- 7.6 Notas sobre a zona de série
- 7.7 Notas relativas ao conteúdo
- 7.8 Notas sobre a zona de identificação da publicação e condições de disponibilidade
- 7.9 Notas relativas ao fascículo, parte, item etc., em que se baseia a descrição
- 7.10 Outras notas
- 7.11 Notas sobre o exemplar que se descreve

8 ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO E CONDIÇÕES DE DISPONIBILIDADE

- 8.1 Identificador do recurso
- 8.2 Título-chave (recursos continuados)
- 8.3 Condições de disponibilidade

Vamos ver um exemplo de um livro em alemão? Não precisamos conhecer o idioma pois as normas são universais, ou seja, os elementos e áreas não se alteram.

Figura 25 – Diálogo em alemão



Fonte: Freepik.¹⁹

Observe que a pontuação prescrita na *ISBD* funciona como um código linguístico, interpretável em si mesmo. Ao visualizar a Figura 26 e, mesmo não dominando o idioma alemão, podemos identificar, pela posição e pontuação, alguns dados bibliográficos.

Observe também que a *ISBD* determina os elementos de dados que permitem transcrever, em uma ordem específica, a descrição de um recurso. Ela prescreve uma pontuação como meio de reconhecer e apresentar esses elementos de dados de forma compreensível e independente do idioma empregado na descrição (IFLA, 2013).

¹⁹ Disponível em: <https://br.freepik.com/vetores-gratis/pop-art-casal-bonito-retro-no-estilo-da-banda-desenhada-com-mensagem_939588.htm#term=couple%20talking&page=1&position=16>. Acesso em: 4 maio 2020.

Figura 26 – Registro bibliográfico pontuado (ISBD)

Text (visuell) :ohneHilfsmittelzubenutzenKlassischeDramen:[TextundKommentar]
/Friedrich Schiller;herausgegeben von MatthiasLuserke-Jaqui. – Frankfurt, M. :Dt.
Klassiker-Verl.,2008.888S.;18cm.–(DeutscherKlassiker-VerlagimTaschenbuch;Bd.
26)Literaturverz. S. 879-885. – FrühereAufl. als: WerkeundBriefe: in zwölfBänden/
Friedrich Schiller ;Bd. 5. – Enthältu.a.: Maria Stuart. Die Jungfrau von Orleans. –
ISBN 978-3-618- 68026-0

Fonte: IFLA (2013).

No Quadro 1, observamos a importância da *ISBD* para o processo de intercâmbio, independentemente do idioma de transcrição, assim como para entender que o registro fica evidente, além de facilitar o serviço de informação e o conceito do controle bibliográfico.

Quadro 1 – Registro bibliográfico formatado por área da ISBD

Área 1	Klassische Dramen [Gedruckter Text] : [Text und Kommentar] / Friedrich Schiller ; herausgegeben von Matthias Luserke-Jaqui
Área 2	
Área 3	
Área 4	. – Frankfurt, M. : Dt. Klassiker-Verl., 2008
Área 5	. – 888 S. ; 18 cm
Área 6	. – (DeutscherKlassiker-VerlagimTaschenbuch ; Bd. 26)
Área 7	. – Literaturverz. S. 879-885. – FrühereAufl. als: Werke und Briefe : in zwölfBänden / Friedrich Schiller ; Bd. 5. – Enthältu.a.: Maria Stuart. Die Jungfrau von Orleans
Área 8	. – ISBN 978-3-618-68026-0

Fonte: IFLA (2013).

Como podemos observar no Quadro 1, não é exigido preencher todos os elementos, havendo alguns obrigatórios e outros facultativos. O preenchimento depende também da informação que obtemos da publicação.

Nota: o sinal de pontuação . – (ponto, espaço, travessão) significa mudança de área e corresponde a um parágrafo.

Agora vamos ver a mesma publicação, mas com uma apresentação típica, a partir do modelo *ISBD* (Figura 27):

Figura 27 – Ficha catalográfica – modelo ISBD

Text (visuell) :ohneHilfsmittelzubenutzen
Klassische Dramen : [Text und Kommentar] / Friedrich Schiller ; herausgegeben von Matthias Luserke-Jaqui. – Frankfurt, M. : Dt. Klassiker-Verl., 2008.
888 S. ; 18 cm. –(Deutscher Klassiker-VerlagimTaschenbuch ; Bd. 26)
Literaturverz. S. 879-885. – FrühereAufl. als: Werke und Briefe : in zwölfBänden / Friedrich Schiller ; Bd. 5. – Enthältu.a.: Maria Stuart. Die Jungfrau von Orleans. – ISBN 978-3-618-68026-0

Fonte: IFLA (2013).



2.4.1 ISBD consolidada

A *ISBD* consolidada (Figura 28) reúne todas as *ISBDs* publicadas em uma única norma, ou seja, ela unificou as *ISBDs* especializadas (livros, mapas, publicações em série, música e sons, ficheiros de computador e outros recursos eletrônicos). Simultaneamente, adaptaram-se os requisitos para a descrição de todos os recursos, de modo a conseguir que a descrição dos vários tipos de materiais esteja no mesmo estado de concordância com os FRBR.

O FRBR é um modelo conceitual resultante do estudo realizado por um grupo de estudo da *IFLA* entre os anos de 1992 e 1997, e publicado em 1998, que veremos na próxima unidade.

Figura 28 – Capa da edição consolidada do ISBD



Fonte: IFLA (2016).²⁰

Segundo Rodríguez e McGarry (2007, p. 128):

Os modelos de publicação hoje em dia estão em constante mudança, em grande parte devido ao meio eletrônico, no qual estamos cada vez mais inseridos, já que cada vez é maior o interesse nos metadados para

²⁰ Disponível em: <<https://www.ifla.org/publications/international-standard-bibliographic-description>>. Acesso em: 4 maio 2020.



promover o controle e acesso aos recursos eletrônicos. A ISBD se beneficiará de novas oportunidades para influenciar o conteúdo e o uso de outros esquemas de metadados, já que a maioria deles define elementos que lhes são familiares. Por outro lado, importa não só considerar as novas situações bibliográficas, mas também atender às práticas já estabelecidas que continuam tão úteis agora como foram no passado. Portanto, é necessário que a IFLA continue a assegurar a atualização da ISBD, e que a continue fazendo em cooperação com as agências bibliográficas nacionais e comitês nacionais e internacionais de catalogação.

Assim, observamos que a *ISBD* consolidada é um exemplo de muitos estudos para o aprimoramento dos instrumentos descritivos para o controle e intercâmbio mundial dos registros bibliográficos.

2.5 CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO-AMERICANO (AACR)

Como vimos, a Conferência de Paris ou Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação foi o primeiro evento com o objetivo de discutir a normalização e padronização em nível internacional da catalogação. A partir daí, vários códigos foram modificados.

O AACR seguiu os *Princípios da Declaração de Paris* de 1961. Em 1967, foi publicada sua primeira edição – uma publicação conjunta da ALA (EUA), da *Canadian Library Association* (Canadá), da *Library Association* (Inglaterra) e da LC (EUA).

No Brasil, os trabalhos realizados nessa área tiveram como precursora a eminente bibliotecária *Maria Luísa Monteiro da Cunha*, da *Universidade de São Paulo (USP)*, que participou da mencionada conferência realizada em 1961. A partir daquele momento, ela iniciou a divulgação da proposta junto às bibliotecas e escolas de Biblioteconomia brasileiras, ressaltando a importância da adoção de princípios internacionais de representação descritiva de publicações. Em 1969, foi publicada a primeira edição brasileira do AACR, coordenada pelo então atuante bibliotecário *Abner Lellis Corrêa Vicentini* (FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, 2017).

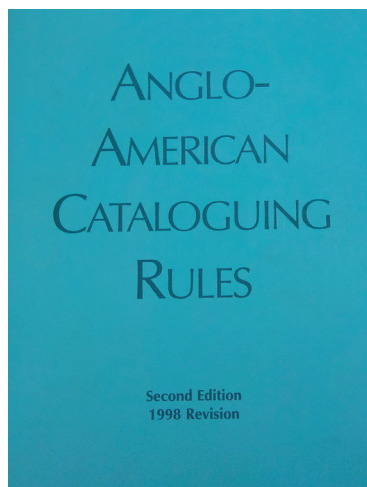
Em 1969, o AACR foi traduzido para o português do Brasil e adotado como código internacional para descrição de objetos informacionais.

Houve muitas discordâncias entre americanos e ingleses e, em consequência, foram publicados dois códigos, cada um em um país. Entretanto, em 1978, foi publicada a segunda edição do AACR (Figura 29),

passando a ser conhecido por AACR2, resultante da unificação das regras americanas e inglesas e utilizando a pontuação prescrita pela ISBD.

O AACR2 foi traduzido para vários idiomas, inclusive para o português, pela *Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB)*, em dois volumes: o volume 1, em 1983 e o volume 2, em 1985, além de ter sido revisado em 1988 e 2002, passando a ser conhecido por AACR2r.

Figura 29 – Segunda edição do AACR



Fonte: Wikimedia Commons (2012).²¹

2.5.1 Estrutura do AACR2

O AACR2 tem como objetivo a normalização da catalogação em nível internacional, subsidiando o tratamento da informação. Utiliza sistema de pontuação e a catalogação pode ser feita pelo suporte físico da obra.

A tradução de 2002 para o português teve revista a redação e numeração das regras, além da inclusão de novos exemplos. A obra é constituída em Parte 1 (capítulos 1 ao 13) e Parte 2 (capítulos 21 ao 26, Apêndices e Índice).

A Parte 1 trata da descrição de objetos informacionais. As regras básicas para a descrição de todos os materiais se encontram no capítulo 1, que estabelece todas as regras de aplicabilidade geral.

Parte I – Descrição

- 1 Regras gerais de descrição
- 2 Livros, folhetos e folhas Impressas
- 3 Materiais cartográficos
- 4 Manuscritos (incluindo coleções manuscritas)
- 5 Música
- 6 Gravação de som
- 7 Filmes cinematográficos

²¹ Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Anglo_American_cataloging_rules.jpg>. Acesso em: 4 maio 2020.

Realia – Conjunto de ilustrações de uma obra.

- 8 Materiais gráficos
- 9 Recursos eletrônicos
- 10 Artefatos tridimensionais e realia
- 11 Microforma
- 12 Recursos contínuos
- 13 Análise

A Parte 2 apresenta, principalmente, os pontos de acesso (especialmente do nome de interesse), e os apêndices, de grande utilidade para a descrição (em especial a de abreviaturas).

Parte II – Pontos de acesso, títulos uniformes, remissivas

- 21 Escolha dos pontos de acesso
- 22 Cabeçalhos para pessoas
- 23 Nomes geográficos
- 24 Cabeçalhos para entidades
- 25 Títulos uniformes
- 26 Remissivas

APÊNDICES

- A Maiúsculas e minúsculas
- B Abreviaturas
- C Numerais
- D Glossário
- E Artigos iniciais
- F Apêndice à tradução brasileira

ÍNDICE



2.5.2 Atividade

Assinale as opções correspondentes às definições:

1. Qual a entidade que desenvolveu o *International Standard Bibliographic Description (ISBD)*?
 - a) *American Library Association (ALA)*;
 - b) *Canadian Library Association (Canadá)*;
 - c) *Library Association (Inglaterra)*;
 - d) *Library of Congress (LC)*;
 - e) *International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA)*.

2. Compêndio de regras para a criação de descrições bibliográficas e para a escolha, a construção e a atribuição dos pontos de acesso:
 - a) AACR2;
 - b) FRBR;
 - c) ISBD;
 - d) IFLA;
 - e) Dublin Core.

Resposta comentada

1. A única opção verdadeira é a **e)**, (IFLA), pois foi a *Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias* que desenvolveu o padrão *Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada (ISBD)*.
2. A resposta correta é a letra **a)**, *Código de catalogação Anglo-Americano (AACR2)*, por resumir as regras para descrições bibliográficas e dos pontos de acesso dos recursos informacionais. Os Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR) são um modelo conceitual que reorganiza os elementos dos registros bibliográficos por meio da análise de entidades, atributos e relacionamentos, com objetivo de relacionar dados registrados às necessidades dos usuários. O ISBD é um padrão para a criação de descrições bibliográficas que especifica os elementos necessários para a descrição dos diversificados recursos informacionais, uniformizando a ordem dos elementos do registro e a pontuação utilizada entre os elementos. A IFLA é o órgão internacional que representa e promove a causa dos serviços de bibliotecas e dos bibliotecários. E o Dublin Core é um esquema de metadados que visa a descrever objetos digitais.

2.5.3 Estrutura da descrição

A descrição se divide em oito áreas (que constituem a sua parte mais importante), e é registrada após a entrada principal, de acordo com o tipo de informação obtida no documento.

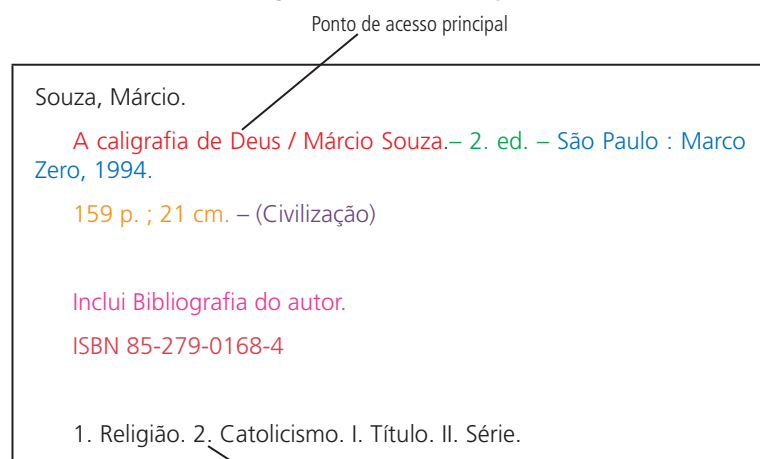
Apresentaremos, a seguir, alguns exemplos ilustrativos para vocês entenderem melhor a utilização do AACR2. Não pretendemos cobrir todos os aspectos, nem mesmo esgotar todos os capítulos em todos os detalhes conforme constam do documento original em que ele se baseia. Nos concentraremos na representação descritiva e nos pontos de acesso para livros, folhetos e folhas impressas, segundo as regras básicas do *Código de Catalogação Anglo-Americano*, segunda edição.

2.5.3.1 Áreas

Na legenda de cores, a seguir, você poderá identificar com facilidade as áreas da descrição na Figura 30:

1. Área do título e indicação de responsabilidade
2. Área da edição
3. Área dos detalhes específicos do material (ou do tipo de publicação)
4. Área da publicação, distribuição etc.
5. Área da descrição física
6. Área da série
7. Área das notas
8. Área do número normalizado e modalidades de aquisição

Figura 30 – Ficha exemplo



Fonte: produção do próprio autor (2017).

No exemplo acima, temos o autor *Souza*. Consultando o código, seria: **729**, ficando a notação assim formada: **S729**.

Na ficha, deve constar o número de *Cutter* (notação de autor) e o número de classificação, que você aprenderá na disciplina Representação Temática da Informação.

A notação de autor se constitui de um código que representa o sobrenome do autor utilizado como ponto de acesso principal. *Cutter* criou uma tabela de códigos de nomes pessoais. Ela representa cada sobrenome pela letra inicial, seguida de três dígitos. Quando um sobrenome não se enquadrar exatamente no sobrenome previsto, deve-se usar o código imediatamente anterior.



Multimídia

Figura 31 – Tabela de Cutter

— Cutter-Sanborn —

A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z							
Q		R		S		T	
1	Qua	111	Ra	111	Sa	111	Ta
2	Quat	112	Rab	112	Saar	112	Tab
3	Que	113	Rabau	113	Sab	113	Taba
4	Quer	114	Rabe	114	Sabb	114	Tabo
5	Ques	115	Raben	115	Sabe	115	Tac
6	Qui	116	Rabi	116	Sabi	116	Tacf
7	Quin	117	Rabu	117	Sabl	117	Tach
8	Quir	118	Rac	118	Sabr	118	Taci
9	Quo	119	Rach	119	Sac	119	Taco
		121	Raci	121	Sach	121	Tad
		122	Rack	122	Saco	122	Tado
		123	Raco	123	Sacr	123	Tae
		124	Rad	124	Sad	124	Taf
		125	Radc	125	Sade	125	Tag
		126	Rade	126	Sadl	126	Tagl

Fonte: Cutter-Sanborn (20--?).²²

Podemos visualizar a *Tabela de Cutter* (Figura 31) completa no seguinte endereço: <<http://203.241.185.12/asd/board/Author/upfile/qrst.htm>>.

2.5.3.2 Pontuação

A pontuação indica e separa os elementos da descrição. Os sinais de pontuação da descrição são precedidos e seguidos de espaço, exceto o **ponto**, a **vírgula**, o **hífen**, os **parênteses** e os **colchetes**.

As áreas se separam por meio de **ponto, espaço, travessão, espaço** (. –). A área final de um parágrafo terminará sempre pelo **ponto**, exceto nos casos da presença de outro sinal também prescrito pelo *Código*, caso em que este último sinal prevalecerá.

Dados obtidos fora da(s) fonte(s) de informação prescrita(s) devem ser colocados entre colchetes.

Indica-se a omissão de parte de um elemento usando reticências (...). As reticências devem ser precedidas e seguidas de um espaço em branco.

²² Disponível em: <<http://203.241.185.12/asd/board/Author/upfile/qrst.htm>>. Acesso em: 4 maio 2020.

2.5.3.2.1 Sinais de pontuação

Confira no Quadro 2 a seguir os sinais de pontuação:

Quadro 2 – Sinais de pontuação

SINAIS	SÍMBOLOS
COLCHETES	[]
RETICÊNCIAS	...
IGUAL	=
BARRA INCLINADA	/
DOIS PONTOS	:
PONTO E VÍRGULA	;
VÍRGULA	,
PONTO	.
INTERROGAÇÃO	?
HÍFEN	-
PONTO ESPAÇO TRAVESSÃO ESPAÇO	. –
TRAVESSÃO	–
SINAL DE ADIÇÃO	+
SINAL DE MULTIPLICAÇÃO	x

Fonte: produção do próprio autor (2017).

2.5.3.3 Margens

No caso de emprego da ficha catalográfica modelo tradicional (formato 7,5 x 12,5 cm), adota-se como **primeira margem** o 9º espaço a partir da margem esquerda da ficha; como **segunda margem** (início de parágrafo), o 12º e como **terceira margem**, o 15º (empregada exclusivamente como continuação da entrada principal de pessoas físicas ou de entidades).

É aconselhável que o tipo da fonte seja o mesmo utilizado na obra. O tamanho deve ser menor que o do texto da obra e o espaçamento na modalidade simples.

2.5.3.4 Níveis de detalhamento na descrição

Recomendam-se três níveis de descrição, especificando os elementos mínimos que devem ser registrados por bibliotecas e outras agências catalogadoras. A escolha deve ser baseada no objetivo do catálogo para o qual a entrada é elaborada:

- a) primeiro nível de descrição:

Título principal / primeira indicação de responsabilidade, se diferir do cabeçalho da entrada principal em forma ou número, ou se não houver cabeçalho de entrada principal. – Indicação de edição. – Detalhes específicos do material (ou do tipo de publicação). – Primeiro editor etc., data de publicação etc. – Extensão do item. – Nota(s). – Número normalizado.

b) segundo nível de descrição:

Título principal [designação geral do material] = Título equivalente: outras informações sobre o título / primeira indicação de responsabilidade; cada uma das indicações subsequentes de responsabilidade. – Indicação de edição / primeira indicação de responsabilidade relativa à edição. – Detalhes específicos do material (ou tipo de publicação). – Primeiro lugar de publicação etc.: primeiro editor etc., data de publicação etc. – Extensão do item : outros detalhes físicos : dimensões. – (Título principal da série / indicação de responsabilidade relativa à série, ISSN da série; numeração dentro da série. Título da subsérie, ISSN da subsérie; numeração dentro da subsérie). – Nota(s). – Número normalizado.

c) terceiro nível de descrição: para o terceiro nível de descrição, inclua todos os elementos especificados nas regras seguintes, aplicáveis ao item que está sendo descrito.

Vamos ver como seriam descritos os dados da obra *Tereza Batista cansada de guerra* (Figura 32), de *Jorge Amado*, nos três níveis?

Figura 32 – Capa do livro



Fonte: Faldini (1987).

Dados da obra (Figura 33):

Figura 33 – Dados da obra

- Tereza Batista cansada de guerra
- Jorge Amado
- Romance
- Obras ilustradas de Jorge Amado
- XIX
- Ilustrações de Calasans Neto
- Capa de Carybé
- Retratos do autor por Carlos Bastos e Zélia Amado
- Modinha para Tereza Batista, composta por Dorival Caymmi
- Supervisão gráfica de Rodolpho Ceraso
- Livraria Martins Editora
- São Paulo
- 1972
- 462 páginas
- 21 centímetros

Fonte: produção do próprio autor (2017).

Primeiro nível (Figura 34):

Figura 34 – Descrição em primeiro nível

A481t Amado, Jorge.
Tereza Batista cansada de guerra. – Martins, 1972.
462 p.

1. Prostituição. 2. Violência doméstica. 3. Mulher.
4. Feminismo. I. Título.

Fonte: produção do próprio autor (2017).

Segundo nível (Figura 35):

Figura 35 – Descrição em segundo nível

A481t Amado, Jorge.
Tereza Batista cansada de guerra : romance /
Jorge Amado. – São Paulo : Martins, 1972.
462 p. – (Obras ilustradas de Jorge Amado ; 19)

1. Prostituição. 2. Violência doméstica. 3. Mulher.
4. Feminismo. I. Título. II. Série.

Fonte: produção do próprio autor (2017).

Terceiro nível (Figura 36):

Figura 36 – Descrição em terceiro nível

A481t	Amado, Jorge.
	Tereza Batista cansada de guerra : romance /
	Jorge Amado ; ilustrações de Calasans Neto ; capa de Carybé ; retratos do autor por Carlos Bastos e Zélia Amado ; modinha para Tereza Batista composta por Dorival Caymmi. – São Paulo : Mar- tins, 1972.
	462 p. : il. ; 21 cm. – (Obras ilustradas de Jorge Amado ; 19)
	1. Prostituição. 2. Violência doméstica. 3. Mulher.
	4. Feminismo. I. Calasans Neto. II. Carybé. III. Bastos, Carlos.
	IV. Amado, Zélia. V. Caymmi, Dorival. VI. Título. VII. Série.

Fonte: produção do próprio autor (2017).



2.5.4 Áreas e elementos da descrição bibliográfica

Apresentaremos, a seguir, os elementos da descrição bibliográfica, que podem ou não aparecer em todas as situações de catalogação, pois dependem da natureza do item informacional e das regras do AACR2.

Foram consultadas as seguintes fontes para os exemplos apresentados em algumas regras:

- CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO-AMERICANO. 2. ed., rev. Tradução da FEBAB. São Paulo: FEBAB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.
- FALDINI, Giacomina (Org.). Manual de catalogação: exemplos ilustrativos do AACR2. São Paulo: Neobel, 1987.
- MEY, Eliane Serrão Alves. Não brigue com a catalogação! Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2003.
- RIBEIRO, Antonia Motta de Castro Memória. Catalogação de recursos bibliográficos pelo AACR2R 2002. 2. ed. Brasília: Ed.do Autor, 2004.

2.5.4.1 Área 1: do título e da indicação de responsabilidade

Título é um nome atribuído a uma obra de natureza literária, científica ou artística.

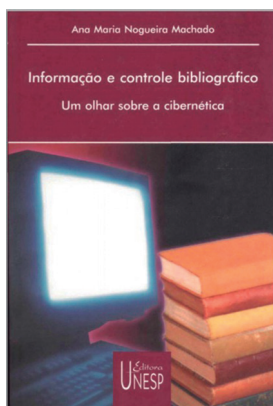
Seu registro tem lugar na linha imediatamente abaixo da do autor (entrada principal), na segunda margem, e é transcrito exatamente como consta no documento.

Títulos longos podem ser abreviados, empregando-se o recurso das **reticências**, mas conservando-se pelo menos as cinco primeiras palavras.

Colchetes no título do documento são substituídos por **parênteses**; **reticências**, por **travessão**.

Exemplo:

Figura 37 – Capa e dados do livro



- Informação e controle bibliográfico: um olhar sobre a cibernética
- Ana Maria Nogueira Machado
- © 2003
- Editora UNESP
- 157 páginas
- 21 centímetros
- Palavras-chave: Biblioteconomia. Cibernética. Controle bibliográfico. Informação. Sistemas de armazenagem e recuperação. Informática. Teoria da informação
- ISBN 85-7139-462-8

Fonte: produção do próprio autor (2017).

Figura 38 – Ficha

M149j Machado, Ana Maria Nogueira.
Informação e controle bibliográfico : um olhar sobre a cibernética / Ana Maria Nogueira Machado. – São Paulo : Unesp, 2003.

157 p. ; 21 cm.

I SBN 85-7139-462-8

1. Biblioteconomia. 2. Cibernética. 3. Controle bibliográfico. 4. Informação. 5. Sistemas de armazenagem e recuperação. 6. Informática. 7. Teoria da Informação. I. Título.

Fonte: produção do próprio autor (2017).

2.5.4.1.1 Título principal em duas ou mais línguas e/ou alfabetos diferentes

Ocorrendo título principal em duas ou mais línguas e/ou em alfabetos diferentes, prevalecerá o título na língua ou no alfabeto do texto principal, ou o título que ocorrer primeiro na fonte principal, ou ainda o título em destaque quanto aos aspectos tipográficos. O outro será registrado como **título equivalente** (o nível dois só admite um título equivalente).

Exemplo:

Figura 39 – Capa e dados do livro



- Gabriel Luiz Gabeira
- Síntese da economia brasileira 2001
- Synthesis of the Brazilian economy 2001
- 2001
- Rio de Janeiro
- Confederação Nacional do Comércio
- 30ª edição
- 128 p.
- 28 centímetros
- Edições anuais

Fonte: Faldini (1987).

Figura 40 – Ficha

S615 Síntese da economia brasileira 2001 = Synthesis of the Brazilian Economy 2001 / [colaborador] Gabriel Luiz Gabeira. – 30. ed.– Rio de Janeiro : Confederação Nacional do Comércio, 2001.
128 p. ; 28 cm.
Edições anuais.

1. Economia – Brasil. 2. Balança comercial. I. Gabeira, Gabriel Luiz. II. Conferência Nacional do Comércio. III. Título : Synthesis of the Brazilian economy 2001.

Fonte: produção do próprio autor (2017).



2.5.4.1.2 Atividade

Com relação à *Tabela Cutter*, concebida pelo bibliotecário norte-americano *Ammi Cutter* (1837-1903), avalie como verdadeiros ou falsos os itens abaixo.

- É um sistema alfanumérico para identificação de autores.
- As letras em maiúscula que vêm após o sobrenome se referem ao prenome do autor.
- O sistema tem a função de ordenar as diversas obras de um mesmo autor dentro de um mesmo assunto.
- É um sistema alfabético para identificação de autores.

- V. Quando não existir o número exato para o sobrenome, utiliza-se o mais próximo posterior.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é:

- a) V V V V V;
- b) V V V F F;
- c) F F F V V;
- d) F F F F F;
- e) V V V V F.

Resposta comentada

A sequência correta corresponde à alternativa **b**).

- I. A afirmativa é verdadeira por ser um sistema alfanumérico que representa o sobrenome do autor ou a primeira palavra de um título, que, codificado, compõe o número de chamada do recurso de informação.
- II. A afirmativa é verdadeira, pois o sistema foi elaborado de forma a diferenciar autores com mesmo sobrenome, assim, as letras em maiúscula que sucedem o sobrenome referem-se ao prenome (Figura 41).

Figura 41 – Trecho da *Tabela Cutter*

375	Alexander,	C.
376	Alexander,	J.
377	Alexander,	M.
378	Alexander,	S.
379	Alexander,	W.
381	Alexande	
382	Alexander,	M.

Fonte: indisponível.

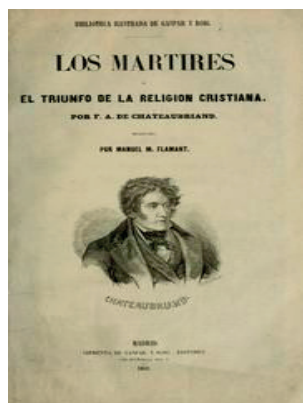
- III. A afirmativa é verdadeira, pois a classificação agrupa os recursos de informação pelos assuntos de que tratam, e para que sejam individualizados, acrescenta-se a notação do autor que ordena os itens de um mesmo autor dentro do grupo de obras de assunto específico. Com a união das duas notações, classificação e número de *Cutter*, temos o número de chamada.
- IV. A afirmativa é falsa, pois o código que representa o autor é alfanumérico, por ser composto pela primeira letra da entrada principal do recurso de informação, seguido do número correspondente estabelecido na tabela de *Cutter*, que indica um número para cada nome em ordem alfabética.
- V. A afirmativa é falsa, pois quando não existir o número exato para o sobrenome, utiliza-se o mais próximo anterior.

2.5.4.1.3 Título alternativo

Conceitua-se o **título alternativo** como sendo a segunda parte de um título que se inicia pela conjunção alternativa **ou**, ou seus equivalentes em outras línguas, entre vírgulas.

Exemplo:

Figura 42 – Capa e dados do livro



- Os mártires ou o triunfo da religião cristã
- François-René de Chateaubriand
- Editora das Américas
- 1957
- São Paulo
- Três volumes
- Obras completas de Chateaubriand, v. 4-6
- 20 centímetros
- Tradução brasileira de Padre Vicente Pedroso

Fonte: Faldini (1987).

Figura 43 – Ficha

C492m Chateaubriand, François-René de.
Os mártires, ou, O triunfo da religião cristã / François-René de Chateaubriand. – São Paulo : Ed. das Américas, 1957.
3 v. ; 20 cm. – (Obras completas de Chateaubriand ; v. 4-6)

Tradução brasileira de Padre Vicente Pedroso.

1. Literatura francesa. 2. Epopeia em prosa. 3. Mártires.
4. Religião – cristã. I. Título. II. Título: O triunfo da religião cristã. III. Série.

Fonte: produção do próprio autor (2017).

2.5.4.1.4 Título equivalente

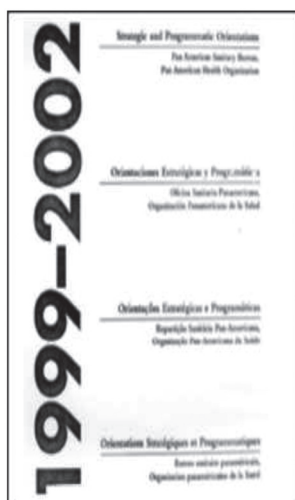
Quando uma obra possui dois ou mais títulos idênticos quanto aos elementos, apenas em idiomas ou em alfabetos diferentes, dá-se o nome de equivalentes aos títulos subsequentes ao primeiro (ou ao em destaque na fonte principal).

No nível dois de catalogação, registra-se apenas um título equivalente. No nível três, todos os títulos equivalentes aparecem na fonte principal.

Transcreva o segundo título equivalente, na seguinte ordem de preferência: inglês, francês, alemão, espanhol, latim ou em qualquer outra língua do alfabeto latino. O título equivalente é separado do título propriamente dito por **espaço, sinal de igualdade, espaço**.

Exemplo:

Figura 44 – Capa e dados do livro



- Strategic and Programmatic Orientations
 - Pan American Sanitary Bureau
 - Pan American Health organization
 - Orientaciones Estratégicas y Programáticas
 - Oficina Sanitaria panamericana
 - Organização Panamericana de La Salud
 - Orientações Estratégicas e Programáticas
 - Repartição Sanitária Pan-Americana
 - Organização Pan-Americana de Saúde
 - Orientations Stratégiques et Programmatiques
 - Bureau Sanitaire Panaméricain
- Organization Panaméricaine de La Santé
 - 1999-2002
 - Washington, D.C.
 - Pan American Health Organization
 - c1999
 - 169 páginas
 - 25 centímetros
 - PAHO official document, 291
 - ISBN 92-75-07291-4
 - Títulos e textos sucessivos em inglês, espanhol, português e francês.

Fonte: Faldini (1987).

Figura 45 – Ficha

O68s Organização Pan-Americana da Saúde.

Strategic and programmatic orientations, 1999-2002 / Pan American Sanitary Bureau, Pan American Health Organization = Orientaciones estratégicas y programáticas, 1999-2002 / Oficina Sanitaria Panamericana, Organización Panamericana de la Salud = Orientações estratégicas e programáticas, 1999-2002 / Repartição Sanitária Pan-Americana, Organização Pan-Americana da Saúde. – Washington, D.C. : Pan American Health Organization, c1999.

169 p. ; 25 cm. – (PAHO official document ; 291)

Títulos e textos sucessivos em inglês, espanhol, português e francês.

ISBN 92-75-07291-4

1. Exclusão social. 2. Saúde. 3. Mortalidade. I. Organização Pan-Americana da Saúde. Repartição Sanitária Pan-Americana. II Título. III. Título: Orientaciones estratégicas y programáticas, 1999-2002. IV. Título: Orientações estratégicas e programáticas, 1999-2002. V. Série.

Fonte: produção do próprio autor (2017).

2.5.4.1.5 Indicação de responsabilidade

Trata da indicação do responsável ou responsáveis, pessoas ou entidades, que de alguma forma participaram da criação do conteúdo intelectual ou artístico de um item:

a) com um autor:

Figura 46 – Capa e dados do livro



- Luis Fernando Veríssimo
- Poesia numa hora dessas?!
- Rio de Janeiro
- Editora Objectiva
- c2002
- 105 páginas
- Ilustrado
- 18 centímetros

Fonte: produção do próprio autor (2017).

Figura 47 – Ficha

V516p Veríssimo, Luis Fernando.

Poesia numa hora dessas?! / Luis Fernando Veríssimo. – Rio de Janeiro: Objectiva, c2002.

105 p. : Il. ; 18 cm.

1. Crônicas. 2. Lirismo. 3. Humor. 4. Cotidiano. I. Título.

Fonte: produção do próprio autor (2017).

b) com dois autores:

Figura 48 – Capa e dados do livro



- Renée Lefèvre
- Fernando Luiz da Fonseca
- Recantos, encantos e prantos da Bahia
- LTC, Arte & Cultura
- Rio de Janeiro
- São Paulo
- Editora da Universidade de São Paulo

- 1976
- 111 páginas
- Ilustrado
- 29 centímetros

Fonte: produção do próprio autor (2017).

Figura 49 – Ficha

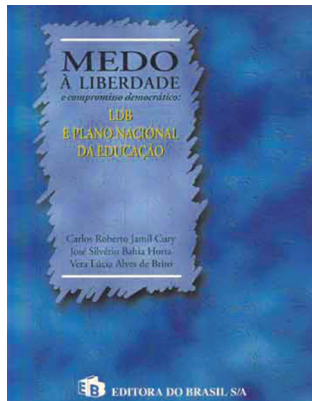
L493r Lefèvre, Renée.
Recantos, encantos e prantos da Bahia / Renée
Lefèvre, Fernando Luiz da Fonseca. – Rio de Janeiro :
LTC, Arte e Cultura ; São Paulo : Edusp, 1976.
111 p. :il. ; 29 cm.

1. Pintura. 2. Paisagem. 3. Paisagem – baiana. I. Fonseca, Fernando Luiz da. II. Título.

Fonte: produção do próprio autor (2017).

c) com três autores:

Figura 50 – Capa e dados do livro



- Carlos Roberto Jamil Cury
- José Silvério Bahia Horta
- Vera Lúcia Alves de Brito
- Medo à liberdade e compromisso democrático: LDB e Plano Nacional da Educação
- São Paulo
- Editora do Brasil
- c1977
- 319 páginas
- 23 centímetros

Fonte: produção do próprio autor (2017).

Figura 51 – Ficha

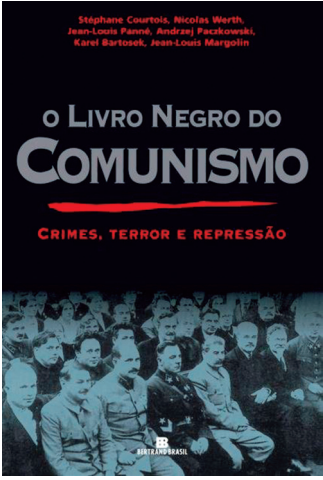
C975m Cury, Carlos Roberto Jamil.
Medo à liberdade e compromisso democrático : LDB e Plano Nacional da Educação / Carlos Roberto Jamil Cury, José Silvério Bahia Horta, Vera Lúcia Alves de Brito. – São Paulo : Ed. do Brasil, c1997.
319 p. ; 23 cm.

1. Leis – Educação. 2. Educação – Brasil. I. Horta, José Silvério Bahia. II. Brito, Vera Lúcia Alves de. III. Título IV. Título: LDB e Plano Nacional da Educação. V. Título: Plano Nacional da Educação.

Fonte: produção do próprio autor (2017).

d) mais de três autores:

Figura 52 – Capa e dados do livro



- Stéphane Courtois
- Nicholas Werth
- Jean-Louis Panné
- Andrzej Paczkowski
- Karel Bartosek
- Jean-Louis Margolin
- O livro negro do comunismo: crimes, terror e repressão
- Tradução: Caio Meira
- Rio de Janeiro
- Biblioteca do Exército Editora

- Bertrand Brasil
- 2000
- 956 páginas
- Ilustrado
- 24 centímetros
- Biblioteca do Exército, 689
- Tradução de: Le livre noir du communisme

Fonte: produção do próprio autor (2017).

Figura 53 – Ficha

L784 O livro negro do comunismo : crimes, terror e repressão / Stéphane Courtois ... [et al.] ; tradução, Caio Meira. – Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército Editora, 2000.

956 p. : Il. ; 24 cm. – (Biblioteca do Exército ; 689)

Tradução de: Le livre noir du communisme.

1. Comunismo – História – Século XX. 2. Perseguição política. 3. Terrorismo. I. Courtois, Stéphane. II. Werth, Nicolas. III. Panné, Jean-Louis. IV. Paczkowski, Andrzej. V. Bartosek, Karel. VI. Margolin, Jean-Louis. VII. Série.

Fonte: produção do próprio autor (2017).

2.5.4.2 Área 2: da edição

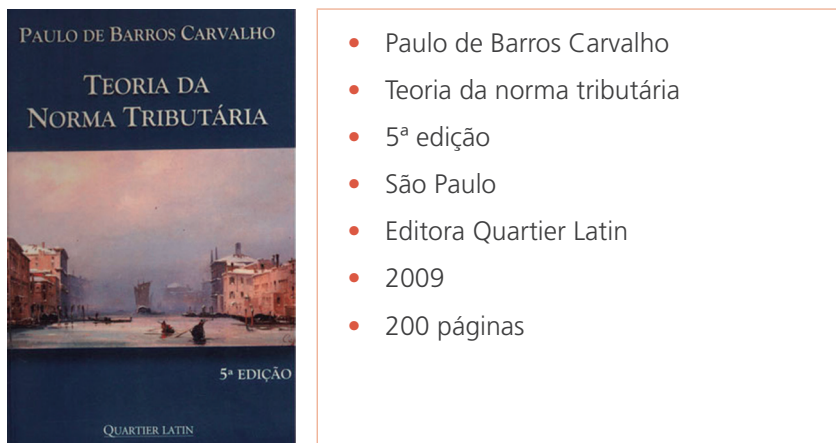
Uma edição é o conjunto de exemplares de um documento procedentes de uma mesma matriz.

Os dados relativos à edição são separados dos da área que a precede por **ponto, espaço, travessão, espaço**; quando for revisão de uma edição, por **vírgula**; para edição equivalente, por **sinal de igualdade** e por indicação de responsabilidade, por **barra inclinada**.

O número da edição será escrito sempre em algarismos arábicos, não importando como apareça na página de rosto, empregando-se a abreviatura usada na língua do documento, quando conhecida. Quando não, a vernáculo. A palavra **edição** pode ser abreviada por **ed.**

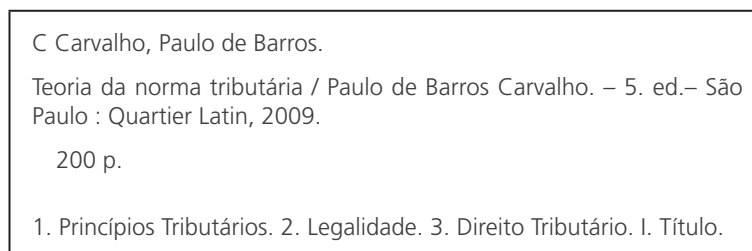
Exemplo:

Figura 54 – Capa e dados do livro



Fonte: produção do próprio autor (2017).

Figura 55 – Ficha



Fonte: produção do próprio autor (2017).

2.5.4.3 Área 3: dos detalhes específicos do material (ou do tipo de publicação)

Os elementos desta área variam de acordo com o tipo de material ou do tipo de publicação. É a área usada para materiais cartográficos, música, recursos eletrônicos, publicações seriadas e, em algumas circunstâncias, recursos contínuos e microformas.

Nesta área, anteponha o ponto, espaço, travessão, espaço.

2.5.4.4 Área 4: da publicação, distribuição etc.

Nesta área, constam: lugar de publicação, distribuição etc.; editor, distribuidor etc.; indicação de função de editor, distribuidor etc., data de publicação, distribuição etc.; lugar de fabricação, fabricante, data de fabricação.

Essas informações encontram-se, geralmente, na página de rosto, mas, às vezes, é necessário procurá-las nas páginas preliminares, especialmente no verso da página de rosto ou no colofão.

Colofão – Conjunto de dados sobre o impressor, o local e a data de impressão, e, eventualmente, outras características tipográficas, que se encontram no final do livro.

2.5.4.4.1 Pontuação

Os sinais de pontuação precedem os elementos e, nesta área, são:

- a) área de publicação, distribuição etc.: **ponto, espaço, travessão, espaço;**
- b) segundo ou subsequente lugar de publicação, distribuição etc.: **ponto e vírgula;**
- c) nome do editor, distribuidor etc.: **dois pontos;**
- d) função de um editor, distribuidor etc.: **entre colchetes;**
- e) data da publicação, distribuição etc.: **vírgula;**
- f) detalhes de fabricação (lugar, nome, data): **entre parênteses;**
- g) qualquer indicação equivalente: **sinal de igualdade.**

2.5.4.4.2 Lugar de publicação

É a cidade em que estão localizados os escritórios da casa editora.

Se a cidade não for bem conhecida, ou se houver outras com o mesmo nome, deverá ser acrescentado (em português, se existir uma forma nesse idioma) o nome do estado, do país, ou de outra subdivisão política, para diferenciá-las.

Se for impossível determinar o lugar de publicação, deve-se recorrer à abreviatura **S.I.** (do latim *sine loco* = **sem lugar**) entre colchetes, em substituição àquele dado.

Exemplo:

[S.I.] : Bushatsky, 1981

2.5.4.4.3 Editor, distribuidor etc.

É o responsável pela publicação de uma obra (diferente do impressor, ou tipógrafo, entidade coletiva ou pessoa jurídica responsável, apenas, pelas operações materiais de produção da obra). Distribuidor é quem detém os direitos de comercialização

O nome do editor deve ser abreviado, sem prejuízo de sua identificação em nível internacional. Assim, **devemos** eliminar termos como **livraria, tipografia, oficina, oficina gráfica, companhia, limitada, e irmãos, e filhos, S.A.** etc.

Quando for desconhecido o nome do editor (casa editora), deve-se usar, em seu lugar, a abreviatura **s.n.** (do latim *sine nomine* = **sem nome**), entre colchetes.

A falta de informação sobre o lugar de publicação e a casa editora será indicada pelas abreviaturas **s.l. : s.n.**, entre colchetes, seguidas dos nomes do lugar de impressão e do impressor, entre parênteses.

Exemplos:

Rio de Janeiro : [s.n.], 2000.

[S.l. : s.n.], 2000.

2.5.4.4.4 Data de publicação, distribuição etc.

Consiste no ano, escrito sempre em algarismos arábicos.

Se não houver informação sobre o ano de publicação, deve-se usar a última data do *copyright* (direitos autorais). Nesse caso, a data será precedida por “c” minúsculo.

Quando não houver data de publicação, nem de *copyright*, o catalogador fornecerá uma data aproximada (ano, década ou, pelo menos, século).

Exemplos:

a) *copyright*:

São Paulo: Ática, c2000.

b) um ano ou outro:

São Paulo: Ática, [1971 ou 1972].

c) data provável:

São Paulo: Ática, [2000?].

d) data aproximada:

São Paulo: Ática, [ca. 2000].

e) década certa:

São Paulo: Ática, [200-].

f) década provável:

São Paulo: Ática, [20-?].

g) século certo:

São Paulo: Ática, [20--].

h) século provável:

São Paulo: Ática, [20--?].

2.5.4.5 Área 5: da descrição física

É a área onde se registram elementos como número de páginas (ou de volumes), ilustrações, formato e eventual material adicional. Constitui a primeira parte do segundo parágrafo e tem como fonte principal a publicação inteira.

Seu registro consiste na transcrição do número da última página, folha ou coluna, acrescentando as abreviaturas **p.**, **fl.** ou **col.**, conforme o caso.

Se houver partes numeradas com algarismos romanos e partes com arábicos, transcreve-se primeiramente o números de páginas em romanos, e em seguida por arábicos.

Exemplo:

354 p. :il. color ; 27 cm.

xiii, 354.: il.color; 27 cm.

Quando a obra consistir em várias partes sem numeração de páginas, estas devem ser contadas e somadas, registrando-se o total entre colchetes, ou uma aproximação desse total, empregando-se (sem colchetes) a abreviatura latina **ca** (*circa*) = **cerca de**, aproximadamente.

[178] f. :il.color ; 27 cm.

ca 354 p. :il.color ; 27 cm.

Quando uma obra for constituída por mais de um volume, indica-se o número de volumes.

3 v. ; 27 cm.

Se uma obra em dois ou mais volumes possuir numeração contínua de páginas (ou folhas), deve-se indicar, depois do número de volumes, entre parênteses, o número total das páginas desses volumes.

3 v. (xiii, 58 p.) ; 27 cm.

As páginas prefaciais contêm elementos que antecedem o texto com informações que ajudam em sua identificação. Essas informações encontram-se, geralmente, na página de rosto, mas, às vezes, é necessário procurá-las nas páginas preliminares, especialmente no verso da página de rosto ou no colofão.



2.5.4.6 Área 6: da série

Registre todos os elementos que compõem uma série dentro de parênteses, logo após a área de descrição física, separando por **ponto, espaço, travessão, espaço**.

Exemplo:

xxi, 324 p. ; 23 cm. – (Retratos do Brasil ; v. 89)

2.5.4.7 Área 7: das notas

Nessa área, acrescenta-se alguma informação pertinente ao documento que não pode ser registrada nas outras áreas.

Cada **nota** constitui um parágrafo à parte, tendo início na segunda linha abaixo da descrição.

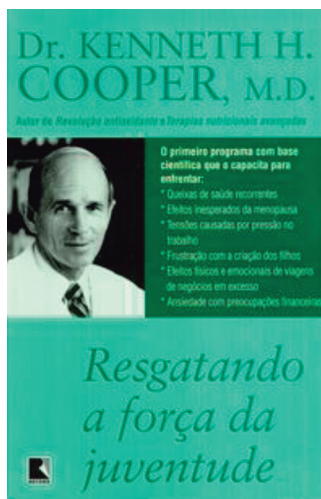
2.5.4.7.1 Pontuação

Os sinais de pontuação precedem os elementos e, nessa área, são:

- cada nota: **ponto, espaço, travessão, espaço**, quando não inicia um novo parágrafo;
- notas formais: palavra introdutória, **dois pontos, espaço**;
- elementos que compõem uma nota de conteúdo: **travessão** (exceto a primeira);
- interpolações dentro de citações: **colchetes**;
- fonte da citação: **travessão**.

Exemplo:

Figura 56 – Capa e dados do livro



- Dr. Kenneth H. Cooper, M.D.
- Resgatando a força da juventude
- Regaining the power of youth at any age
- Tradução de Terezinha Soares
- Rio de Janeiro
- Editora Record
- 2002
- 365 páginas
- 21 centímetros

Fonte: produção do próprio autor (2017).

Figura 57 – Ficha

C769r	Cooper, Kenneth H. Resgastando a força da juventude / Kenneth H. Cooper ; tradução de Terezinha Soares. – Rio de Janeiro : Record, 2002. 365 p. ; 21 cm. Tradução de: Regaining the power of youth at any age. 1. Aeróbica. 2. Exercícios físicos. 3. Vida saudável. 4. Nutrição. I. Título.
-------	--

Fonte: produção do próprio autor (2017).



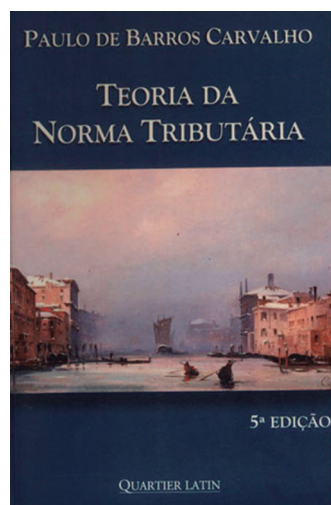
2.5.4.8 Área 8: do número normalizado e modalidades de aquisição

International Standard Book Number (ISBN) é o número aceito por acordo internacional, que identifica determinado item.

A modalidade de aquisição é um acréscimo opcional.

Exemplo:

Figura 58 – Capa e dados do livro



- Paulo de Barros Carvalho
- Teoria da norma tributária
- 52ª edição
- São Paulo
- Editora Quartier Latin
- 2009
- 200 páginas
- ISBN 97-885-767-4376-7

Fonte: produção do próprio autor (2017).

Figura 59 – Ficha

C331t Carvalho, Paulo de Barros.
Teoria da norma tributária / Paulo de Barros
Carvalho. – 5. ed. – São Paulo : Quartier Latin, 2009.
200 p.

ISBN 97-885-767-4376-7: R\$ 54,90

1. Princípios Tributários. 2. Legalidade. 3. Direito Tributário.
I. Título.

Fonte: produção do próprio autor (2017).

Agora que conhecemos os principais elementos para a descrição bibliográfica, precisamos entender o que são **pontos de acesso**.

O **autor** é a pessoa ou entidade responsável pela criação do conteúdo intelectual ou artístico de uma obra.

O nome do **autor** (pessoa física ou entidade) constitui, via de regra, a entrada (**ponto de acesso**) principal, e é registrado sempre no mesmo lugar: na **quarta linha** da ficha, a **nove espaços** de sua margem esquerda (primeira margem).

Quando a entrada principal for nome de autor individual, entra pelo **sobrenome** e separado por **vírgula e espaço**.

Se a entrada principal for longa, necessitando de continuação em outra(s) linha(s), terá início na terceira margem.

Exemplo:

Figura 60 – Capa e dados do livro



- Igor A. G. Moreira
- Professor Titular de Geografia Humana e Econômica da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras
- O espaço geográfico: geografia geral e do Brasil
- 2ª edição
- Editora Ática
- São Paulo
- 1975
- 272 páginas
- Ilustrado
- 21 centímetros

Fonte: produção do próprio autor (2017).

Figura 61 – Ficha

M835e Moreira, Igor A. G.

O espaço geográfico : geografia geral e do Brasil / Igor A. G. Moreira.
- São Paulo : Ática, 1975.

472 p. : il. ; 21 cm.

1. Espaço Natural. 2. Urbanização. 3. Industrialização. 4. Migrações. 5.
Agropecuária – Brasil. I. Título.

Fonte: produção do próprio autor (2017).



O **autor entidade** é uma organização ou assembleia de pessoas conhecida e identificada por um nome corporativo ou coletivo, como: associações, conferências, congressos, empresas, exposições, expedições, instituições, grupos teatrais, partidos políticos, projetos e programas, competições atléticas, navios, naves espaciais, governos, órgãos estatais, entidades religiosas etc.

Agora, é só praticar!

2.6 RECURSOS: DESCRIÇÃO E ACESSO (RDA)

Figura 62 – Logomarca da RDA



Fonte: Wikimedia Commons (2015).²³

Verificamos, ao longo da história da catalogação, que suas regras de padronização e bases fundamentais vêm sofrendo mudanças e atualizações. Para atender às transformações tecnológicas da informação e comunicação, como também acompanhar o surgimento de novas mídias e variados suportes da informação, surge, nesse momento, a RDA.

Como já vimos, o AACR2 facilitou o intercâmbio de informações por ter uma padronização das descrições em nível mundial. Entretanto, com o avanço tecnológico, a comunidade bibliotecária sentiu a necessidade de adequar as novas demandas de informação.

²³ Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Resource_Description_%26_Access_logo.jpg>. Acesso em: 4 maio 2020.

Segundo *Silva* (2012, p. 114), a *RDA* é:

[...] a nova norma de catalogação [que] foi desenvolvida com a pretensão de substituir as AACR2, mas toma como base a norma anterior e é pensada para os conteúdos no ambiente digital. É baseada em um conjunto de instruções práticas, que é fundamentada em um conceito teórico que define a forma, a estrutura e o conteúdo desta nova padronização.

A *RDA* é uma norma de conteúdo e sua função é criar um grupo robusto de informações que alimentam as bases de dados atuais, além de criar estrutura para os novos desafios de coleta e consulta de informação no futuro. Esta norma oferece uma série de instruções; instrui quais dados armazenar e como o fazer.

A *RDA* foi desenvolvida pelo *Joint Steering Committee* (JSC), formado pelas seguintes instituições:

- a) *American Library Association* (ALA);
- b) *Library of Congress* (LC);
- c) *Australian Committee on Cataloguing* (ACOC);
- d) *Canadian Committee on Cataloguing* (CCC);
- e) *British Library* (BL);
- f) *Chartered Institute of Library and Information Professionals* (CILIP).

O *Committee of Principals* (CoP) supervisiona o projeto como um todo, tendo como membros os representantes das instituições:

- a) *American Library Association* (ALA);
- b) *Canadian Committee on Cataloguing* (CCC);
- c) *Chartered Institute of Library and Information Professionals* (CILIP);
- d) *Library of Congress* (LC);
- e) *Library and Archives Canada* (LAC);
- f) *British Library* (BL);
- g) *National Library of Australia* (NLA).

Em 1997, ocorreu a Conferência Internacional sobre o futuro e os Princípios do Desenvolvimento do AACR, em Toronto – Canadá. Nessa mesma conferência, originou-se o modelo conceitual FRBR, que inauguraria uma nova estrutura para os registros bibliográficos.

Entre os anos de 1998 a 2004, ocorreram várias atualizações no AACR2, procurando atender às novas estruturas tecnológicas da época. Segundo *Anzolin* (2007, p. 3), “a tradução de 2002 para o português teve revistas a redação e numeração das regras e inclusão de novos exemplos”, além das alterações ocorridas em 2003, 2004 e 2005.

A atualização ocorrida em 2004 superou as pretensões iniciais: “O comitê denominou AACR3 essa nova revisão”, segundo *Oliver* (2011, p. 54), que acrescenta:

[...] as regras e os conceitos e as terminologias utilizados no modelo FRBR. [...] O conceito de tipo de material estava passando pelo processo de sua

eliminação e substituição por uma nova estrutura, que fosse logicamente mais rigorosa e extensível, destinada à descrição técnica e de conteúdo dos recursos. (OLIVER, 2011, p. 54).

Em 2005, o Comitê decidiu deixar os limites da estrutura das AACR2 e partir para uma harmonização mais completa com o modelo FRBR. Dessa forma, alterou-se também seu nome para RDA.

A RDA foi concebida para atender aos anseios de um conjunto de normas mais voltado à realidade dos catálogos eletrônicos de bibliotecas e às diversas fontes de informação em linha disponíveis, para permitir um alcance maior das regras AACR2, que tinham o foco nas obras impressas.

Assim, segundo Oliver (2011, p. 5), “há também um esforço consciente para preservar a compatibilidade com os dados dos registros AACR2. Os dados RDA podem ser codificados com a mesma norma MARC 21 usada em registros AACR2”.

2.6.1 Estrutura da RDA

A RDA comporta em sua estrutura características que permitem abranger todos os suportes de informação de forma mais estruturada do que o AACR2.

Castro (2008, p. 87) explica que:

Ao ser comparado com o código em exercício – AACR2 – pode-se verificar notórias diferenças com relação à estrutura da RDA. O AACR2 contempla atualmente duas partes: *Description* (descrição) e *Access* (acesso). Na RDA percebemos a inserção de alguns elementos, como por exemplo, na parte A (Descrição) onde estão agregados os *Relationships* (Relacionamentos) dados pelo modelo de relacionamento FRBR, ou seja, a parte A é agora descrição e relacionamento e abarca o conteúdo dos registros bibliográficos. Já a parte B, *Access Point Control* (Controle de Pontos de Acesso), abarca o conteúdo de autoridade dos registros bibliográficos.

Para atender a demanda da catalogação, a RDA está estruturada em duas seções principais, divididas entre a parte A: *Recording Attributes* (Registro de Atributos) e a parte B: *Recording Relationships* (Registro de Relações), no total de dez seções, como pode ser observado a seguir:

a) registro de atributos:

- seção 1: registro de atributos para manifestação e item – cap. 1-4;
- seção 2: registro de atributos para obra e expressão – cap. 5-7;
- seção 3: registro de atributos para pessoas e entidades – cap. 8-11;
- seção 4: registro de atributos para conceito, objeto, evento e lugar – cap. 12-16.



b) registro de relações:

- seção 5: registro básico para relações entre obra, expressão, manifestação e item – cap. 17;
- seção 6: registro das relações para pessoas e entidades – cap. 18-22;
- seção 7: registro das relações para conceitos, objetos, eventos e lugares associados com a obra – cap. 23;
- seção 8: registro das relações entre obras, expressões, manifestações e itens – cap. 24-28;
- seção 9: registro das relações entre pessoas e entidades – cap. 29-32;
- seção 10: registro das relações entre conceitos, objetos, eventos e lugares – cap. 33-37.

c) apêndices:

- A: uso de maiúsculas;
- B: abreviaturas;
- C: artigos iniciais;
- D: sintaxe do registro para descrição do dado;
- E: sintaxe do registro para controle do ponto de acesso;
- F: cabeçalhos para pessoas;
- G: títulos de nobreza, termos de classificação etc.;
- H: datas do calendário cristão;
- I-L: designadores de relacionamentos;
- glossário;
- índice.

A *RDA* é composta por 38 capítulos (o primeiro capítulo é o zero e o 37 é o último), sendo que o primeiro capítulo de cada seção é destinado para orientações gerais. Na organização, os capítulos não são mais separados pelo tipo de material, como no *AACR2*. Eles passam a ser categorizados pelos objetivos das tarefas, permitindo aos usuários identificar e relacionar as informações pesquisadas.

Observa-se que, com as mudanças ocorridas com o desenvolvimento dos suportes tecnológicos, a estrutura do novo código de catalogação permite práticas da descrição bibliográfica que aperfeiçoam a recuperação de informações.

Apresentamos, a seguir, quadros resumindo e comparando a *RDA* com o *AACR2*:

Quadro 3 – Estruturas do AACR2 e da RDA

AACR2	RDA
26 CAPÍTULOS	38 CAPÍTULOS
PARTE 1: 13 CAPÍTULOS	PARTE 1: 16 CAPÍTULOS
PARTE 2: 6 CAPÍTULOS	PARTE 2: 10 CAPÍTULOS
APÊNDICES DE A-F	APÊNDICES DE A -L

Fonte: Albuquerque (2017).

Assim como sua estrutura, os termos utilizados no *RDA* também foram modificados, adotando uma nova terminologia, como apresentado no quadro abaixo:

Quadro 4 – Terminologias do AACR2 e da RDA

TERMOS DO AACR2	TERMOS DO RDA
Cabeçalho (<i>Heading</i>)	Ponto de acesso (<i>Access point</i>)
Cabeçalho autorizado (<i>Authorized heading</i>)	Ponto de acesso preferido (<i>Preferred access point</i>)
Entrada principal (<i>Main entry</i>)	Ponto de acesso primário (<i>Primary access point</i>)
Entrada secundária/adicional (<i>Added entry</i>)	Ponto de acesso secundário (<i>Secondary access point</i>)
Controle de autoridade (<i>Authority control</i>)	Ponto de acesso controlado (<i>Access point control</i>)
Título uniforme (<i>Uniform title</i>)	Título preferido (<i>Preferred title</i>)

Fonte: traduzido e adaptado de Tillett (2007, p. 45).

Outro ponto importante a destacar é o uso de abreviaturas, que na *RDA* não são utilizadas, como podemos ver no quadro abaixo:

Quadro 5 – Abreviaturas AACR2 e RDA

AACR2	RDA
Usa abreviaturas	Não abrevia
Adiciona informações entre colchetes	Transcreve como parece, não acrescenta informações
Tem regras complexas para vários lugares e editores	Registra nomes na ordem encontrada na fonte
Usa as abreviaturas s.l. ou s.n. quando o lugar ou o editor são desconhecidos	Usa frases para indicar uma informação desconhecida: [Lugar de publicação não identificado]; [Editor não identificado]

Fonte: adaptado de Modesto (2010).

A *RDA* só permite abreviações em elementos transcritos se os dados aparecerem em forma abreviada na fonte. Vejamos alguns exemplos no Quadro 6 a seguir:

Quadro 6 – Exemplos de abreviações AACR2 e RDA

AACR2	RDA
xvi, 323 p.	xvi, 323 páginas
[93] p.	93 páginas não numeradas
ca. 500 p.	cerca de 500 páginas
3 v. (1457 p.)	3 volumes (1457 páginas)
45, [40] f.	45 folhas, 40 folhas não numeradas
257 [i.e. 257] p.	257, ou seja, 257 páginas
180 p., 30 v. folhas de lâminas [série incompleta]	180 páginas, 30 volumes de folhas de lâminas [série incompleta]

Fonte: *Modesto* (2010).

Ocorreram também algumas modificações na terminologia dos tipos de mídia, tipos de suporte e tipos de conteúdo. No Quadro 7, apresentamos as alterações:

Quadro 7 – Designações gerais dos materiais

AACR2	RDA
TIPOS DE MÍDIAS	
Recurso eletrônico	Computador
Microforma	Microforma
Gravação de som	Áudio
TIPOS DE SUPORTES	
Tira de filme	Tira de filme
Filme cinematográfico	Rolo do filme
<i>Slide</i>	<i>Slide</i>
Transparência	Transparência
TIPO DE CONTEÚDO	
Material cartográfico	Cartográfico
Música	Música adotada
Texto	Texto

Fonte: traduzido e adaptado de *Delsey* (1997).

A *RDA* também apresenta elementos novos, não existentes no *AACR2*, como: características do arquivo, formato de vídeo, informações sobre custódia (recursos arquivísticos) características de braille, URL, identificadores de entidades (pessoas, entidades corporativas, obras) e idioma das pessoas, entre outros.

Quanto à área de responsabilidade, no *AACR2*, nas obras com mais de três autores, omitem-se todos os nomes, exceto o do primeiro autor. Na *RDA*, se a obra tem cinco autores, por exemplo, todos os autores são indicados.

Quanto aos tipos de autoria, vamos ver as diferenças no Quadro 8:

Quadro 8 – Tipos de autoria

AUTORIA	AACR2	RDA
Todas as obras são exibidas sob um pseudônimo	Utiliza o pseudônimo como título (com uma indicação de “ver referência” para verificar o nome real, se conhecido).	Utiliza o pseudônimo como nome de preferência (utiliza o nome real, como uma variação, se conhecido)
Diferentes nomes utilizados para diferentes tipos de obra	Utiliza o nome associado a cada tipo de obra como título de obras daquele tipo.	Utiliza o nome associado com cada identidade como nome de preferência para aquela identidade (faz uso de relações para conectar as diferentes identidades).
Autores contemporâneos	Utiliza o nome associado a cada obra como título para aquela obra.	Utiliza o nome associado com cada identidade como nome de preferência para aquela identidade (faz uso de relações para conectar as diferentes identidades).
Outras pessoas com mais de uma identidade	Utiliza o nome pelo qual a pessoa se tornou identificada em trabalhos recentes, trabalhos críticos, ou outras fontes de referências (com uma indicação de “ver referência” para verificar outros nomes).	Utiliza o nome associado com cada identidade como nome de preferência para aquela identidade (faz uso de relações para conectar as diferentes identidades).

Fonte: adaptado e traduzido de *Delsey* (1997).

Vimos nos quadros acima que a *RDA* é fundamentada por elementos existentes do *AACR2*, entretanto, foi reestruturada com maior detalhamento na representação dos dados.



2.6.2 Atividade

Assinale a alternativa que corresponde à definição a seguir:

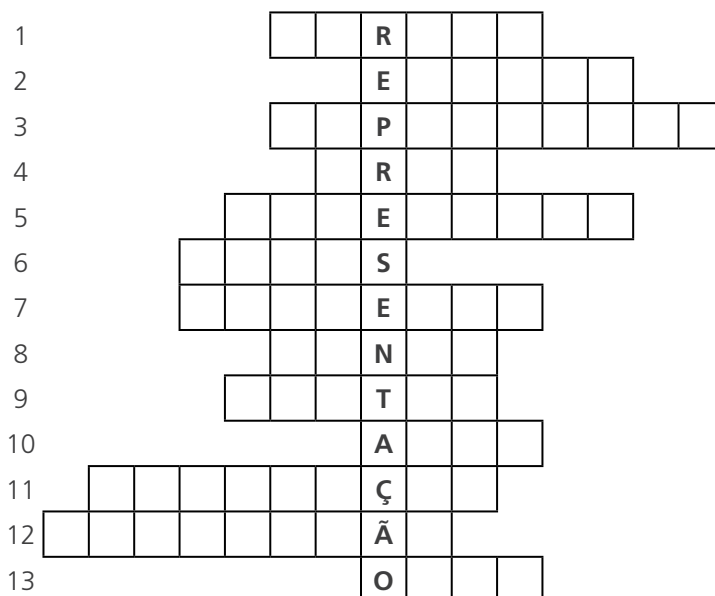
Modelo conceitual resultante da pesquisa realizada por um grupo de estudo da *IFLA* entre os anos de 1992 e 1997, e publicada em 1998. Não é um código de catalogação, serve para estruturar o relacionamento dos dados dos registros bibliográficos às necessidades dos usuários desses registros:

- a) ISBN;
- b) AACR3;
- c) FRBR;
- d) ALA;
- e) MARC.



Agora, palavras-cruzadas!

Os instrumentos de representação descritiva da informação, o *ISBD*, o *AACR* e a *RDA*, tiveram seu desenvolvimento atrelado à prática da catalogação, sempre com a preocupação principal de identificar os elementos essenciais e complementares necessários para uma representação documental satisfatória e universal.



1. Sobrenome do autor do texto-base da *ISBD*.
2. Nome da segunda área de descrição das informações bibliográficas.
3. Nome da cidade onde ocorreu a reunião que deu origem ao *ISBD* (1969), promovida pelo Comitê sobre Catalogação da *IFLA*, onde surgiu a proposta de criação de normas que regulamentassem a forma e o conteúdo das descrições.
4. Sigla para o nome do modelo conceitual resultante do estudo realizado por um grupo da *IFLA* entre os anos de 1992 e 1997, e publicado em 1998.
5. Sobrenome do bibliotecário que coordenou a primeira edição brasileira do *AACR* (1969).
6. Nome do país onde ocorreu a Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, primeiro evento com o objetivo de discutir a normalização e padronização, em nível internacional, da catalogação.
7. Nível de descrição que inclui todos os elementos especificados das regras de catalogação.
8. Sobrenome da bibliotecária brasileira precursora dos princípios de catalogação adotados no Brasil, que participou da Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, primeiro evento com o objetivo de discutir a normalização e padronização em nível internacional da catalogação.
9. Criador da tabela de códigos de nomes pessoais que representa cada sobrenome do autor.
10. Sigla do código de catalogação que seguiu os *Princípios da Declaração de Paris* de 1961, sendo publicada a sua primeira edição em 1967.
11. Indica e separa os elementos da descrição.

A necessidade de padronizar a forma de representar a informação contida em um item documentário fortaleceu a necessidade do estabelecimento de normas e a elaboração de códigos para sua descrição.

O desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) gerou significativas mudanças no contexto das bibliotecas, que há poucas décadas eram constituídas por fichas catalográficas, catálogos manuais e bases teóricas fundamentadas em modelos do século XIX. Os avanços tecnológicos criaram novas exigências de descrição bibliográfica em virtude do surgimento de recursos digitais.

Nesse novo cenário, fez-se necessária a revisão de normas e códigos de descrição bibliográfica, constatando-se não ser possível somente uma revisão das regras existentes, como estabelecidas no AACR2, que não é flexível o suficiente para abranger as inovações recorrentes da evolução tecnológica.

Com a utilização dos modelos conceituais FRBR e FRAD, houve a inclusão de novas regras e a reconstrução de outras, buscando uma terminologia que caracterizasse um novo código. Assim surge a RDA, que utiliza muitos elementos reestruturados do AACR2, porém, de forma mais organizada, mais bem fundamentada e adaptada para a aplicação no ambiente digital.



Sugestão de Leitura

ASSUMPÇÃO, Fabrício Silva. Ideias, notícias e reflexões sobre catalogação. **Fabrício Assumpção**, [S.l.], 2017. Disponível em: <<http://fabricaoassumpcao.com/>>. Acesso em: 15 maio 2017.

REFERÊNCIAS

ANZOLIN, Heloisa Helena. Atualizações em AACR2. In: ENCONTRO NACIONAL DOS USUÁRIOS DA REDE PERGAMUM, 9., 2007, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2007. Disponível em: <http://cobip.pgr.mpf.mp.br/sistema-pergamum/ix-encontro-nacional/20_04_2007/Curso%20AACR2.pdf>. Acesso em: 6 maio 2017.

BYRUM JR., J. D. IFLA's ISBD programme: purpose, process, and prospects. **Library of Congress**, Washington, 2005. Disponível em: <<http://www.loc.gov/loc/ifla/imeicc/source/papers-byrum.pdf?search='isbd'>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

CASTRO, F. F. de. **Padrões de representação e descrição de recursos informacionais em bibliotecas digitais na perspectiva da ciência da informação**: uma abordagem do Marcont initiative na era da web semântica. 2008. 201 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008. Disponível em: <http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bma/33004110043P4/2008/castro_ff_me_mar.pdf>. Acesso em: 15 maio 2017.

CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO-AMERICANO. 2. ed. rev. Tradução da FEBAB. São Paulo: FEBAB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

DELSEY, Tom. Modelling the logic of AACR. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON THE PRINCIPLES AND FUTURE DEVELOPMENT OF AACR, 2010, Toronto. **Anais...** Toronto: Canadian Library, 2010. Disponível em: <http://collection.nlc-bnc.ca/100/200/300/jsc_aacr>. Acesso em: 15 maio 2017.

FALDINI, Giacomina (Org.). **Manual de catalogação**: exemplos ilustrativos do AACR2. São Paulo: Neobel, 1987.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES. AACR2: código de catalogação anglo-americano. **FEBAB**, São Paulo, c2017. Disponível em: <<http://www.febab.org.br/aacr2-2/>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Full ISBD examples**: preliminary edition. [S.l.]: IFLA, 2013. Disponível em: <<https://www.ifla.org>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **UBCIM Publications**: new series. München: K. G. Saur, 1998. Disponível em: <<http://www.ifla.org/VII/s13/FRBR/FRBR.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2017.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catalogação no plural**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2009.

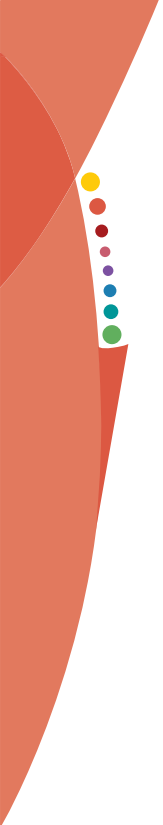
MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Não brigue com a catalogação!** Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2003.

MODESTO, Fernando. **O divórcio do catalogador**: AACR2 ou RDA. [S.l.]: Infohome, 2010. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=559>. Acesso em: 15 maio 2017.

OLIVER, Chris. **Introdução à RDA**: um guia básico. Brasília: Briquet de Lemos, 2011.

RIBEIRO, Antonia Motta de Castro Memória. **Catalogação de recursos bibliográficos pelo AACR2R 2002**. 2. ed. Brasília: Ed. do Autor, 2004.

RODRIGUÉZ, E. E.; McGARRY, D. ISBD consolidada: um passo em frente. In: INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS



AND INSTITUTIONS. **Princípios de catalogação da IFLA:** passos para um código de catalogação internacional. Pretória: K. G. Saur, 2007. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?isbn=3598441029>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

SILVA, Eliana Barbosa de Oliveira et al. **Revista CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 113-123, jan. 2012. Disponível em: <<http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/viewFile/74/76>>. Acesso em: 06 maio 2017.

TILLETT, Barbara. **O que é FRBR?**: um modelo conceitual para o universo bibliográfico. Tradução de Lídia Alvarenga. Washington: Biblioteca do Congresso, 2007. Disponível em: <<http://www.loc.gov/catdir/cpsd/o-que-e-FRBR.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2017.

UNIDADE 3

INSTRUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA: FORMATOS DE INTERCÂMBIO



3.1 OBJETIVO GERAL

Apresentar os formatos de intercâmbio dos registros bibliográficos.

3.2 OBJETIVO ESPECÍFICO

Esperamos que, ao final desta unidade, você seja capaz de:

1. conhecer os formatos de intercâmbio bibliográfico:
 - *Machine Readable Cataloging* (MARC);
 - *Common Communication Format* (CCF);
 - Catalogação Legível por Computador (CALCO);
 - *Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia* (IBICT);
 - Sistema Mundial de Informação Científica e Tecnológica (UNISIST);
 - Universal Marc (UNIMARC).
- 

3.3 O UNIVERSO BIBLIOGRÁFICO E O DESAFIO DIGITAL

Semestre

2

Figura 63 – O desafio digital



Fonte: Pixabay (2014).²⁴

Como vimos nas unidades anteriores, o registro de um catálogo é uma estrutura para representação de um documento. Essa estrutura pode ser obtida por meio de um formato de registro bibliográfico e de regras de catalogação.

Vimos também que as regras de catalogação são concebidas a partir de certos princípios, de novos instrumentos catalográficos, como a *ISBD* consolidada e a *RDA*, que requerem mudanças nos formatos de intercâmbio bibliográfico.

Diante do universo digital, na contemporaneidade, o universo bibliográfico também precisa se integrar e atualizar seus processos, seus serviços, seus produtos e recursos de comunicação.

Assim, conhecer e utilizar formatos de intercâmbio bibliográfico é um dos desafios do profissional responsável pela alimentação de um catálogo de uma biblioteca.

Vamos conhecer esses formatos?

²⁴ Disponível em: <<https://pixabay.com/pt/biblioteca-livro-leitura-488671>>. Acesso em: 4 maio 2020.

3.4 MACHINE READABLE CATALOGING (MARC)

Como vimos, a catalogação tem como objetivo atender às necessidades do usuário no que se refere à recuperação da informação disponível em diversos registros do conhecimento, independentemente do tipo, forma, meio ou suporte em que eles se encontram.

A catalogação vem trilhando caminhos, dos catálogos em tablets aos padrões automatizados, fazendo com que as bibliotecas, com a propagação das tecnologias de informação e comunicação, adotem padrões de descrição para suas coleções, como o *Machine Readable Cataloging* (Catalogação Legível por Máquina (MARC). Possibilita-se, assim, a comunicação da informação e se permite que bibliotecas compartilhem recursos bibliográficos, reduzindo a duplicação de esforços.

Estamos agora na transição da catalogação manual, feita em fichas, para a catalogação realizada por meio de computador (FURRIE, 2000; MEY; SILVEIRA, 2009).

O MARC surgiu para intensificar o Controle Bibliográfico Universal (CBU). Como? Vamos ver?

Controle Bibliográfico Universal (CBU) – Programa desenvolvido pela UNESCO e IFLA, em 1970, para reunir e tornar disponíveis os registros da produção bibliográfica de todos os países, em uma rede internacional de informação, levando em conta não só a possibilidade de identificar a existência do documento, mas, também, sua localização e forma de obtenção. Atualmente é acoplado ao *International MARC*, com o nome *Universal Bibliographic Control and Information Marc* (UBCIM).

Fonte: CONTROLE bibliográfico universal. ECA USP, São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://www2.eca.usp.br/prof/sueli/cbd201/controle.htm>>.

Figura 64 – Salão principal da *Library of Congress (LC)*, nos EUA



Fonte: Wikimedia Commons (2007).²⁵

A origem do padrão MARC ocorreu nos EUA, no início da década de 1960. A LC (Figura 64) desenvolveu o Projeto MARC com o objetivo de armazenar, em computadores, informações bibliográficas referentes a diversos tipos de registros do conhecimento. O intuito era automatizar o processamento técnico e possibilitar a troca de registros bibliográficos e catalográficos entre bibliotecas com o uso de computadores.

As informações em uma ficha catalográfica não podem ser simplesmente digitadas no computador para produzir um catálogo automatiza-

Registros bibliográficos e catalográficos são as informações apresentadas numa ficha catalográfica.

²⁵ Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Library_of_Congress_Great_Hall_-_Jan_2006.jpg>. Acesso em: 4 maio 2020.

do, não é? Então, o computador necessita de um meio para interpretar a informação encontrada no registro bibliográfico e um desses meios é o formato MARC.

Várias reuniões e discussões sobre esse formato ocorreram:

- a) Conferência sobre Catálogos Mecanizados entre a LC, o *Council on Library Resources (CLR)* e a Comissão de Automação da *Research Libraries Association* (1965);
- b) 2ª Conferência sobre Catálogos Mecanizados (1965);
- c) 3ª Conferência sobre Catálogos Mecanizados (1966);
- d) 4ª Conferência sobre Catálogos Mecanizados (1967).

Nesta última conferência, foram discutidos o formato MARC II ou LC MARC, os caracteres gráficos para dados bibliográficos e uma estrutura para um sistema MARC operacional. A discussão se estendeu e foi implantada para testes em outras instituições, fazendo com que as fichas impressas fossem substituídas pela descrição feita em fitas magnéticas.

Assim, o MARC II passou a ser considerado como uma linguagem padrão para o intercâmbio de informações bibliográficas, e diversos países começaram a desenvolver seus próprios formatos, baseados nele. Como exemplo, podemos citar ANNARC (Itália); AUSMARC (Austrália); CANMARC (Canadá); CATMARC (Espanha/Barcelona, Catalunha); FINMARC (Finlândia); HUNMARC (Hungria); IBERMARC (Espanha); INDIMARC (Índia); INTERMARC (França); JPNMARC (Japão); LibrisMARC (Suécia); MAB (Alemanha); RUSMARC (Rússia); UKMARC (Reino Unido), entre outros, que possibilitaram agilidade e otimização no processo de descrição bibliográfica.

Segundo *Barbosa* (1978, p. 205):

A finalidade do MARC não é apenas a de facilitar a circulação dos dados catalográficos (inclusive em plano internacional), usando uma linguagem comum em sistema de informação tão flexível que se preste às mais diversas exigências de apresentação formal de documentos; consiste, também, numa tentativa mais funcional da análise das unidades de informação contidas numa ficha catalográfica, permitindo controlá-las e recuperá-las o mais rapidamente possível. O sistema MARC tem por objetivos:

- a) proporcionar um registro bibliográfico central para o uso da LC;
- b) proporcionar uma base de dados para os serviços bibliográficos norte-americanos e
- c) fornecer à comunidade internacional informações bibliográficas.

Atualmente, a versão original do padrão utilizado no Brasil é denominada MARC 21 e é o padrão mais utilizado para nortear os projetos de catálogos na área da Biblioteconomia. A LC é a responsável pela manutenção de toda a documentação relativa ao MARC 21. Desde a sua implantação, o padrão tem sido atualizado.

Vamos conhecer a estrutura do MARC?



3.4.1 Estrutura

A estrutura, no geral, pode ser usada em qualquer tipo de dados bibliográficos.

Os registros MARC são compostos por três elementos:

- a) a estrutura de registro: implementa padrões nacionais e internacionais;
- b) a denominação de conteúdo: os códigos e as convenções estabelecidas para identificar e caracterizar explicitamente elementos de dados dentro de um registro e apoiar sua manipulação;
- c) o conteúdo dos dados do registro: definido por normas e códigos, como o AACR2.

Um registro bibliográfico em formato MARC é composto de três elementos principais:

- a) líder: contém informações que possibilitam o processamento do registro; apresenta números e códigos que são identificáveis por sua posição; compreende as 24 primeiras posições de um registro;
- b) diretório: apresenta uma série de entradas de tamanho fixo, uma para cada campo variável do registro. Cada entrada possui 12 posições e apresenta três partes: a tag ou etiqueta do campo, o tamanho do campo e sua posição inicial. O diretório vem em seguida ao líder e está localizado na posição 24 do registro, sendo gerado automaticamente;
- c) campos variáveis: os dados ou informações do registro estão organizados em campos variáveis ou de conteúdo variável, cada um identificado por uma tag ou etiqueta composta por três caracteres numéricos. Existem dois tipos de campos variáveis:
 - campos de controle – campos 00X; não contêm indicadores nem subcampos;
 - campos de dados – campos de X00 a 9XX, com informações descritivas dos itens catalogadores e os pontos de acesso para criação dos índices invertidos do sistema, preenchidos de acordo com o AACR2, LC e *Thesaurus*. São agrupados em blocos, de acordo com o primeiro caractere da tag; o tipo de informação no campo é identificado pelos caracteres restantes da tag. Apresenta dois tipos de designação de conteúdo:
 - indicadores (as duas primeiras posições no campo de dados variáveis), representados por um caractere numérico ou alfabético minúsculo;
 - códigos de subcampos, representados por dois caracteres que distinguem as informações dentro do campo; apresentam um delimitador (\$) e um identificador de dados – que pode ser um caractere numérico ou alfabético minúsculo.

Campo – Uma unidade de informação dentro de um registro bibliográfico.

Etiqueta (tag) – A etiqueta de três dígitos identifica o tipo de informação presente no campo.

Subcampo – Um campo pode incluir um ou mais elementos de informação relacionados.

Indicador – Duas posições que seguem a etiqueta e podem ser usadas para dar instruções ao sistema sobre como processar os dados presentes nos campos.

Códigos de subcampo e delimitadores – São usados para identificar os diferentes elementos dentro do campo (o código e um caractere ou número precedido pelo delimitador).



Figura 65 – MARC

```
01041 nam##2200265#a#4500 (Lider)
001002000000003000400020005001700024008004100041 (Início do diretório)
010002400082020002500106020004400131040001800175
050002400193082001800217100003200235245008700267
246003600354250001200390260003700402300002900439
500004200468520022000510650003300730650001200763^ (Fim do diretório)
###89048230#/AC/r91^DLC^19911106082810.9^891101s 1990 ###
mauá###j#####000#0#eng###^##Sa###89048230#/AC/r91^## Sa 0316107514 :
Sc$12.95^##Sa0316107506 (pbk.) : Sc$5.95 ($6.95 Can.)^ ##SaDLCScDLC$DLC^
00SaGV943.25$b.B74 1990^00Sa 796.334/2$220^10SaBremer, Richard J., $d1941-
^10SaMake the team. $pSoccer : $ba heads up guide to super soccer! /ScRichard J.
Brenner.^## Sa1st ed.^## SaBoston : $bLittle, Brown, $c1990.^##Sa127 p. : $bil. ; $c19
cm.^## Sa"Um livro ilustrado de esportes para crianças."^##SaInstruções para aprimorar
habilidades no futebol. Discute drible, cabeçada, jogada, defesa, condicionamento físico,
condicionamento psicológico, como lidar com problemas com técnicos, pais, e outros
jogadores, e a história do futebol.^ #0SaFutebol$VLiteratura infanto-juvenil.^#1SaFutebol.
^30SaHeads up guide to super soccer.^←→
```

Fonte: Furrie (2000).

É interessante destacar que os códigos são utilizados para indicar a existência ou não de um dado ou informação no registro, conforme nível de catalogação determinado. A estrutura é interna do sistema para o processo de organização da informação, isto é, descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais, a partir das áreas de descrição baseadas no AACR2.

A organização geral dos campos variáveis segue a estrutura do Quadro 9:

Quadro 9 – Estrutura dos campos MARC

ETIQUETA	DESCRIÇÃO
0XX	Números e códigos de controle
1XX	Entrada(s) principal(ais)
2XX	Título, edição, impressão (em geral, o título, a indicação de responsabilidade, a edição e as informações da publicação, distribuição etc.)
3XX	Descrição física
4XX	Designação de série
5XX	Notas
6XX	Entradas adicionais de assunto
7XX	Entradas adicionais de outros assuntos ou séries
8XX	Entrada adicional de série (outras formas de autoridades)
9XX	Destinado para uso de decisões locais

Fonte: Albuquerque (2017).

Figura 66 – Tese de doutorado

Fonte: Catálogo do Sistema de Bibliotecas da *Universidade Federal da Paraíba* (c2017).

AACR2, nível 1	MARC 21
NÚMERO NORMALIZADO	020
TÍTULO PRINCIPAL	245
PRIMEIRA INDICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE	245
PRIMEIRO EDITOR, DATA DE PUBLICAÇÃO	260
EXTENSÃO DO ITEM	300
NOTA(S)	500

Observem que, na Figura 66, por se tratar de uma tese, o ponto de acesso é o autor pessoal, assim como a indicação de responsabilidade. A área de título está descrita e pontuada conforme o AACR2.

A primeira indicação de responsabilidade está colocada corretamente após o título principal, e separada dele pelo sinal gráfico [/], que é o elemento indicado para essa função.

A área de editor/publicação contempla os itens (1) local, (2) editora não conhecida e ano, e (3) pontuação.

A extensão do item é descrita de forma simplificada, apenas a paginação poderia ser ainda acrescentada à dimensão do material.

Na área de notas, percebemos que foi incluída outra indicação de responsabilidade (o orientador).

A indicação de tese está abreviada e incompleta, faltando o ano. Não há resumo do trabalho, e a indicação da bibliografia não indica a paginação onde ela se encontra.

Com base nessas informações, observamos como é importante que tenhamos em mente a qualidade na precisão e eficácia em representar um objeto ou item bibliográfico, uma vez que todo registro, independentemente de sua natureza, pode se transformar em um potencial recurso de informação e conhecimento.



3.4.2 Atividade

Avalie como verdadeiros ou falsos os itens a seguir:

No que se refere ao formato MARC, que padroniza a representação descritiva automatizada dos acervos bibliográficos:

- I. A *Library of Congress (LC)* desenvolveu o Projeto MARC com o objetivo de armazenar, em computadores, informações bibliográficas referentes a diversos tipos de registros do conhecimento.
- II. O MARC possibilita a comunicação da informação e permite que bibliotecas compartilhem recursos bibliográficos, reduzindo a duplicação de esforços.
- III. A origem do padrão MARC ocorreu na Inglaterra, no início da década de 1960.
- IV. Na 3ª Conferência sobre Catálogos Mecanizados (1966), ocorreu a discussão sobre o formato MARC II ou LC MARC, os caracteres gráficos para dados bibliográficos e uma estrutura para um sistema MARC operacional.
- V. São objetivos do Sistema MARC: proporcionar um registro bibliográfico central para o uso da LC; proporcionar uma base de dados para os serviços bibliográficos norte-americanos e fornecer à comunidade internacional informações bibliográficas.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é:

- a) V V V V V;
- b) V V V F F;
- c) F F V V V;



d) V V F F V;

e) V V V V F.

Já sobre o MARC 21, para dados bibliográficos:

- I. O *Machine Readable Catalogin* (MARC 21) é um conjunto de códigos e designações de conteúdo definido para codificar registros legíveis por máquina.
- II. No campo 090 registram-se as informações relativas à descrição física do documento.
- III. Um registro bibliográfico em formato MARC é composto de três elementos principais: líder, diretório e campos fixos.
- IV. O elemento principal líder é um campo fixo que compreende as 34 primeiras posições (00-33) de cada registro, composto de números ou códigos que fornecem informações para o processamento do registro. Não possui indicadores ou códigos de subcampo.
- V. Diretório não é um elemento principal do MARC, vem em seguida ao elemento líder e está localizado na posição 24 do registro, sendo gerado automaticamente.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é:

a) V V V V V;

b) V F V F F;

c) F F V V V;

d) V V F F V;

e) V V V V F.

Resposta comentada

Na primeira questão, a alternativa correta é a letra **d)**. As afirmativas I, II e V são verdadeiras, pois foi a LC que desenvolveu o Projeto MARC, com o objetivo de armazenar, em computadores, informações bibliográficas referentes a diversos tipos de registros do conhecimento. Esse procedimento tinha o intuito de automatizar o processamento técnico e possibilitar a troca de registros bibliográficos e catalográficos entre bibliotecas com o uso de computadores. Seu objetivo é proporcionar uma base de dados para os serviços bibliográficos norte-americanos e fornecer à comunidade internacional informações bibliográficas. As afirmativas III e IV são falsas, pois o padrão MARC teve origem nos EUA, e não na Inglaterra, e ocorreram várias reuniões sobre esse formato: Conferência sobre Catálogos Mecanizados entre a LC, o *Council on Library Resources* (CLR) e a Comissão de Automação da *Research Libraries Association* (1965); 2ª Conferência sobre Catálogos Mecanizados (1965), 3ª Conferência sobre Catálogos Mecanizados (1966) e a 4ª Conferência sobre Catálogos Mecanizados (1967). Na última conferência, foi discutido o formato MARC II ou LC MARC.

Já na segunda questão, a alternativa correta é a **b)**. A afirmativa I é verdadeira, pois o MARC 21 é uma linguagem padrão internacional para intercâmbio de informações bibliográficas, cujos registros são legíveis por máquina, com a função de promover a comunicação da informação. A afirmativa II é falsa, pois o campo 090 destina-se ao registro do número de chamada local. O campo

para registro da descrição física do documento seria o campo 300. A afirmativa III é verdadeira. A afirmativa IV é falsa, pois compreende as 24 primeiras posições (00-23) de cada registro. A afirmativa V é falsa, pois o diretório é um dos três elementos principais do formato MARC.

Além do MARC, existem outros formatos de intercâmbio de registros bibliográficos. Vamos conhecê-los?

Semestre

2

3.5 COMMON COMMUNICATION FORMAT (CCF)

O *Common Communication Format* (CCF) (Formato Comum de Comunicação, em português) foi desenvolvido por um grupo de especialistas, convidados pela *UNESCO*, que trabalhavam no contexto da *UNESCO* – Programa Geral de Informação. Em 1978, realizou-se o Simpósio Internacional sobre Formatos de Intercâmbio Bibliográfico, sob o patrocínio da *UNESCO*, em Taormina, Sicília, Itália.

Com o objetivo de facilitar a comunicação de dados entre setores da área de informação, o CCF foi desenvolvido como um padrão de formato, com os seguintes objetivos:

- permitir o intercâmbio de registros bibliográficos entre grupos de bibliotecas e serviços de informação;
- permitir a uma agência bibliográfica manipular, por meio de sistemas de computador, um conjunto simples de registros bibliográficos recebidos, desde uma biblioteca até um serviço de informação;
- servir como base de uma agência de formatos bibliográficos que cresça como base de dados bibliográficos.

3.5.1 Estrutura

No CCF, cada registro consiste em quatro grandes partes. Vamos ver cada uma delas:

- etiqueta de registro (*record label*):** cada registro possui uma etiqueta de tamanho fixo de 24 caracteres, cujos conteúdos são os seguintes (Quadro 11):

Quadro 11 – Caracteres CCF

POSIÇÃO DOS CARACTERES	CONTEÚDO
0 a 4	Tamanho do registro.
5	Indica o <i>status</i> do registro, usando código baseado em tabela específica.
6	Reservado para futura utilização (branco).
7	Indica o nível bibliográfico do registro, baseado em tabela específica.
8)	Reservado para futura utilização (branco).
9	Reservado para futura utilização (branco).
10	Indicador de tamanho. Os registros CCF usam dois caracteres para cada indicação.
11	Identificador de tamanho de subcampo. O CCF usa dois <i>bytes</i> para cada subcampo identificado, o primeiro caractere é definido pela ISO 646. Esse caractere é normalmente simbolizado no manual como “@”.
12 a 16	Endereçamento dos dados. A localização do primeiro campo no registro.
17 a 19	Para uso do sistema (branco).
20	Tamanho do campo no diretório. O registro CCF usa quatro caracteres para cada tamanho de campo, permitindo campos longos, de até 9.999 caracteres.
21	Extensão da posição do caractere de início no diretório.
22	Extensão de cada entrada no diretório. O CCF usa dois caracteres: um para identificação de segmentos e outro para identificação de ocorrências.
23	Reservado para uso futuro (branco).

Fonte: Albuquerque (2017).

b) **diretório (*directory*)**: é uma tabela contendo 14 caracteres de entrada, finalizados por um caractere separador de campo. Cada entrada no diretório corresponde a um campo específico no registro, que é dividido em quatro partes:

- **tag**: código de três caracteres identificando o nome do campo;
- **extensão do campo**: o número de caracteres ocupado pelo campo, incluindo indicadores e separadores de campo. A extensão deste elemento é mostrada na posição do caractere 20 da etiqueta do registro;
- **posição do caractere de início**: um número decimal que fornece a posição do primeiro caractere do campo de dados relativo ao endereço do dado (primeiro caractere do primeiro campo);
- **seção de definição de implementação**: refere-se à identificação do segmento e ao identificador de ocorrências. A extensão deste elemento é mostrada pelo caractere 22 da etiqueta de registro.

c) **campo (*datafield*)**: um campo é composto de:

- **indicadores**: servem para interpretar ou complementar os dados inseridos no campo. A indicação de extensão é mostrada na posição de caractere 10 da etiqueta do registro;
- **subcampo**: consiste em um identificador de subcampo definido por uma linha de dados, os quais são finalizados por um outro identificador de subcampo ou separador de campo. Um identificador de subcampo consiste em um sinalizador (caractere IS1 da ISO 646). Esse identificador é apontado pela posição do caractere 11 na etiqueta do registro.

ISO 646 – Norma internacional para codificação de caractere.



d) **separador de campo (*record separator*)**: é o caractere que sinaliza o final do campo, exceto quando o campo for o último do registro.

O CCF foi projetado com o objetivo de facilitar a comunicação de dados bibliográficos entre setores da área de informação. Assim, o CCF procura:

- especificar um pequeno número de elementos de dados obrigatórios;
- proporcionar flexibilidade a esses elementos;
- proporcionar a inclusão de elementos optativos;
- permitir à biblioteca a inclusão de dados não padronizados, mas que sejam importantes em seu sistema.

3.6 CATALOGAÇÃO LEGÍVEL POR COMPUTADOR (CALCO)

Figura 67 – CALCO: um sistema de intercâmbio bibliográfico de informações



Fonte: Pixabay (2016).²⁶

O CALCO, Catalogação Legível por Computador, foi elaborado por *Alice Príncipe Barbosa*, com o objetivo de construir um sistema que tornasse capaz o intercâmbio de informações entre bibliotecas. Ele representou o marco dos processos automatizados de registros bibliográficos no Brasil e baseou-se no formato MARC II da LC, por ser considerado o formato padrão para o intercâmbio de informação bibliográfica.

A partir dessa proposta, algumas instituições começaram a desenvolver sistemas de catalogação com base no CALCO, tais como a *Fundação Getúlio Vargas (FGV)*, a *Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)* e o *Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)*. Essas instituições introduziram pequenas modificações para atender às necessidades de cada instituição ou das redes de catalogação que se formavam.

Seu objetivo foi intercambiar a informação catalogada entre bibliotecas, criando a catalogação cooperativa no país, cujos produtos seriam a geração do *Catálogo Coletivo Nacional* e a *Bibliografia Nacional Corrente*.

Em 1942, foi criado o Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC), com a finalidade de possibilitar ajuda mútua entre as bibliotecas do país, a partir do modelo oferecido pela LC.

O SIC foi responsável pela parte técnica de revisão das fichas catalográficas, em convênio com o *Departamento de Imprensa Nacional*, responsável pela impressão, distribuição e venda das fichas aos interessados. Deu-se, assim, a formação de uma rede de cooperantes entre as biblio-

²⁶ Disponível em: <<https://pixabay.com/pt/tablet-mãos-manter-livros-1632909>>. Acesso em: 4 maio 2020.

tecas interessadas. Em 1973, o SIC deixou de existir para que o projeto CALCO começasse a funcionar.

Assim, o projeto CALCO foi responsável por:

- a) elaborar um catálogo que arrolasse a maior parte da produção bibliográfica recente, servindo de instrumento para a pesquisa nos pontos mais distantes do país;
- b) obter bibliografias especializadas;
- c) permutar informações dentro e fora do país;
- d) obter catálogos coletivos especializados;
- e) padronizar normas de catalogação e cabeçalhos de assunto;
- f) acelerar a duplicação de fichas;
- g) economizar tempo e mão de obra para as bibliotecas que possuíam as mesmas obras.

Para as bibliotecas cooperantes, a FGV, responsável pela produção da entrada de dados para catalogação bibliográfica, oferecia os seguintes produtos:

- a) fichas catalográficas para composição de diferentes tipos de catálogos;
- b) etiquetas para indicação da localização dos livros e demais documentos catalogados;
- c) legendas para colocação nos diferentes cartões destinados ao controle dos empréstimos de publicações;
- d) listagens das obras já catalogadas;
- e) microfichas, ou seja, listagens das obras catalogadas, em microfichas.

3.6.1 Estrutura

O registro bibliográfico em formato CALCO é formado por nove blocos:

- a) campos fixos ou campos de controle, incluindo informações codificadas, tais como o número de registro, a data de preenchimento, o nível bibliográfico (monografias ou seriado), o tipo de registro etc;
- b) campos variáveis (0), que incluem certas informações de caráter geral (ISBN, idioma, áreas geográficas, números de chamadas, CDU, CDD e outros);
- c) campos variáveis (1), referentes a autoridades (autor pessoa, entidade coletiva, conferência ou congresso, título uniforme);
- d) campos variáveis (2), reservado para introduzir as informações referentes a títulos, edição e imprensa;
- e) campos variáveis (3), referente à coleção;
- f) campos variáveis (4), para título da série;
- g) campos variáveis (5), para notas (gerais, de teses ou dissertação, de patente, de bibliografia), resumos, notas de normas e notas analíticas;



- h) campos variáveis (6), que permitem registrar as áreas de interesse, descritores e termos livres, cabeçalhos de assuntos (assuntos tópicos e assuntos-nomes geográficos);
- i) campos variáveis (7), para introduzir dados referentes à autoria secundária (autor pessoal, entidade coletiva);
- j) campos variáveis (8), para dados secundários de série.

O CALCO sofreu modificações e algumas adaptações, porém o seu formato inicial e a sua representação esquemática não foram alterados. Contudo, com o passar dos anos, as mudanças foram acontecendo e o transformaram na Rede BIBLIODATA/CALCO (entre 1994 e 1996).

Essa rede tornou-se compatível com sistemas internacionais de intercâmbio de registros bibliográficos a partir do momento em que adotou como padrões as AACR2R e o formato MARC 21.

Dessa forma, a Rede Bibliodata contribuiu para a padronização da catalogação no Brasil, respeitando as normas internacionais e os meios de difusão.

A Rede Bibliodata/CALCO foi pioneira no Brasil na criação de uma rede de catalogação cooperativa. No início da rede, os catálogos coletivos e os catálogos de autoridades (nomes e assuntos) eram distribuídos para as bibliotecas participantes em microfichas. Esse era o único meio de acesso aos registros já catalogados.

Apesar das diversas iniciativas em prol de uma catalogação mais organizada e voltada para suas realidades, a necessidade de um padrão internacional se intensificou, pois a variedade de formatos fez com que divergências fossem surgindo e dificultassem a comunicação entre as bibliotecas.

Entretanto, isso não impediu que continuassem existindo outras derivações baseadas no MARC, que obtiveram um nível expressivo no âmbito do intercâmbio de registros bibliográficos, pois também serviram de base para a criação dos padrões existentes hoje, a exemplo do RDA.



3.6.2 Atividade

O projeto CALCO, desenvolvido por *Alice Príncipe Barbosa* em sua dissertação, é marco dos processos automatizados de registros bibliográficos no Brasil. Julgue as afirmativas em verdadeiras ou falsas em relação a ele:

- I. O projeto CALCO foi fundamentado no formato MARC II da *Library of Congress* por ser considerado o formato padrão para o intercâmbio de informação bibliográfica.
- II. A *Fundação Getúlio Vargas (FGV)*, a *Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)* e o *Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)* desenvolveram sistemas de catalogação com base no CALCO, realizando profundas modificações na proposta inicial.
- III. O formato CALCO, iniciado em 1972, em apenas três anos foi indicado para processamento de dados bibliográficos em nível nacional com a implementação do NATIS. Em 1976, a

FGV adapta o formato CALCO e cria uma rede de bibliotecas, dando origem à Rede Bibliodata/CALCO.

- IV. O formato CALCO nunca ficou defasado por ter sido baseado no MARC.
- V. A missão da Rede Bibliodata/CALCO é oposta à do projeto inicial CALCO, pois enquanto a primeira buscava o encargo de disseminar informação por meio de dados e serviços entre membros participantes, o projeto CALCO não se responsabilizou pela organização e controle da produção nacional, de modo que pudéssemos obter bibliografia nacional e especializada.

Assinale a alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo:

- a) V V V V V;
- b) V F V V F;
- c) F F V V V;
- d) F V F V V;
- e) V F V F F.

Resposta comentada

A alternativa correta é a letra **a)**. A afirmativa I é verdadeira. A afirmativa II é falsa, pois as instituições introduziam apenas pequenas modificações para atender as suas necessidades específicas ou às das redes de catalogação que se desenvolviam. A afirmativa III é verdadeira. Com a catalogação cooperativa no país, foi possível gerar o Catálogo Coletivo Nacional e a Bibliografia Nacional Corrente. A afirmativa IV é falsa, pois, na década de 1990, a Rede BIBLIODATA/CALCO passou por ampla modificação, sendo a principal no formato dos registros bibliográficos, saindo do formato CALCO para USMARC, por ter ficado defasado. A afirmativa V é falsa, pois a missão e os objetivos do projeto inicial CALCO e da Rede Bibliodata/CALCO se coadunam por visarem à padronização e ao intercâmbio das informações catalogadas entre bibliotecas, criando a catalogação cooperativa no país, cujos produtos seriam a geração do *Catálogo Coletivo Nacional* e a *Bibliografia Nacional Corrente*.

3.7 FORMATO IBICT

O Formato de Intercâmbio Bibliográfico e Catalográfico (*IBICT*) teve por base o Projeto CALCO, editado em 1987 pelo *IBICT*, como proposta de formato padrão para o país.

O *IBICT* desenvolveu o Sistema de Registro Bibliográfico (SRB), um sistema de catalogação automatizada que passou a ser utilizado na geração de bases de dados bibliográficos em ciência e tecnologia, com o apoio de uma rede de instituições coletoras de informações.

3.7.1 Estrutura

O Formato *IBICT* é uma implementação específica do padrão internacional *ISO 2709-1981 (Documentation – Format for Bibliographic Information Interchange on Magnetic Tape)*, que pode ser aplicado a qualquer tipo de registro bibliográfico.

A estrutura geral de um registro principal, no Formato *IBICT*, é composta por quatro partes principais, na seguinte ordem:

- a) **líder:** campo de tamanho fixo, contendo 24 caracteres, com informações para o processamento do registro por computador;
- b) **diretório:** tabela de tamanho variável, formada por uma série de campos fixos de 12 caracteres cada um, contendo, para cada campo de dados do registro, sua identificação (parágrafo), seu tamanho e sua posição inicial no registro. O diretório termina com um separador de campo de dados;
- c) **campos de dados:** após o líder e o diretório, segue-se um conjunto de campos de dados, cada um deles identificado por um parágrafo encontrado no diretório. São constituídos de informações, sendo cada um finalizado por um separador de campo de dados;
- d) **separador de registro:** todo registro bibliográfico é terminado por um separador de registro.

O detalhamento da estrutura do formato *IBICT*, vocês podem consultar no *link*: <<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/439/4/Formato%20de%20interc%C3%A2mbio%20bibliogr%C3%A1fico%20e%20catalogr%C3%A1fico.pdf>>.

3.8 SISTEMA MUNDIAL DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (UNISIST)

O Sistema Mundial de Informação e Científica Tecnológica (UNISIST) surgiu em 1968, a partir do projeto *UNESCO*. Entretanto, o primeiro esboço do sistema UNISIST foi apresentado em 1972, que visava a ser compatível ou legível por máquina.

Em 1976, a *British Library*, junto com a *UNESCO*, publica a primeira edição do *UNISIST Reference Manual for Machine: Readable Bibliographic Description*, com a colaboração de várias entidades que compartilhavam a ideia de cooperação voluntária internacional para melhorar o acesso e o uso da informação.

O UNISIST, segundo a *UNESCO* (1971, p. 20), deveria ser:

[...] uma rede flexível baseada na cooperação voluntária de serviços de informação existentes e futuros, e ainda abarcar as ciências exatas e naturais que se estenderiam para cobrir a área tecnológica e outros campos do conhecimento.

O formato do UNISIST segue a padronização como outros formatos de registro bibliográfico legível por máquina: formato de suporte, nomes e definições dos elementos de dados e o conjunto de elementos de dados. Além disso, o UNISIST tem sua estrutura e contém as especificações para a compreensão de seu próprio formato de comunicação bibliográfica legível por máquina, composto de cinco partes.



3.9 UNIVERSAL MARC (UNIMARC)

Teve sua base de formação no formato MARC e no *Manual de Referências do UNISIST*. Foi idealizado por um grupo específico da *IFLA*, com o objetivo de sistematizar os diferentes tipos de registros bibliográficos para que houvesse uma maior facilidade na troca de informações entre as bibliotecas nacionais e internacionais.

A estrutura do formato consiste em blocos de campos a partir dos quais, da mesma forma que no caso do formato MARC, os campos de dados do registro UNIMARC podem ser subdivididos em um certo número, prefixado, em cada caso, de subcampos (ROBREDO; CUNHA, 1994). Além disso, envolve outros três elementos que são encontrados em outras versões do MARC: estrutura dos registros, designação de conteúdo e conteúdo de dados.

A uniformidade dos dados para intercâmbio de informações não é recente, mas teve um impulso enorme com o avanço da tecnologia e a massiva aplicação do processamento informatizado nos acervos das bibliotecas.

Para que o intercâmbio de informações seja eficiente e econômico, deve existir uma padronização entre sistemas computadorizados de registros bibliográficos e catalográficos, de modo a prover uma estrutura de registro capaz de contemplar as necessidades de uma grande variedade de sistemas de registro bibliográfico.

Essa situação obriga que os profissionais da informação repensem os mecanismos utilizados para o processamento da informação.

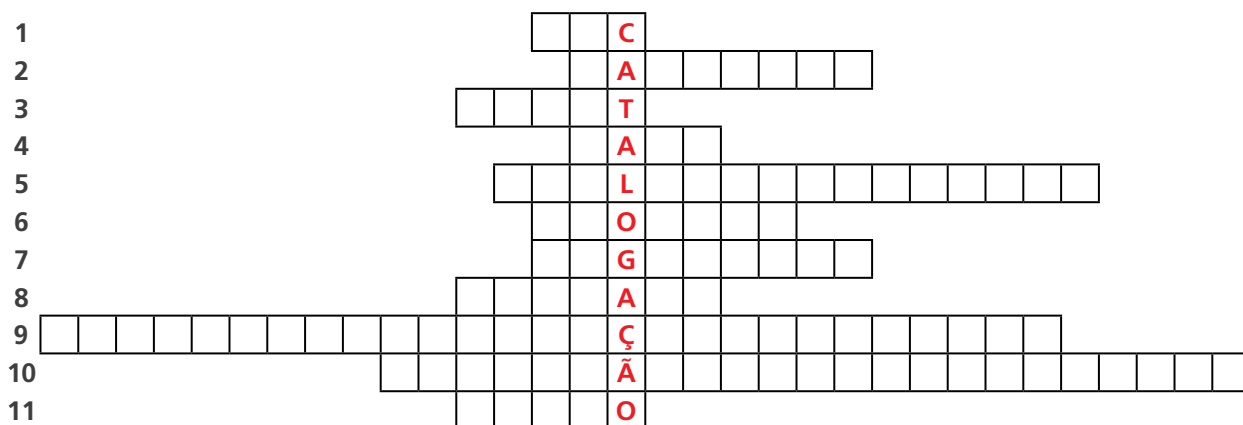


3.9.1 Atividade

Com base no que você estudou, preencha as lacunas:

- I. _____ é a sigla que identifica o modelo do Sistema Internacional de Informação Científica das Nações Unidas, programa de cooperação intergovernamental voluntária para melhorar o acesso e o uso da informação.
- II. Em 1976, a _____, junto com a _____, publicou a primeira edição do *UNISIST Reference Manual for Machine: Readable Bibliographic Description*.
- III. Os formatos MARC I e II deram origem ao formato _____.
- IV. O UNIMARC sistematiza a troca internacional de informação bibliográfica em um formato legível entre sistemas de gestão de bibliotecas e agências bibliográficas nacionais. Foi desenvolvido por um grupo específico ligado à _____.
- V. Atualmente, a versão original do padrão MARC utilizado no Brasil é denominada _____.

Estudamos o objetivo da catalogação de atender demanda de recuperação e localização da informação disponível nos múltiplos recursos de informação. Vimos que, historicamente, eles se originaram nos tabletes (catalogação manual) e evoluíram até os padrões automatizados (catalogação automatizada com padrão MARC), em que as tecnologias de informação e comunicação seguem padrões de descrição para que possibilitem a comunicação da informação e o compartilhamento dos recursos bibliográficos, reduzindo a duplicação de esforços. Com base no assunto, vamos preencher a cruzada:



1. Sigla do serviço de intercâmbio criado em 1942 com a finalidade de possibilitar ajuda mútua entre as bibliotecas do país a partir do modelo oferecido pela *Library of Congress*. O serviço foi responsável pela parte técnica de revisão das fichas catalográficas, em convênio com o *Departamento de Imprensa Nacional*, responsável pela impressão, distribuição e venda das fichas aos interessados. Deu-se, assim, a formação de uma rede de cooperantes entre as bibliotecas

interessadas. Em 1973, deixou de existir para que o projeto CALCO começasse a funcionar.

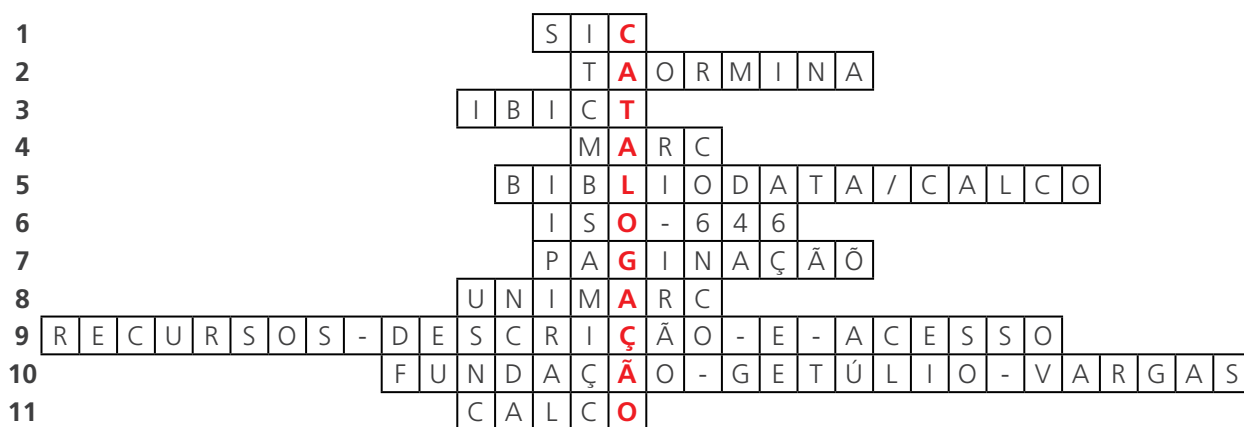
2. Nome da comuna italiana da região da Sicília onde ocorreu, em 1978, o Simpósio Internacional sobre Formatos de Intercâmbio Bibliográfico, sob o patrocínio da *UNESCO*, onde um grupo de especialistas desenvolveu o Common Communication Format (CCF), Formato Comum de Comunicação, em português.
3. Sigla de uma das três instituições que começaram a desenvolver sistemas de catalogação com base no CALCO, introduzindo pequenas modificações para atender às necessidades de cada instituição ou das redes de catalogação que se formavam.
4. Formato de intercâmbio bibliográfico que serve de meio para interpretar a informação encontrada no registro bibliográfico.
5. Nome da rede que resultou das modificações e adaptações do CALCO (entre 1994 e 1996) e que foi pioneira no Brasil na criação de uma rede de catalogação cooperativa. No início da rede, os catálogos coletivos e os catálogos de autoridades (nomes e assuntos) eram distribuídos para as bibliotecas participantes em microfichas. Esse era o único meio de acesso aos registros já catalogados.
6. Norma internacional para codificação de caracteres baseada na norma estadunidense ASCII, aprovada em 1991 pela *Organização Internacional de Normalização*. Define um código de sete *bits* que inclui as 26 letras do alfabeto inglês (maiúsculas e minúsculas), os dígitos, alguns sinais de pontuação, alguns símbolos matemáticos e comerciais e vários caracteres de controle sem representação visível.
7. Nome de um dos itens de descrição das características físicas específicas do recurso de informação registrado no subcampo \$a do Campo 300, do MARC.
8. Formato que é uma das variações do MARC, criado em 1977, pela *IFLA*, com o objetivo de elaborar uma linguagem comum, que permitisse a troca internacional de registros bibliográficos, resolvendo as incompatibilidades entre os vários formatos MARC nacionais.
9. Padrão de descrição bibliográfica projetado para suceder o código AACR2, baseado no FRBR, FRAD e na *Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação da IFLA* (2009).
10. Instituição cuja biblioteca cooperante do projeto CALCO era responsável pela produção da entrada de dados para catalogação bibliográfica, oferecia: fichas catalográficas para composição de diferentes tipos de catálogos; etiquetas para indicação da localização dos livros e demais documentos catalogados; legendas para colocação nos diferentes cartões destinados ao controle dos empréstimos de publicações; listagens das obras já catalogadas; e listagens das obras catalogadas em microfichas.
11. Formato de intercâmbio bibliográfico elaborado por *Alice Príncipe Barbosa* (1978), que tinha o desejo de construir um sistema que possibilitasse o intercâmbio de informações entre bibliotecas. Representou o marco dos processos automatizados de registros bibliográficos no Brasil.



Resposta comentada

Palavras que completam as lacunas: I) UNISIST; II) *British Library/ UNESCO*; III) USMARC; IV) *Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias*; V) MARC21.

Solução das cruzadas:



RESUMO

Vimos, nesta unidade, os formatos de intercâmbio bibliográfico:

- o **MARC**, que possibilita a comunicação da informação e permite que bibliotecas compartilhem recursos bibliográficos, reduzindo a duplicação de esforços;
- o **CCF**, que tem o objetivo de facilitar a comunicação de dados entre setores da área de informação;
- o **CALCO**, sistema que possibilitou o intercâmbio de informações entre bibliotecas e representou o marco dos processos automatizados de registros bibliográficos no Brasil;
- o **IBICT**, que desenvolveu um sistema de catalogação automatizada, chamado Sistema de Registro Bibliográfico (SRB), e que passou a ser utilizado na geração de bases de dados bibliográficos em ciência e tecnologia, com o apoio de uma rede de instituições coletoras de informações;
- o **UNISIST**, que seguiu a padronização como outros formatos de registro bibliográfico legível por máquina;
- o **UNIMARC**, com o objetivo de sistematizar os diferentes tipos de registro bibliográfico para que houvesse uma maior facilidade na troca de informações entre as bibliotecas nacionais e internacionais.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. P. **Novos rumos da catalogação**. Rio de Janeiro: Brasilart, 1978.

CONTROLE bibliográfico universal. **ECA USP**, São Paulo, 1999.
Disponível em: <<http://www2.eca.usp.br/prof/sueli/cbd201/controle.htm>>. Acesso em: 21 mar. 2020.

FURRIE, Betty. **O MARC bibliográfico**: um guia introdutório, catalogação legível por computador. Brasília: Thesaurus, 2000.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catalogação no plural**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2009.

ROBREDO, Jaime; CUNHA, Murilo B. **Documentação de hoje e de amanhã**: uma abordagem informatizada de biblioteconomia e dos sistemas de informação. São Paulo: Global, 1994.

UNITED NATIONS FOR EDUCATION, SCIENCE AND CULTURE ORGANIZATION. **UNISIST**: informe del estudio sobre la posibilidad de establecer um sistema mundial de información científica. Montevideo: UNESCO, 1971.

UNIDADE 4

GERAÇÃO, UTILIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA



4.1 OBJETIVO GERAL

Apresentar os modelos conceituais na representação descritiva da informação.

4.2 OBJETIVO ESPECÍFICO

Esperamos que, ao final desta unidade, você seja capaz de:

1. conhecer os modelos conceituais:
 - Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR);
 - Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade (FRAD);
 - Requisitos Funcionais de Dados de Autoridade de Assunto (FRSAD).
- 

4.3 TRANSFORMAÇÕES NA REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA

Semestre

2

Figura 68 – Novos modelos facilitaram a pesquisa pelo leitor



Fonte: Pixabay (2015).²⁷

Desde o final da década de 1990, a representação descritiva vem sofrendo mudanças em seu enfoque, bem como nos suportes informacionais que alteraram o ambiente das bibliotecas. Consequentemente, os serviços oferecidos pelas bibliotecas precisaram adequar-se à forma de catalogar.

Após essas mudanças, é impossível continuar inalterada a forma de armazenar, selecionar, recuperar e disseminar as informações contidas nesses suportes. Essas novas necessidades exigem que as normas e códigos de descrição bibliográfica se modifiquem e entrem em harmonia com as realidades atuais das unidades de informação, adequando-se à nova realidade o suporte, o ambiente, os usuários e o profissional.

Em resposta a essas mudanças, em 1998, foi publicado o relatório final do Grupo de Estudo da IFLA (*Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records*), contendo a descrição do modelo conceitual FRBR e as novas diretrizes para a descrição de recursos em catálogos e outras ferramentas bibliográficas.

Para entender melhor a construção de padrões, regras e códigos, apresentaremos os conceitos dos dois modelos conceituais em que os códigos se apoiam: os FRBR, o FRAD e o *Functional Requirements for Subject Authority Data* (FRSAD), Requisitos Funcionais de Dados de Autoridade de Assunto, em português.

²⁷ Disponível em: <<https://pixabay.com/pt/menina-biblioteca-livros-leitura-1034449>>.

Os modelos conceituais FRAD e FRSAD têm seu desenvolvimento baseado na *Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação*.

4.4 REQUISITOS FUNCIONAIS PARA REGISTROS BIBLIOGRÁFICOS (FRBR)

Os FRBR foram desenvolvidos pela IFLA, através do programa *Universal Bibliographic Control and International MARC* (UBCIM, Controle Bibliográfico Universal e MARC Internacional, em português), com o objetivo de estudar e analisar as funções dos registros bibliográficos em relação às diferentes mídias, aplicações informáticas e necessidades dos usuários. O resultado foi apresentado no relatório final intitulado *Functional Requirements for Bibliographic Records: final report*, em 1988.

O FRBR é um modelo conceitual que reestrutura os registros bibliográficos, baseado na necessidade dos usuários. Trata-se de um modelo que harmoniza e relaciona os dados presentes em registros bibliográficos de acordo com as necessidades percebidas dos usuários desses registros, e também estabelece relações entre os registros bibliográficos existentes em catálogos em linha.

Segundo Moreno (2006, p. 31), os FRBR:

Configuram uma recomendação para reestruturar os registros bibliográficos de maneira a refletir a estrutura conceitual de buscas de informação, os FRBR consideram nesta reestruturação a diversidade de usuários (usuários de biblioteca, pesquisadores, bibliotecários da seção de aquisição, publicadores, editores, vendedores): materiais (textuais, musicais, cartográficos, audiovisuais, gráficos e tridimensionais); suporte físico (papel, filme, fita magnética, meios óticos de armazenagem etc.) e formatos (livros, folhas, discos, cassetes, cartuchos, etc. que o registro pode conter).

Basicamente, o registro bibliográfico é repensado para se tornar, de fato, funcional ao olhar do usuário. Portanto, são tarefas dos usuários: encontrar, identificar, selecionar e obter, conforme a IFLA (1998, p. 8):

Encontrar: Encontrar entidades que correspondam aos critérios de busca formulados pelo usuário, isto é, localizar tanto uma única entidade quanto um conjunto de entidades num arquivo ou base de dados

como resultado de uma busca que empregue um atributo ou relação da entidade.

Identificar: Identificar uma entidade, isto é, confirmar que a entidade descrita corresponde à entidade procurada, ou distinguir entre duas ou mais entidades com características similares.

Selecionar: Selecionar uma entidade que seja apropriada às necessidades do usuário, isto é, escolher uma entidade que atenda aos requisitos do usuário no que se refere a conteúdo, formato físico etc., ou recusar uma entidade que seja inadequada para as necessidades do usuário.

Obter: Obter acesso, ou adquirir à entidade descrita, isto é, adquirir uma entidade por meio de compra, empréstimo etc., ou ter acesso eletronicamente a uma entidade por meio de uma conexão em linha com um computador remoto.

Portanto, o FRBR é uma abordagem teórica que tem como base a seguinte forma: entidades, atributos e relacionamento (entre as entidades).

Para a IFLA (1998, p. 12), “as entidades representam os principais objetos de interesse para os usuários de dados bibliográficos”.

O modelo apresenta **dez entidades**, divididas em **três grupos**:

- a) **grupo 1:** são as entidades que refletem produtos de trabalho intelectual ou artístico: obra, expressão, manifestação e item (Figura 69).

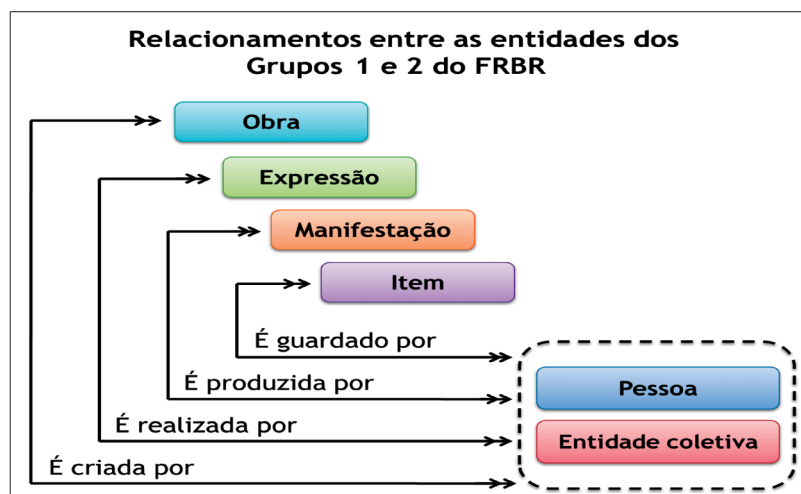
Figura 69 – Relacionamentos entre as entidades do Grupo 1 do FRBR



Fonte: Assumpção (2012).

- b) **grupo 2:** são responsáveis pelo conteúdo intelectual ou artístico presente nas entidades do primeiro grupo: pessoa e entidade coletiva (Figura 70).

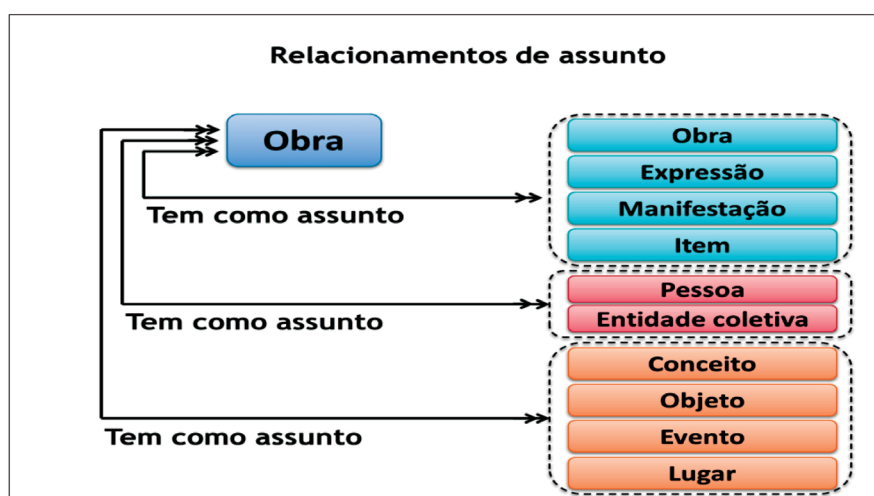
Figura 70 – Relacionamentos entre as entidades dos Grupos 1 e 2 do FRBR



Fonte: Assumpção (2012).

c) **grupo 3:** são os assuntos das entidades do primeiro grupo: conceito, objeto, evento e lugar (Figura 71).

Figura 71 – Relacionamentos de assunto no FRBR



Fonte: Assumpção (2012).

Os **atributos** são como os elementos de descrição bibliográfica, que, em linhas gerais, podem ser definidos como as características das entidades. O "título" de uma obra é um exemplo de atributo.

Os **relacionamentos** são mais amplos dos que os previstos nos campos MARC e são a forma de o usuário "navegar" pelos registros bibliográficos, podendo visualizar todas as obras, expressões e manifestações relacionadas de alguma forma com a inicialmente buscada.

Com a *RDA* e o modelo conceitual do FRBR, se estabelece um novo pensar sobre a representação e os relacionamentos dos dados bibliográficos. Essa projeção é ilustrada na Figura 71, com um diagrama em RDF das entidades do Grupo 1. O Diagrama permite visualizar a expansão do relacionamento, estabelecendo uma rede de conexões dos dados bibliográficos e o mapeamento da obra (seu desdobramento genético editorial). A Figura

71 mostra apenas uma relação parcial da obra, no caso: *Gabriela cravo e canela*, que poderia ser acrescida de suas inúmeras traduções, adaptações, versões (expressões) existentes, e consequentes suportes de produção (manifestações), como livros, filmes e vídeos, peças teatrais, textos em braile, etc. O diagrama também salienta uma preocupação, agora mais constante do catalogador: o controle mais ativo e detalhado dos pontos de acesso, como autoria e demais responsabilidades, além dos títulos (MODESTO, 2014).

Vamos entender melhor as entidades, os atributos e os relacionamentos presentes em um recurso informacional, com um exemplo apresentado por *Assumpção* (2012):

Tenho em mãos um exemplar impresso da 3ª edição do livro *O Hobbit*, do autor *J. R. R. Tolkien*, publicado no Brasil pela editora *Martins Fontes* em 2009.

A **obra** é o conteúdo intelectual, a ideia de seu criador. Podemos nos referir à obra por meio do título pelo qual ela tornou-se mais conhecida ou foi primeiro publicada, por isso chamaremos essa obra de *The Hobbit*. Uma obra é criada por alguém (pessoa ou entidade coletiva). Essa obra foi criada pela **pessoa** *J. R. R. Tolkien*.

A **expressão** é a realização de uma obra, seja na forma textual, sonora etc. A obra *The Hobbit* foi expressa em diversos idiomas além do inglês. Chamaremos a primeira expressão de *The Hobbit* – texto em inglês. Essa expressão foi realizada pela pessoa *J. R. R. Tolkien*, que também é o criador da obra. No recurso que tenho em mãos, a obra está realizada como um texto em português, chamaremos essa expressão de *The Hobbit* – texto em português. Essa expressão foi realizada pelas **pessoas** *Lenita Maria Rimoli Esteves* e *Almiro Pisetta*, por meio da tradução da expressão *The Hobbit* – texto em inglês.

Meu exemplar impresso é a 3ª edição, publicada pela editora *Martins Fontes* em 2009. Ou seja, a expressão *The Hobbit* – texto em português foi materializada em papel por meio de impressão em 2009 sob a responsabilidade da entidade coletiva *Martins Fontes*. Chamaremos essa **manifestação** de *The Hobbit* – texto em português – impresso, 3ª edição, *Martins Fontes*, 2009. A editora *Martins Fontes* é a **entidade coletiva** que produziu essa manifestação.

O exemplar que tenho em mãos possui o número de tombo 12.345 atribuído pela biblioteca. Esse número diferencia esse exemplar dos demais. Ou seja, o que tenho em mãos é um **item**, um único exemplar da manifestação *The Hobbit* – texto em português – impresso, 3ª edição, *Martins Fontes*, 2009. A biblioteca é a **entidade coletiva** responsável pela guarda desse item.

A obra *The Hobbit* narra uma viagem de *Bilbo Bolseiro*. Podemos dizer que essa obra tem como assunto o **conceito** viagem, o **objeto** Anel do Poder, o **evento** Guerra dos Cinco Exércitos, o **lugar** Montanha Solitária e a **pessoa** *Bilbo Bolseiro*.

A obra *The Hobbit* serviu de base para uma animação produzida em 1977 sob a direção de *Jules Bass* e *Arthur Rankin*. Assim como para os filmes *The Hobbit: An Unexpected Journey* e *The Hobbit: There and Back Again*, a serem lançados em 2012 e 2013, respectivamente.

A expressão *The Hobbit* – texto em inglês serviu de base para diversas outras expressões em diversos idiomas.

A editora responsável pela publicação de *O Hobbit* no Brasil anunciou que, em razão do lançamento dos filmes, lançará uma edição com a capa do filme e uma edição em *e-book*. O conteúdo (texto em português traduzido pelas mesmas pessoas) será o mesmo, mudará apenas o suporte.



4.4.1 Atividade

No que tange aos FRBR, julgue como verdadeiros ou falsos os itens subsequentes:

- I. O modelo conceitual Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR) é fundamentado nos *Princípios de Paris*.
- II. Segundo o FRBR, EXPRESSÃO é um conteúdo intelectual que pode ser reproduzido.
- III. O FRBR é uma abordagem teórica que tem como base a seguinte forma: entidades, atributos e relacionamento. O modelo apresenta 5 entidades, divididas em dois grupos.
- IV. A nova padronização de descrição bibliográfica, o *Recursos: Descrição e Acesso (RDA)* criado para substituir o código AACR2, foi desenvolvida a partir dos Requisitos Funcionais de Dados de Autoridade de Assunto (FRSAD).
- V. Os ATRIBUTOS, uma das bases do FRBR, facilitam a busca por parte dos usuários, por serem mais amplos dos que os previstos no RDA. São uma forma de navegação para os usuários do sistema de informação, por possibilitar em a visualização das obras, expressões e manifestações relacionadas à demanda definida inicialmente pelo usuário.

Está correto o que consta APENAS em:

- a) I, II, III, IV e V;
- b) I, III e IV;
- c) I, II e V;
- d) II, III e IV;
- e) nenhuma das respostas.

Resposta comentada

A alternativa correta é a letra **e**).

A afirmativa I é falsa, pois o FRBR é fundamentado na *Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação* (2009), substituta dos *Princípios de Paris* (1961). Essa Declaração foi elaborada observando-se as tradições catalográficas mundiais e o modelo conceitual estabelecido no *IFLA*, o FRBR.

A afirmativa II é falsa, pois a OBRA é uma entidade abstrata relacionada ao conteúdo intelectual ou artístico distinto que pode ser reproduzido, ou seja, é ideia do autor/criador. Por sua vez, a EXPRESSÃO é a realização da obra (texto, som, imagem etc.) e a MANIFESTAÇÃO é a materialização de uma expressão de uma obra, ou seja, livros, periódicos, folhetos, CDs, esculturas etc. O ITEM é um único exemplar da manifestação. Por exemplo: OBRA: *Felicidade*, de *Lupicínio Rodrigues*; EXPRESSÃO: interpretação de *Caetano Veloso*, gravada em 1974; MANIFESTAÇÃO: álbum *Temporada de verão*, gravado ao vivo na Bahia, cujo LP foi editado pela *Polygram/Philips*; ITEM: exemplar comprado por um fã.

A afirmativa III é falsa, pois o modelo apresenta dez entidades divididas em três grupos. GRUPO 1: são as ENTIDADES que

refletem produtos de trabalho intelectual ou artístico: OBRA, EXPRESSÃO, MANIFESTAÇÃO e ITEM; GRUPO 2: são responsáveis pelo conteúdo intelectual ou artístico presente nas entidades do primeiro grupo: PESSOA e ENTIDADE COLETIVA; GRUPO 3: são os assuntos das entidades do primeiro grupo: CONCEITO, OBJETO, EVENTO e LUGAR.

A afirmativa IV é falsa, pois não devemos esquecer que o RDA foi desenvolvido baseado nos: FRBR, (1998); FRAD (2009) e a *Declaração da IFLA sobre os Princípios Internacionais de Catalogação* (ICP, 2009). O FRSAD é um modelo conceitual que tem uma relação direta com os FRBR, ao se aprofundar nas entidades do Grupo 3 para relacionar os temas (assuntos) das obras, de modo a viabilizar a integração da informação contida nos vocabulários controlados com o sistema de recuperação da informação, ajudando os usuários a realizar buscas por assunto de forma mais efetiva (IFLA, 2007, 2010).

A afirmativa V é falsa, pois os ATRIBUTOS são como os elementos de descrição bibliográfica, que, em linhas gerais, podem ser definidos como as características das entidades. O “título” de uma obra é um exemplo de atributo. E os RELACIONAMENTOS são mais amplos dos que os previstos nos campos MARC. São a forma de o usuário “navegar” pelos registros bibliográficos, podendo visualizar todas as obras, expressões e manifestações relacionadas de alguma forma com a inicialmente buscada.

Dois outros modelos baseados no FRBR foram desenvolvidos: o FRAD e o FRSAD.

Vamos conhecê-los?

4.5 REQUISITOS FUNCIONAIS PARA DADOS DE AUTORIDADE (FRAD)

O FRAD foi desenvolvido pelo Grupo *Functional Requirements and Numbering of Authority Records* (FRANAR), sob a supervisão da IFLA, com o objetivo de ser uma extensão do FRBR, quanto à análise dos dados de autoridade.

Assim como os FRBR, o FRAD tem como objetivo relacionar os atributos das entidades para facilitar a busca por parte dos usuários, além de servir de referencial tanto para catalogadores como para o desenvolvimento de novas regras e novos códigos de catalogação, trazendo ao RDA o embasamento para as regras de registros de autoridade.

O FRAD se diferencia do FRBR por identificar duas classes de usuários, a quem se destinam os dados de autoridade, são eles:

Os criadores de dados de autoridade que criam e mantêm os dados de autoridade; e os usuários que utilizam informação de autoridade através de acesso direto aos dados de autoridades ou indiretamente, através do ponto de acesso controlado (formas autorizadas, referências etc.) em catálogos, bibliografias nacionais, outras bases de dados similares etc. (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2009, p. 64).

Sistematizamos, no Quadro 12, os dados de autoridade que apoiam cada tarefa do usuário:

Quadro 12 – Tarefas do usuário FRAD

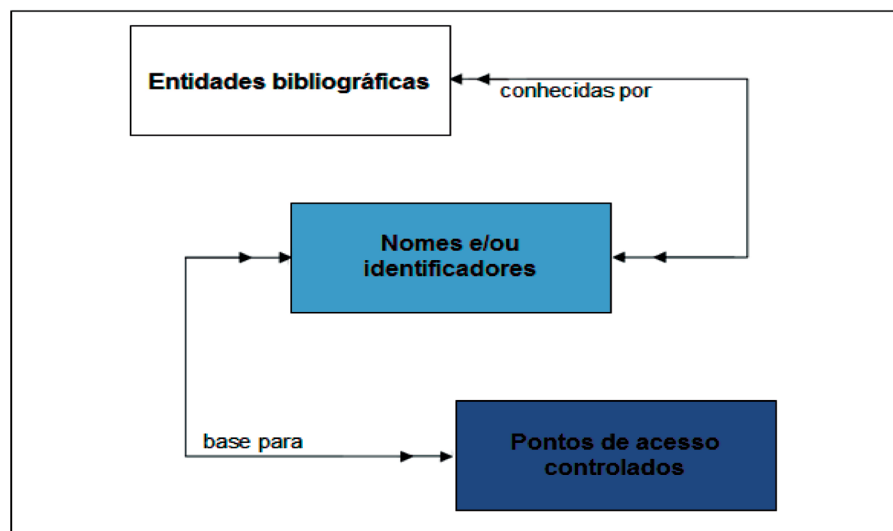
TAREFAS	DESCRIÇÃO
Encontrar	Encontrar uma entidade ou conjunto de entidades correspondentes ao critério dado (isto é, usando um atributo ou uma combinação de atributos ou relacionamentos da entidade como critério de busca); ou explorar o universo de entidades bibliográficas usando aqueles atributos e relacionamentos.
Identificar	Identificar uma entidade (isto é, confirmar que aquela entidade representada corresponde à entidade procurada, distinguindo entre duas ou mais entidades com características similares) ou validar a forma do nome a ser usada como ponto de acesso controlado.
Contextualizar	Situar uma pessoa, entidade coletiva, obra etc. em um contexto; evidenciar o relacionamento entre uma ou mais pessoas, entidades coletivas, obras etc. e um nome pelo qual aquela pessoa, entidade coletiva etc. é conhecida (por exemplo, nome usado na religião <i>versus</i> nome secular).
Justificar	Documentar a razão da escolha, pelo criador do dado de autoridade, de um nome ou uma forma do nome pelo qual o ponto de acesso controlado foi baseado.

Fonte: IFLA (2009, p. 50).

As primeiras duas tarefas não diferem da proposta dos FRBR. Na tarefa “identificar”, há um acréscimo sobre a validação da forma do nome. As tarefas “contextualizar” e “justificar” referem-se exclusivamente ao trabalho do criador do registro, isto é, criar relacionamentos ao contextualizar o nome adotado e, em seguida, justificar a escolha daquele nome.

Os fundamentos do modelo FRAD são apresentados na Figura 72:

Figura 72 – Base conceitual para o modelo conceitual



Fonte: adaptado de Mey e Silveira (2009, p. 39).

Em relação às **entidades**, o modelo FRAD inclui as dez entidades mencionadas nos Grupos 1, 2 e 3 do FRBR e acrescenta mais seis: família, nome, identificador, ponto de acesso controlado, regras e agência.

Quanto aos **atributos**, o FRAD os define como característica das instituições a que pertencem, e não como elementos específicos dos dados.

Para os **relacionamentos**, o modelo apresenta quatro grandes categorias presentes nos dados de autoridade, a saber:

- relações entre entidades:** contemplam pessoa, família, entidade coletiva, obra, expressão, manifestação, item, conceito, objeto, evento e lugar;
- relações entre pessoa, família, entidade coletiva e obra:** são aquelas que atuam com entidades do mesmo tipo. Essa relação pode ser explicitada através da remissiva “**ver também**”;
- relação entre os diferentes nomes de pessoas, famílias, entidades coletivas e obras:** para este caso, os relacionamentos são explicitados pela remissiva “**ver**” para as relações de nome pelo nome, e “**ver também**” para as relações entre as formas autorizadas do nome de duas ou mais entidades afins;
- relacionamentos entre os pontos de acesso controlados:** podem ser explicitados através de mecanismos de ligação (*links*) para demonstrar dois ou mais pontos de acesso para a mesma entidade.

Como percebemos, o FRAD, mesmo sendo uma extensão dos FRBR, acrescenta novas entidades, novos atributos e tipos de relacionamentos entre as entidades, trazendo à RDA o embasamento para as regras de registros de autoridade.



4.5.1 Atividade

Os FRAD relacionam os atributos das entidades com o objetivo de facilitar a busca, diferenciando-se do FRBR por identificar duas classes de usuários: os criadores de dados de autoridade e os usuários que utilizam informação. Com relação aos dados de autoridade que apoiam cada tarefa do usuário, correlacione os dois agrupamentos abaixo:

- (A) Encontrar
- (B) Identificar
- (C) Contextualizar
- (D) Justificar

1. Confirmar que aquela entidade representada corresponde à entidade procurada, distinguindo entre duas ou mais entidades com características similares.
2. Evidenciar o relacionamento entre uma ou mais pessoas, entidades coletivas, obras etc. e um nome pelo qual aquela pessoa, entidade coletiva etc. é conhecida.
3. Explorar o universo de entidades bibliográficas usando atributos e relacionamentos como critério de busca.
4. Documentar a razão da escolha, pelo criador do dado de autoridade, de um nome ou uma forma do nome pelo qual o ponto de acesso controlado foi baseado.

A correlação correta entre os agrupamentos é:

- a) A3, B1, C2, D4;
- b) A4, B2, C3, D1;
- c) A1, B3, C4, D2;
- d) A2, B4, C1, D3;
- e) A4, B3, C1, D2.

Resposta comentada

A opção correta é a letra **a**).

4.6 REQUISITOS FUNCIONAIS DE DADOS DE AUTORIDADE DE ASSUNTO (FRSAD)

Os FRSAD são um modelo conceitual desenvolvido pela *IFLA* que tem uma relação direta com os FRBR, ao se aprofundar nas entidades do Grupo 3 para relacionar os temas (assuntos) das obras. Dessa forma, viabilizam a integração da informação contida nos vocabulários controlados com o sistema de recuperação da informação, ajudando os usuários a realizar buscas por assunto de forma mais efetiva (IFLA, 2007, 2010).

Segundo *Melo e Bräscher* (2014, p. 102), o foco do modelo FRSAD é:

[...] a modelagem das entidades que representam tematicamente uma obra sob o ponto de vista dos usuários, de forma independente de qualquer domínio do conhecimento, sistema de organização do conhecimento ou aplicação em contexto específico, a fim de promover o uso e o compartilhamento internacional dos dados de autoridade assunto.

Sistematizamos, no Quadro 13, os dados de autoridade que apoiam cada tarefa do usuário, segundo a *IFLA* (2010, p. 34):

Quadro 13 – Tarefas do usuário FRSAD

TAREFAS	DESCRIÇÃO
Encontrar	Um ou mais assuntos e/ou suas denominações que correspondam aos critérios estabelecidos pelo usuário, usando atributos e relacionamentos.
Identificar	Um assunto e/ou sua denominação com base em seus atributos ou relacionamentos (ou seja, distinguir entre dois ou mais assuntos ou denominações com características semelhantes para confirmar que o assunto ou denominação apropriada foi encontrado).
Selecionar	Um assunto e/ou a sua denominação adequada às necessidades do usuário (ou seja, escolher ou rejeitar com base nos requisitos e necessidades do usuário).
Explorar	Os relacionamentos entre os assuntos e/ou suas denominações (por exemplo, explorar os relacionamentos a fim de compreender a estrutura de um domínio do conhecimento e sua terminologia).

Fonte: *IFLA* (2010, p. 34).

Observamos que as três primeiras tarefas do FRSAD são comuns ao FRBR e a última, **explorar**, melhora as possibilidades de busca dos usuários quando da utilização dos dados de autoridade de assunto.

O modelo FRSAD apresenta três entidades (Quadro 14):

Quadro 14 – Entidades do FRSAD

Conceito	Abstrações temáticas de uma obra: áreas de conhecimento, disciplinas, escolas de pensamento, teorias.
Objeto	Abrange a categoria de “coisas materiais” que podem ser tema/ assunto de uma obra: objetos que são produtos da criação humana ou objetos que já não existem; objetos animados ou inanimados que ocorrem na natureza, fixos ou móveis.
Evento	Entidade que inclui uma variedade de ações, ocorrências ou acontecimentos: história, época, período de tempo.

Fonte: produção do próprio autor (2017).

No contexto da representação temática da informação, o FRSAD introduziu duas novas entidades para dados de autoridade assunto (Quadro 15):

Quadro 15 – Entidades para dados de autoridade assunto

<i>thema</i>	Qualquer entidade utilizada como assunto de uma obra. É considerada uma superclasse dentre todas as entidades presentes no modelo FRBR, pois inclui todas as demais entidades dos grupos 1, 2 e 3 (IFLA, 2010).
<i>nomen</i>	Qualquer sinal ou sequência de sinais (caracteres alfanuméricos, símbolos, som etc.) mediante os quais um <i>thema</i> é conhecido, referido ou chamado. A entidade <i>nomen</i> é uma superclasse das entidades presentes no modelo conceitual FRAD: nome, identificador e ponto de acesso controlado (IFLA, 2010).

Fonte: IFLA (2010).

Os atributos, no FRSAD, são dois (Quadro 16):

Quadro 16 – Atributos no FRSAD

tipo de <i>thema</i>	Categoria a que pertence um <i>thema</i> no contexto de um determinado sistema de organização do conhecimento.
nota de escopo	Texto que descreve e/ou define o <i>thema</i> , especificando o seu escopo dentro de determinado sistema de autoridade assunto.

Fonte: produção do próprio autor (2017).

Quanto aos relacionamentos, o modelo FRSAD estabelece dois conjuntos:

a) entre diferentes tipos de entidades (Quadro 17):

Quadro 17 – Relacionamento entre diferentes tipos de entidades

<i>obra-to-thema</i>	Indica que qualquer das entidades do modelo pode ser o assunto de uma obra.
<i>thema-to-nomen</i>	Indica que qualquer <i>thema</i> pode ter múltiplos <i>nomens</i> .

Fonte: produção do próprio autor (2017).

b) entre entidades de mesmo tipo (Quadro 18):

Quadro 18 – Relacionamento entre entidades do mesmo tipo

<i>thema-to-thema</i>	Envolve as relações hierárquicas e associativas entre conceitos.
<i>nomen-to-nomen</i>	Trata das relações de equivalência e partitivas entre os signos representativos de um conceito.

Fonte: produção do próprio autor (2017).

Como vimos, ocorrem mudanças teóricas e metodológicas na catalogação, com a implementação dos modelos conceituais FRBR e suas extensões FRAD e FRSAD.

O que podemos concluir com os modelos FRBR, FRAD e FRSAD?

Nesse cenário, observamos que os modelos conceituais FRBR, FRAD e FRSAD influenciaram nas alterações das normas catalográficas. Eles levaram à criação da RDA, por serem largamente aceitos por agências catalogadoras e terem se estabelecido como importantes modelos conceituais para a catalogação.

Oliver (2011, p. 17) enfatiza que “estes modelos moldaram a estrutura da RDA e influenciaram a linguagem empregada nas instruções”. Dessa forma, não há como usar a RDA sem um conhecimento prévio dos conceitos aplicados nos FRBR e suas extensões FRAD e FRSAD.

Assim, podemos afirmar que os modelos conceituais apresentados permitem a reestruturação de registros bibliográficos, reorganizando seus elementos através da análise de entidades, atributos e relacionamentos, aproximando os usuários dos produtores de documentos.



4.6.1 Atividade

Como percebemos, o FRAD e o FRSAD, mesmo sendo extensões dos FRBR, acrescentam novas entidades, atributos e tipos de relacionamentos entre as entidades. Sobre o assunto, julgue os itens abaixo como verdadeiros ou falsos:

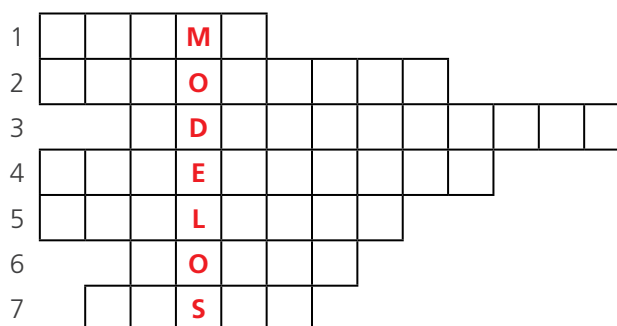
- I. Em relação às entidades, o modelo FRAD inclui as dez entidades mencionadas nos Grupos 1, 2 e 3 do FRBR e acrescenta mais quatro: família, nome, identificador e ponto de acesso controlado.

- II. Quanto aos atributos, o FRAD os define como característica das instituições a que pertencem, e não como elementos específicos dos dados.
- III. Quanto às entidades, o modelo Requisitos Funcionais de Dados de Autoridade de Assunto (FRSAD) apresenta três entidades: conceito, objeto e evento.
- IV. Quanto aos relacionamentos, o modelo FRSAD estabelece um conjunto de relacionamentos entre diferentes tipos de entidades.

Está ERRADO o que consta APENAS em:

- a) II e III;
- b) I e IV;
- c) II e IV;
- d) I e II;
- e) nenhuma das respostas.

Em seguida, resolva as cruzadas sobre um dos modelos conceituais estudados:



1. Uma das duas novas entidades introduzidas para dados no contexto da representação temática da informação para dados de autoridade assunto, especificamente a que se refere a qualquer entidade utilizada como assunto de uma obra.
2. Uma das quatro tarefas do usuário no FRSAD, especificamente a relacionada aos assuntos e/ou suas denominações que correspondam aos critérios estabelecidos pelo usuário, usando atributos e relacionamentos.
3. Uma das quatro tarefas do usuário no FRSAD, especificamente a relacionada a apontar dois ou mais assuntos ou denominações com características semelhantes, para confirmar o assunto ou denominação apropriada.
4. Uma das quatro tarefas do usuário no FRSAD, especificamente a relacionada à escolha ou rejeição, com base nos requisitos e necessidades do usuário.
5. Uma das quatro tarefas do usuário no FRSAD, especificamente a relacionada aos relacionamentos entre os assuntos e/ou suas denominações, para compreender a estrutura de um domínio do conhecimento e sua terminologia.
6. Uma das duas novas entidades introduzidas para dados no contexto da representação temática da informação para dados de autoridade assunto, especificamente a que se refere a qualquer sinal ou sequência de sinais (caracteres alfanuméricos, símbolos, som etc.), mediante os quais a outra nova entidade é conhecida, referida ou chamada.

7. Sigla para o modelo conceitual desenvolvido pela *IFLA* que tem uma relação direta com os FRBR, ao se aprofundar nas entidades do Grupo 3 para relacionar os temas (assuntos) das obras.

Resposta comentada

A alternativa correta é a letra **b**).

A afirmativa I é falsa, pois o modelo FRAD inclui mais seis entidades, sendo elas: família, nome, identificador, ponto de acesso controlado, regras e agência.

A afirmativa II é verdadeira, pois, enquanto no FRBR os atributos (características das entidades) definidos incluem apenas os dados para o registro bibliográfico, no FRAD registram-se também dados extrínsecos de autoridade, como aspectos contextuais, que podem atuar como identificador da entidade. Por exemplo: na entidade OBJETO do FRAD, que é conceituado como objeto material enquanto assunto da obra, os atributos seriam tipo de objeto, data de produção, lugar de produção, produtor/ fabricante, meio físico e tipo de material.

A afirmativa III é verdadeira. A entidade CONCEITO é apresentada como abstrações temáticas de uma obra: áreas de conhecimento, disciplinas, escolas de pensamento, teorias. O OBJETO abrange a categoria de “coisas materiais” que podem ser tema/assunto de uma obra: objetos que são produtos da criação humana ou objetos que já não existam; objetos animados ou inanimados que ocorrem na natureza, fixos ou móveis. E a última entidade, o EVENTO, inclui uma variedade de ações, ocorrências ou acontecimentos: história, época, período de tempo.

A afirmativa IV é falsa, pois o modelo estabelece dois conjuntos, sendo:

- entre diferentes tipos de entidades: *obra-to-thema* (indica que qualquer das entidades do modelo pode ser o assunto de uma obra) e *thema-to-nomen* (indica que qualquer *thema* pode ter múltiplos *nomens*);
- entre entidades de mesmo tipo: *thema-to-thema* (envolve as relações hierárquicas e associativas entre conceitos) e *nomen-to-nomen* (trata das relações de equivalência e partitivas entre os signos representativos de um conceito).

A seguir, a solução das cruzadas:

1	T	H	E	M	A														
2	E	N	C	O	N	T	R	A	R										
3			I	D	E	N	T	I	F	I	C	A	R						
4	S	E	L	E	C	I	O	N	A	R									
5	E	X	P	L	O	R	A	R											
6			N	O	M	E	N												
7		F	R	S	A	D													

RESUMO

Vimos que os modelos conceituais Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR), Requisitos Funcionais Para Dados de Autoridades (FRAD) e os Requisitos Funcionais de Dados de Autoridade de Assunto (FRSAD) têm seu desenvolvimento baseado na *Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação*.

O FRBR é um modelo conceitual que reestrutura os registros bibliográficos, baseado na necessidade dos usuários, isto é, harmoniza e relaciona os dados presentes em registros bibliográficos, de acordo com as necessidades percebidas dos usuários desses registros, e estabelece relações entre os registros bibliográficos existentes em catálogos em linha.

O FRAD tem como objetivo relacionar os atributos das entidades para facilitar a busca por parte dos usuários, além de servir de referencial tanto para catalogadores como para o desenvolvimento de novas regras e novos códigos de catalogação, trazendo à RDA o embasamento para as regras de registros de autoridade.

O FRSAD é um modelo conceitual desenvolvido pela IFLA que tem uma relação direta com os FRBR, ao se aprofundar nas entidades do Grupo 3 para relacionar os temas (assuntos) das obras.

Observamos que os modelos conceituais FRBR, FRAD e FRSAD influenciaram nas alterações nas normas catalográficas que levaram à criação da RDA.

REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, Fabrício. O que é FRBR? **Fabrício Assumpção**, [S.l.], 2012. Disponível em: <<http://fabricioassumpcao.com/2012/07/o-que-e-FRBR.html>>. Acesso em: 15 maio 2017.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Functional requirements for authority data**. [S.l.]: IFLA, 2009. Disponível em: <<http://www.ifla.org/publications/functional-requirements-for-authority-data>>. Acesso em: 15 maio 2017.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Functional requirements for subject authority data (FRSAD): a conceptual model**. Berlin: IFLA, 2010. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/classification-and-indexing/functional-requirements-for-subject-authority-data/FRSAD-final-report.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2017.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **UBCIM Publications: new series**. München: K. G. Saur, 1998. Disponível em: <<http://www.ifla.org/VII/s13/FRBR/FRBR.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2017.

MELO, Maria Antônia Fonseca; BRÄSCHER, Marisa. Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade assunto (FRSAD): entidades, atributos e relacionamentos. **Rev. Digit. Bibliotecon. Cienc. Inf.**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 102-119, maio/ago. 2014.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catálogo no plural**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2009.

MODESTO, Fernando. **RDA em um breve panorama pessoal: parte II (III): modelagem FRBR e estrutura RDA**. [S.l.]: Infohome, 2014. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=808>. Acesso em: 15 maio 2017.

MORENO, Fernanda Passini. **Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos – FRBR**: um estudo no catálogo da rede Bibliodata. 2006. 199 f. Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

OLIVER, Chris. **Introdução à RDA**: um guia básico. Brasília: Briquet de Lemos, 2011.





Faculdade de Administração
e Ciências Contábeis
Departamento
de Biblioteconomia



CAPES

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85229-20-7



Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85229-21-4

